

Saga das OFNDs chega ao fim com resultado favorável às EFPCs

REVISTA DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Revista da ABRAPP • ICSS • SINDAPP • UniAbrapp • Ano 41 • Número 439 • Março/Abril 2022



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

tem processo controverso
de seleção de entidades

América Latina e Caribe:
multilateralismo é chave para
recuperação pós-pandemia

Fundos de agro
no futuro dos
investimentos

Prática internacional
associa autonomia ao
custeio administrativo

ENCONTRE GRANDES PARCEIROS



A principal vitrine de fornecedores das EFPC com produtos e serviços qualificados, produtos exclusivos e específicos ›
Encontre parceiros certos para o seu negócio e construa relacionamentos sólidos e de credibilidade.



SEJA UM PARCEIRO E FAÇA PARTE DO ECOSISTEMA

Entre em contato conosco através do qrcode e saiba mais!



BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A

Paulo Manzione
11 4298.7552
paulomanzione@bb.com.br



BOCATER, CAMARGO, COSTA E SILVA, RODRIGUES ADVOGADOS ASSOCIADOS

Flavio Martins Rodrigues
21 3861.5800
frdrigues@bocater.com.br
Matheus Corredato Rossi
11 2198.2800
mrossi@bocater.com.br



S&P Dow Jones Indices

A Division of **S&P Global**

S&P DOW JONES INDICES

Éricka Alcântara
+52 55 5081.2878
ericka.alcantara@spglobal.com



JIVE INVESTMENTS CONSULTORIA LTDA.

Bruna Silveira
11 3500.5018
11 99118.2882
bruna.silveira@jiveinvestments.com



pps portfolio performance

PPS PORTFOLIO PERFORMANCE LTDA.

Alexandre Bravin
11 3079.5304
alexandre.bravin@pps-net.com.br



TÔRRES - CORRÊA OLIVEIRA ADVOCACIA

TÔRRES, CORRÊA E OLIVEIRA ADVOCACIA

Ana Carolina Oliveira
61 3321.4303
anacarolina@tco.adv.br



REDE DE
CREDENCIADOS

serviços que encaixam em suas necessidades



BNY MELLON

Isabella Palhares
21 3219.2083

isabella.palhares@bnymellon.com.br



CMCORP
SOLUÇÕES

CM CORP SOLUÇÕES EM
INFORMÁTICA LTDA

Marcus Moraes
21 98882.4980
marcus.moraes@cmcorp.com.br



gruppo
INVESTIMENTOS

GRUPPO AGENTES AUTÔNOMOS
DE INVESTIMENTO

Roberto Pitta
21 3554.2680
roberto.pitta@gruppoinvest.com.br



investira

INVESTIRA SOLUÇÕES LTDA.

Ricardo Villar
21 99333.7494
ricardo.villar@investira.com.br



JCM
JUNQUEIRA DE
CARVALHO e MURGEL
advogados associados

JUNQUEIRA DE CARVALHO
E MURGEL ADVOGADOS E
CONSULTORES

Adriana da Fonseca
31 2128.3585
adrianadafonseca@jcmconsultores.com.br



LUZ
Soluções Financeiras

LUZ SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Sara Marques
11 3799.4700
11 98172.0893
previdencia@luz-ef.com



PFM
CONSULTORIA E SISTEMAS

PFM CONSULTORIA E SISTEMAS

Cynthia Shingai Pinheiro Paes
cynthia.shingai@pfmconsultoria.com.br
Mária Paula Soares Aranha
mariapaula@pfmconsultoria.com.br
11 4302.3126



PORTO SEGURO
INVESTIMENTOS

PORTO SEGURO

Daniel Varajão
11 97277.9404
daniel.varajao@portoseguro.com.br



Schroders

SCHRODER INVESTMENT
MANAGEMENT BRASIL LTDA

Daniel Celano
11 3054.5150
daniel.celano@schroders.com



STRATUS

STRATUS INVESTIMENTOS LTDA.

Renata Reis
11 2166.8805
rreis@stratusbr.com



VINCI partners

VINCI PARTNERS

Rafael Bordim
11 3572.3779
rbordim@vincipartners.com



Willis
Towers
Watson

WILLIS TOWERS WATSON

Evandro Luis de Oliveira
11 4505.6424
evandro.oliveira@willistowerswatson.com



ABRAPP

abrappatende@abrapp.org.br
www.abrapp.org.br



Ano 41 - Número 439
março/abril 2022

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Revista da
ABRAPP / ICSS / SINDAPP / UniAbrapp

Editora

Flávia Pereira da Silva
Reg. Profissional nº 0035080/RJ

Programação visual e Capa

Virgínia Carraca

Colaboradores

Débora Diniz
Martha Elizabeth Corazza
Paulo Henrique Arantes

Redação

flaviampsilva@gmail.com

PUBLICIDADE:

Abrapp Atende

(11) 3043-8783

(11) 3043-8784

(11) 3043-8785

(11) 3043-8787

(11) 3043-8739

E-mail: abrappatende@abrapp.org.br

Núcleo de Comercialização Abrapp

Telefone: (11) 3031-2317/7313

ENDEREÇO

Av. Nações Unidas, 12.551 – 20º andar
World Trade Center - Brooklin Novo
CEP 04578-903 – São Paulo, Capital

www.abrapp.org.br

04 Vida Associativa

07 “Temos o papel fundamental de identificar oportunidades e disseminar a cultura previdenciária”

Entrevista com Luís Ricardo Marcondes Martins

13 Avança a implantação do RPC pelos entes federativos

Processo de seleção de entidades, no entanto, gera questionamentos, abrindo espaço para disputas jurídicas

21 Movimentos rápidos em todos os mercados

Preços das *commodities*, alta dos juros, eleições, guerra da Ucrânia: 2022 pede sangue frio e conhecimento do investidor

27 Cases de inovação revelam impacto do HUPPI!

Entidades participantes consideram a experiência enriquecedora, um verdadeiro “celeiro de novas ideias”. *Live* será utilizada para compartilhar experiências com o sistema

31 Crescimento pós-pandemia começa por integração regional mais intensa

América Latina produziria mais emprego e renda se investisse em novo modelo de produção

39 Estratégias bem posicionadas e olho no longo prazo

Inflação, Selic e volatilidade afetaram os resultados dos planos no ano passado. Especialistas comentam os dados preliminares (positivos e negativos) e como buscar proteção daqui para frente

49 O sistema de corpo inteiro no século XXI

“Não poderemos esperar o alinhamento de todas as estrelas. Precisamos continuar fazendo bem a nossa parte. Sejamos a mudança que desejamos ver”

57 Flexibilidade imprescindível ao fomento

Melhores práticas internacionais indicam que decisões relativas ao custeio administrativo cabem majoritariamente aos órgãos de governança das entidades

67 Atuação proativa e pedagógica

Supervisor busca interação constante com o setor para estimular boas práticas de governança e evitar a aplicação de sanções

71 Fundos de agro no futuro dos investimentos

Mercado de capitais brasileiro possui instrumentos financeiros adequados às necessidades do agronegócio e dos fundos de pensão

77 Saga das OFNDs tem final favorável às EFPCs

Após disputa jurídica iniciada pela Abrapp e negociações que duraram mais de 30 anos, fundações terão reforço financeiro importante em seus balanços

79 Consolidado Estatístico

**Diretor-Presidente**

Luís Ricardo Marcondes Martins

Diretor-Vice-Presidente

Luiz Paulo Brasizza

Diretores Executivos**Regional Centro-Norte**

Amarildo Vieira de Oliveira

José Roberto Rodrigues Peres

Regional Leste

Denner Glaudsson de Freitas

Armando Quintão Bello de Oliveira Junior

Regional Nordeste

Augusto da Silva Reis

Alexandre Araújo de Moraes

Regional Sudeste

Sérgio Wilson Ferraz Fontes

Carlos Alberto Pereira

Regional Sudoeste

Carlos Henrique Flory

Jarbas Antonio de Biagi

Regional Sul

Rodrigo Sisnandes Pereira

Cláudia Trindade

Conselho Deliberativo**Presidente**

Edécio Ribeiro Brasil

Vice-Presidente

Walter Mendes de Oliveira Filho

1º Secretário

Reginaldo José Camilo

2º Secretário

Regidia Alvina Frantz

Conselho Fiscal**Presidente**

Antonio Augusto Chagas Arruda

ICSS**Presidente**

Guilherme Velloso Leão

Diretores

Alexandre Wernersbach Neves

João Carlos Ferreira

Conselho Fiscal**Presidente**

Antonio Augusto Chagas Arruda

SINDAPP**Diretor-Presidente**

José de Souza Mendonça

Diretor-Vice-Presidente

José Luiz Costa Taborda Rauen

Diretores

Erasmio Cirqueira Lino

Liane Câmara Matoso Chacon

Ana Maria Mallmann Costi

Celso Luiz Andretta

Conselho Fiscal**Presidente**

Antonio Augusto Chagas Arruda

UniAbrapp**Diretor-Presidente**

Luiz Paulo Brasizza

Diretor-Vice-Presidente

Luiz Carlos Cotta

Diretora Administrativa e Financeira

Liane Câmara Matoso Chacon

Diretora Acadêmica

Cláudia Trindade

Diretor Executivo

José Jurandir Bastos Mesquita

Conselho Deliberativo**Presidente**

Luís Ricardo Marcondes Martins

Conselho Fiscal**Presidente**

Antonio Augusto Chagas Arruda

CARTA DA EDITORA ►►

Nesta segunda edição do ano, fomos privilegiados com três entrevistas generosas de importantes atores da Previdência Complementar brasileira. Na abertura, Luis Ricardo Marcondes Martins, Diretor-Presidente da Abrapp, faz um balanço de seu último ano no cargo - que ocupa desde 2017. Não foram tempos fáceis, diz ele, sobretudo recentemente, com a pandemia, que alterou profundamente a rotina de pessoas e empresas. Quando assumiu, diante de um sistema estagnado, o desafio era inovar e modernizar, ampliando a cobertura mesmo diante da precariedade laboral e da falta de educação financeira de parte da população. Agora, a missão é comunicar o *modus operandi* do setor e seu caráter de longo prazo, reforçando que o déficit é conjuntural e que o sistema é solvente e cumpre seus compromissos religiosamente.

A segunda entrevista que destacamos foi concedida pelo titular da Previc, Lúcio Capelletto, na qual discute temas que ocupam hoje o topo da agenda do segmento, como a exigência de envio de informações extracontábeis pelas EFPCs, algo que o órgão promete reavaliar. Ele também defende a necessidade de se aproveitar o *timing* correto para aprovar mudanças que envolvem outros órgãos do governo, como o Conselho Monetário Nacional, e a pretensão de continuar elevando a régua da governança das entidades, movimento que já começa a gerar um ciclo virtuoso junto aos participantes.

A terceira - e não menos importante - entrevista exclusiva da edição nos foi dada por Carlos de Paula, cujo extenso currículo inclui funções como Secretário-Adjunto na antiga Secretaria de Previdência Complementar; Diretor de Análise Técnica e Superintendente da Previc; Vice-Presidente de Pessoas do IRB-Brasil Resseguros e Diretor da Susep. Em transição para o terceiro setor, De Paula concordou em compartilhar - agora sem as costumeiras amarras associadas aos cargos ocupados - algumas ideias sobre o passado, o presente e o futuro da Previdência Complementar aberta e fechada, segmentos que ele classifica como “duas pernas do mesmo corpo”, e que justamente por isso devem “caminhar juntas”.

No ambiente externo, buscamos a experiência de outros países e melhores práticas ditas por organismos internacionais no tratamento das despesas administrativas num momento em que o CNPC discute a flexibilização do PGA, requisito importante para que recursos sejam direcionados a investimentos em modernização, TI, *marketing*, entre outros, dos novos programas que surgem, como os planos família e setoriais. Na esteira do fomento, aliás, publicamos interessante matéria sobre os primeiros resultados concretos do HUPPI, iniciativa bem-sucedida da Conecta que reuniu *startups* e entidades na busca por soluções inovadoras para o segmento.

Por fim, na nossa matéria de capa, apresentamos os avanços na implantação do Regime de Previdência Complementar de estados e municípios, e discutimos os controversos aspectos inerentes aos processos de seleção das EFPCs, atualmente baseados em nota técnica da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil).

Boa leitura!

Flavia Silva

Editora

▶▶VIDA ASSOCIATIVA

Fique por dentro das AÇÕES e POSICIONAMENTOS da sua Associação

■ BOAS PRÁTICAS EM EMPRÉSTIMOS

Com objetivo de abordar conceitos relevantes e inerentes à adequada gestão de carteiras de empréstimos, promovendo a disseminação de informações que ajudem a consolidar o crescimento do segmento de operações com participantes, a Abrapp disponibiliza o **Manual de Boas Práticas na Gestão de Empréstimos a Participantes e Assistidos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**.

O material, de autoria da Comissão *Ad Hoc* de Empréstimos e Financiamentos, foi lançado durante webinar realizado em 23 de março. Para acessá-lo, [clique aqui](#).

■ ABRAPP EM SEMINÁRIO DO COPEDEM

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense e o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), realizaram, nos dias 17, 18 e 19 de março, o seminário **Desafios e Impactos da Sustentabilidade na Era Digital**. O Diretor-Presidente da

Abrapp, Luís Ricardo Martins, palestrou no último dia do evento.

O tema abordado pelo dirigente da Abrapp foi “A Competitividade e Segurança da Previdência Complementar na Nova Economia Digital”. A apresentação teve mediação do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Com a participação de grandes

43º CBPP

O 43º Congresso Brasileiro de Previdência Privada já começa a ser desenhado, com sua Comissão Temática se reunindo pela primeira vez para *brainstorming* e providências iniciais. O maior evento do mundo na área, que em 2022 ocorre em outubro, terá o empreendedorismo como temática (ainda a ser, por óbvio, devidamente ajustada e adaptada ao setor).

■ ICSS EM NÚMEROS

No ano passado, o ICSS, maior instituto de certificação especializado em seguridade social, atingiu a marca de 8.948 certificados profissionais concedidos desde o início de suas atividades na área, em 2010.

Foram 320 novas certificações, com destaque para a certificação na modalidade Prova por Capacitação (62,5%). A modalidade por Prova, disponível totalmente *online*, correspondeu a 23,75% do total, e a por Experiência, com inscrições flexibilizadas para casos específicos em razão da pandemia, respondeu por 13,75%.

As renovações de certificados profissionais após o período de três anos somaram 763 em 2021. Desde 2013, já foram realizadas 5.284 recertificações por meio do Programa de Educação Continuada (PEC).

■ ENCONTROS REGIONAIS - INSCRIÇÕES

Os encontros regionais - 100% *online* e ao vivo - já estão com inscrições abertas para os que buscam a oportunidade de compartilhar importantes pautas e projetos do sistema. O principal encontro dos profissionais das EFPCs traz, como de costume, uma agenda imperdível de discussão de temas técnicos atuais. As inscrições são gratuitas e a participação garante quatro pontos no Programa de Educação Continuada do ICSS.

O Encontro Regional Sudoeste + Sul ocorre dia 6 de abril; o Encontro Regional Sudeste + Leste, no dia 13 de abril, e o Encontro Regional Centro Norte + Nordeste, em 4 de maio. Mais informações estão disponíveis em: <https://www.abrapp.org.br/eventos-2022>



■ EXTENSÃO EM INVESTIMENTOS

A UniAbrapp inaugura em sua programação o **Programa de Extensão - Gestão de Investimento nas EFPCs**, que permite a aquisição e o desenvolvimento de competências que contribuam para uma adequada representatividade e atuação na análise e processo decisório envolvendo as aplicações de recursos das entidades, através de conhecimentos relacionados à governança corporativa, gestão de riscos e investimentos, entre outros.

O Programa, 100% *on-line* e ao vivo via zoom, tem carga horária de 56 horas e cronograma previsto para 26 de abril a 30 de junho. O curso vale 28 pontos no Programa de Educação Continuada do ICSS. Para detalhes e inscrições, acesse o [link](#).





Atlântida Multi - Contábil
Contadores Associados

- . PERÍCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**
- . CONTIGENCIAMENTO PROCESSUAL, BASE STF NA TRABALHISTA E SELIC NAS CÍVEIS**
- . ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
- . DEDUÇÃO DE RESERVA MATEMÁTICA NOS CRÉDITOS AUTORAIS**
- . TEMA 955 STJ**

atlantidapericias.com

Telefones: (11) 95559-9101 / (21) 99705-7769 / (21) 2240-2345

LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS

“TEMOS O PAPEL FUNDAMENTAL DE IDENTIFICAR OPORTUNIDADES E DISSEMINAR A CULTURA PREVIDENCIÁRIA”

PAULO HENRIQUE ARANTES

Luís Ricardo Marcondes Martins preside a Abrapp desde 2017 e adentra agora o último ano da sua segunda gestão. Não foram tempos fáceis, e isso desde bem antes da pandemia que virou de cabeça para baixo a vida das pessoas e as rotinas de empresas e instituições.

Quando assumiu, o sistema estava estagnado, carente de se reinventar para crescer. Além disso, uma reforma da previdência se avistava.

Na entrevista a seguir, Martins conta como o grupo Abrapp atuou para o sistema se modernizar e quais são as inovações em andamento. Faz também uma radio-

grafia do setor e da realidade do trabalhador brasileiro. “Cada vez o Estado transfere mais para o trabalhador a responsabilidade por formar poupança previdenciária. A gente sabe do nível de precariedade, mas sabe também que boa parte da população tem condições de poupar”, diz.

O Diretor-Presidente da Abrapp analisa ainda a conjuntura econômica e seus efeitos sobre os investimentos das EFPCs: “O cenário é muito oscilante, mas é conjuntural. Precisamos de monitoramento. O sistema conta com grandes profissionais nesse campo e deu bom exemplo na pandemia, mostrando solvência e pagando regularmente”.

Como você resumiria sua gestão até aqui?

Luís Ricardo Martins - Quando começamos, tínhamos o diagnóstico de que o sistema estava estagnado. A Abrapp já tinha esse estudo, desenvolvido pela equipe do economista José Roberto Afonso. O sistema tinha data para acabar, ia pagar todos os beneficiários, mas vinha num processo de desinvestimento e precisava se reinventar para crescer. Tínhamos ali também um momento complicado com os interlocutores do governo, porque tivemos a extinção do Ministério da Previdência e a vinculação

de uma Superintendência de Previdência Complementar ao Ministério da Fazenda.

Havia também o foco na reforma da previdência. A gente saía de um ministério social para sermos coadjuvantes num ministério fazendário. Então eu diria que nós não éramos prioridade. Naquele momento, o maior desafio era levar para os grandes interlocutores a necessidade de incremento da Previdência Complementar, em todos os fóruns, para todos os atores.

Na época, abri minha agenda para falar com todo mundo – ministros, senadores, deputados, sociedade civil. Dentro de casa, teríamos que entrar num processo de identificar a estagnação e criar medidas de fomento. Tivemos interlocutores importantes – na época o Ministro da Fazenda era o Henrique Meirelles, o Secretário-Executivo era o Eduardo Guardia, que depois assumiria como Ministro, e foi uma pessoa importante. Conseguimos sensibilizar as pessoas de que o sistema precisava de um processo de reinvenção, novos produtos, nova mentalidade. Vínhamos de um desgaste muito grande com a CPI dos fundos de pensão, em 2015. Havia toda uma desconfiança no sistema. Precisávamos criar um novo ambiente.

E como conseguiram?

Luís Ricardo Martins - No aspecto da governança, por exemplo, com a colaboração da sociedade civil, avançamos na Autorregulação, o processo de profissionalização foi muito intenso – hoje já temos mais de 20 mil pessoas capacitadas pela UniAbrapp. Com o ICSS, levamos a bandeira da profissionalização, da blindagem. Dentro desse processo, também desenvolvemos produtos. Sabíamos que precisávamos atingir o novo trabalhador, trabalhar na questão dos incentivos, enfim, era uma pauta grande e acho que tivemos sucesso.

Hoje, vemos que o sistema voltou a crescer. Os planos-família são uma realidade, o desenho que construímos no PrevSonho é uma modelagem moderna, flexível, para o novo trabalhador, temos o CNPJ por plano, enfim, medidas de modernização que permitiram essa retomada do crescimento. Houve a diversificação dos investimentos, a revisão da Resolução nº 4.661, em 2018, e ali toda uma estrutura de aprimoramento da Supervisão Baseada em Risco. Tivemos uma grande aproximação com a Previc, que se mostrou uma grande parceira, e o CNPC exercendo seu protagonismo como órgão pensante, estratégico.

Passamos para uma cultura mais comercial, saindo da zona de conforto. Trabalhamos muito com tecnologia, temos a Conecta, fizemos o *Hub*, o primeiro Hack'a'Prev. Diante de todos os desafios e conquistas, passamos por um momento ímpar. O sistema soube aproveitar a janela de oportunidade da reforma da previdência. Sabemos que os fundos patrocinados estão estagnados, então temos partido para o crescimento dos fundos instituídos – a OABPrev é uma grande referência, junto com a Quanta. Temos também o projeto do plano instituído corporativo, sem necessidade de patrocínio, e trabalhamos muito no processo de desburocratização.

Estamos encerrando a gestão num cenário totalmente inverso, em que pesem todos os problemas externos que temos vivenciado e, nos últimos dois anos, em especial, com a pandemia. O sistema é maduro, resiliente. As crises, em especial esta última, mostram o quanto o longo prazo joga a nosso favor.

A Abrapp passa por uma reestruturação. Como anda esse processo?

Luís Ricardo Martins - A Abrapp tinha um desenho que contemplava um sistema, e esse

sistema hoje é outro. Éramos 400 fundos de pensão num passado não tão distante assim. Tínhamos uma estrutura que mudou: hoje, a gente nota uma estagnação dos patrocinados, um enxugamento de entidades. Temos o desafio de cuidar de um legado de 43 anos, pagando 70 bilhões de reais, detendo mais de 1 trilhão de reais. E temos um fluxo para contemplar, que exige uma Previdência Complementar mais simples, um processo comercial de venda.

Há uma competição dentro do sistema, de tão heterogêneo que ele é - uma competição entre fundos de pensão mesmo, algo que não existia antes. E nessa competição dos novos tempos, estamos falando de simplicidade, de modernização, de flexibilização e de associação.

Todo mundo respeita a Abrapp por seu patamar de representatividade, tecnicismo, ponderações, e isso não fui eu, Luís Ricardo, quem fez, foi o sistema. Agora, nós queremos, dentro de uma diretriz traçada num planejamento estratégico, que esse processo de modernização e reestruturação do grupo abrace essa nova realidade. Para isso, estamos estudando, apoiados por especialistas, um enxugamento, uma modernização. Precisamos

revisitar o desenho da regionalização: hoje nós estamos unindo as Regionais Leste e Sudeste – na Leste nós temos 14 fundos de pensão, isso está fora da realidade.

Haverá mudanças na estrutura do corpo diretivo?

Luís Ricardo Martins - Hoje são 25 conselheiros, vamos baixar para 15, e enxugar também o número de diretores.

Que sinal a economia brasileira dá para o sistema neste momento?

Luís Ricardo Martins - Se olharmos pelo retrovisor, notamos o quanto a profissionalização e as políticas de investimento de longo prazo jogam a nosso favor. Vimos num processo de análise, de estudo, desde 2017. O sistema já falava de correr mais risco, de aumentar renda variável, multimercados. Havia queda gradual da taxa de juros. Com a pandemia, houve uma oscilação e a queda da taxa de juros é revertida. Então, rapidamente, tivemos que revisar estratégias de investimento, sempre contando com o longo prazo para a devida proteção e busca de maior rentabilidade.

Hoje, com a subida da taxa de juros, vai-se de novo carregar em títulos públicos para lá na frente ter esse retorno quase que tranquilo. O processo pede cautela, num cenário que tem pandemia, inflação, política fiscal, eleição. Não haverá movimentações bruscas. Há uma guerra na Europa e quem foi para um viés de investimento no exterior sofrerá fortes reflexos. O cenário é muito oscilante, mas é conjuntural. Acho que precisamos de monitoramento. O sistema conta com grandes profissionais nesse campo e deu bom exemplo na pandemia, mostrando solvência e pagando regularmente.

Qual o posicionamento da Abrapp quanto ao equacionamento do déficit?

Luís Ricardo Martins - Até junho de 2021, o sistema estava superavitário. Quando chegou agosto, a Bolsa caiu, o sistema começou a sofrer um pouco na renda variável, e então fomos para liquidez e rentabilidade até negativas. Foi muito abrupto e conjuntural. Lembremos que em março de 2020 tínhamos 50 bilhões de reais de déficit, que revertemos em alguns meses. É isso que a história mostra e é

nisso que a gente aposta: trata-se de uma situação conjuntural, momentânea, agravada por um processo de inflação e por uma pandemia. Entendemos que neste contrato de longuíssimo prazo temos o elemento temporal que joga a nosso favor, então podemos congelar o equacionamento neste momento de oscilação, conjuntural, e voltar a pensar nisso em 2023, quando a economia deverá estar mais equilibrada.

Ainda há confusão na mídia – ou em parte dela – com essa questão?

A Abrapp por vezes esteve um pouco distante da imprensa. Precisamos explicar, porque o sistema é muito técnico, complexo. Hoje, estamos muito próximos de esclarecer todos suas particularidades para a imprensa. Atualmente há jornalistas especializados em Previdência Complementar ou ao menos bem informados. A UniAbrapp oferece cursos para eles. Comunicação é tudo para nós. Se pegarmos as manchetes de jornais dos últimos cinco anos, notamos que na maioria das vezes elas são boas, falam de regulação, de governança. E até falam de déficit e superávit com entendimento técnico. Isso é

fruto de uma aproximação com a imprensa, da comunicação sobre um sistema que é complexo.

Como está a discussão sobre a Autorregulação?

Luís Ricardo Martins - É preciso trabalhar um processo interno de conscientização da importância da Autorregulação com as associadas – este é um ponto. Acho que há um engajamento, um reconhecimento de que a Autorregulação é algo fundamental e uma tendência em vários setores.

Já há um grupo estudando o terceiro código de Autorregulação que trata de capacitação de pessoas. É um debate que o CNPC recomendou que fosse feito no âmbito da Abrapp, o que significa que o órgão estrategista reconhece a importância da Autorregulação. Temos um grupo integrado por Previc, membros do Ministério da Previdência e do Trabalho e do CNPC no grupo de Autorregulação para construir um código de capacitação e certificação. Acho que é um caminho sem volta, mas tem que ser fomentado cotidianamente. Esse é um dos grandes temas no processo de harmonização entre entidades abertas e

fechadas do setor público, lembrando que a reforma trouxe a obrigatoriedade para que todos os entes federados estabeleçam a Previdência Complementar. A gente nota que os municípios que estão fazendo processo seletivo da entidade que vai gerir a Previdência Complementar dos servidores colocam como item diferencial a adesão ao Código de Autorregulação da Abrapp. Isso está nos editais de licitação. A própria Previc confere às entidades certificadas com o Selo de Autorregulação uma distinção no tratamento da Supervisão Baseada em Risco.

As normas que regem os Planos de Gestão Administrativa (PGA) devem ser flexibilizadas?

Luís Ricardo Martins - Vamos supor que uma empresa ou instituição tenha no seu orçamento o valor que vai pagar seus funcionários, investir em informática, abrir novas unidades físicas. Os PGAs hoje são dos planos, não da entidade. Isso as engessa, deixando-as sem musculatura para investir no seu próprio negócio. Se uma entidade quer contratar um parque de informática, ela tem que passar o chapéu, pedir

orçamento para a patrocinadora. E a gente está concorrendo com as abertas! Estamos procurando flexibilizar o PGA, e esse debate está acontecendo no CNPC porque tem que modificar regulamentação. A Abrapp tem até proposta. O CNPC formou um grupo de trabalho que coordenamos e a nossa expectativa é que neste primeiro semestre façamos os debates e consigamos sensibilizar os interlocutores, os conselheiros do CNPC, e alterar a norma.

O que falta para que o CNPJ por plano passe a ser efetivamente operacionalizado?

Luís Ricardo Martins - Desde 2004 temos o CNPB (Cadastro Nacional de Planos de Benefício) para identificar um plano de benefício, individualizar. Uma grande entidade pode ter 10 planos e 10 CNPBs, mas possui um só CNPJ. De repente um sindicato entra com uma ação judicial envolvendo um dos planos, pedindo 10 milhões de reais de indenização. Só que quem está brigando judicialmente é a entidade... Aí o juiz manda penhorar o CNPJ da entidade, causando uma tremenda insegurança jurídica. Portanto, é necessário individualizar planos, segregar

patrimônios. Não basta o CNPB, os juízes não o compreendem. Votamos o CNPJ por Plano no CNPC em 2018 e tínhamos dois anos para operacionalizar. Mas aí veio a pandemia. E para eu conseguir operacionalizar, eu preciso da Receita Federal, mas eles não conseguiram desenvolver um sistema tecnológico porque não tinham orçamento. Então prorrogamos para o fim de 2022. A Receita Federal e a Previc já estão conversando e a expectativa é que no começo do segundo semestre esse sistema comece a funcionar.

O que os planos-família representam hoje para o sistema? E em que medida o plano instituído corporativo pode contribuir para o fomento do setor?

Luís Ricardo Martins - Lá atrás, nós mudamos o estatuto da Abrapp para permitir que as nossas associadas pudessem criar planos-família para os seus participantes, flexibilizando o vínculo antes exclusivo de empregados ou de associação. Isso é fomento. O plano instituído corporativo também: a gente quer que um grupo empresarial possa

oferecer um plano instituído sem a obrigatoriedade daquele patrocínio mensal – pode ser até esporádico, mas sem as amarras de um plano patrocinado. Ele vai poder oferecê-lo para os seus empregados, prestadores de serviços, para todos que estão em volta do grupo empresarial. Isso está em discussão com a Previc e incluído no PL de harmonização entre entidades abertas e fechadas junto com outras bandeiras antigas do sistema. Temos grande expectativa que isso ajude no crescimento das entidades.

No Brasil, o “novo trabalhador” não está sendo substituído por um trabalhador precarizado e sem condições de poupar para o futuro?

Luís Ricardo Martins - O sistema de Previdência Complementar, como o nome já diz, não substitui o Regime Geral, ele o complementa. O sistema nasce direcionado para trabalhadores que ganham acima do teto do INSS, e esse teto é expressivo no País. Nós temos como remuneração média dois salários mínimos, e o INSS está pagando 6 mil reais, muito além disso.

Sabemos – e este é o recado de um governo que se diz liberal - que o Estado cada vez mais vai se retirar da condição de provedor das aposentadorias públicas. Elas não vão acabar, e isso nem poderia acontecer, mas o cobertor vai diminuir. Assim, cada vez o Estado transfere mais para o trabalhador a responsabilidade por formar poupança previdenciária. A gente sabe do nível de precariedade, mas a gente sabe também que uma boa parte da população tem condições de poupar. O que falta é educação previdenciária.

Temos o papel fundamental de identificar oportunidades, as pessoas que têm condições de poupar, e disseminar a cultura previdenciária. Durante a reforma da previdência, a sociedade discutiu longevidade, apoiou, tanto que ela foi aprovada. As pessoas que têm uma conscientização maior estão procurando uma proteção adicional. Nesse contexto, o sistema precisa ter flexibilidade e convencer o jovem digital de que o nosso produto é bom e que ele precisa de Previdência Complementar.

Incentivo tributário ajuda nesse sentido?

Luís Ricardo Martins - Tem

que haver incentivo tributário! Nós defendemos alíquota zero e outras medidas de incentivo tributário na veia.

Quais são seus projetos pessoais para depois que deixar a Presidência da Abrapp?

Luís Ricardo Martins - Eu estou na presidência da MAG Fundos de Pensão. Tenho uma proximidade, uma amizade e uma admiração, além de uma relação de troca com o Nilton e o Helder Molina desde que eles me convidaram para o desafio de fazer crescer o fundo de pensão dos seus empregados. Vou me dedicar a isso quase integralmente. A advocacia para mim hoje está em segundo plano. Desde que assumi a Abrapp, atuo quase que exclusivamente no mundo executivo, como gestor. Vou continuar inserido no universo da Previdência Complementar, transmitindo o conhecimento que adquiri na OABPrev-SP, depois na própria Abrapp, para o fortalecimento do sistema. Me perguntam como vou ficar no mundo político-associativo. Neste momento, vou passar o bastão e continuar ajudando de alguma forma, porém no ambiente da MAG. ■

AVANÇA A IMPLANTAÇÃO DO RPC PELOS ENTES FEDERATIVOS

Processo de seleção de entidades, no entanto, gera questionamentos, abrindo espaço para disputas jurídicas

No dia 10 de fevereiro, a Abrapp promoveu o *webinar* “Previdência Complementar para os Entes Federativos”, que buscou avaliar os diversos aspectos do percurso que estados e municípios vêm percorrendo para viabilizar o Regime de Previdência Complementar (RPC) dentro das condições e prazos estabelecidos, uma obrigatoriedade trazida pela EC nº 103/2019. Um assunto que tem gerado muita preocupação, todavia, foi pouquíssimo debatido: o processo de seleção das EFPCs, tido por especialistas como ilegal e passível de disputas judiciais.

Logo no início do *webinar*, o Subsecretário do Regime de Previdência Complementar do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), Narlon Gutierrez Nogueira, traçou uma linha temporal das etapas de implantação do Regime de Previdência Complementar nos entes federativos brasileiros. O titular da SURPC explicou que o prazo constitucional inicial havia sido fixado em 13/11/2021, mas a Portaria MTP nº 905, de 9/12/2021, veio prorrogar a data para aprovação da lei de instituição do RPC (independente de haver servidores filiados aos regimes próprios - RPPS - com remuneração acima do teto do Regime Geral), estabelecendo, para tal, a data de 31 de março de 2022.

A Portaria também estabeleceu que os entes terão até 30 de junho próximo para apresentar o convênio de adesão ao plano da EFPC autorizada pela Previc; neste caso, se houver ingresso de segurados. “Trata-se de um filme. Depois vem a etapa de promover a educação previdenciária e, por fim, o efetivo funcionamento do regime”, disse Nogueira.

Os entes que não instituírem o RPC poderão sofrer sanções dos Tribunais de Contas, como a perda do Certificado de Regularidade Previdenciária

Os entes que não instituírem o RPC poderão sofrer sanções dos Tribunais de Contas, como a perda do Certificado de Regularidade Previdenciária, entre outras, incluindo o não recebimento de transferências voluntárias de recursos da União e a impossibilidade de realizar transações com bancos federais, por exemplo.

Panorama nacional

O Subsecretário também apresentou um panorama do progresso do RPC dos entes no Bra-

sil. Em números atualizados em 10 de março, dos 2.151 estados e municípios, 1.112 já haviam aprovado leis para a implantação do Regime de Previdência Complementar e 197 tinham sido autorizados pela Previc. Em termos absolutos, o estado mais avançado segundo a última atualização do MTP disponível até o fechamento desta edição (em comparação aos números divulgados em fevereiro) continuava a ser o Rio Grande do Sul (236 de 332 entes, ou 71%, e 119 autorizados).

Em termos percentuais, Santa Catarina continua a liderar com 87%, seguido por Espírito Santo (83%) e Mato Grosso (76%) - que trocaram de posição no *ranking*. Dentre os estados que vêm gerando preocupação face à lentidão no encaminhamento do RPC são Maranhão (6%), Amazonas (11%) e Alagoas (12%), segundo os dados de 10 de março.

Fontes de informação

Márcia Paim Romera, Coordenadora Geral de Políticas e Diretrizes de Previdência da SURPC, compartilhou uma série de documentos e publicações que podem ser muito úteis a jornalistas, gestores públicos e demais interessados na Previdência Complementar dos entes federativos.

Para visualizá-los, basta acessar a página <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/publicacoes>. Nela estão disponíveis a 6ª edição do Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos, atualizado em janeiro deste ano; a Por-

taria MTP nº 905; modelos de Proposta Técnica para as EFPCs e de Projeto de Lei para a Instituição do RPC; além de uma seção de perguntas frequentes e, mais recentemente, o Painel de Acompanhamento Mensal da Implementação do RPC pelos Entes Federativos.

A Coordenadora também explicou como funciona o Sistema de Gestão de Consultas e Normas dos RPPS (Gescon), que fornece informações sobre os Regimes Próprios e legislação relacionada, possibilitando o envio de documentos pelos entes e o esclarecimento de dúvidas, entre outras funcionalidades. Segundo Romera, o sistema possui uma caixa de diálogo que permite a filtragem, por ente, das leis já editadas, o que facilita o acompanhamento caso a caso. “O Gescon já está acessível. É o repositório oficial das leis”, resumiu.

Pontos de atenção

Foi justamente durante a análise dos dados recebidos que os técnicos do Ministério do Trabalho e Previdência detectaram alguns pontos que merecem atenção e tratamento cuidadoso por parte dos responsáveis pela instituição dos RPC nos estados e municípios. Ainda assim, em geral, assinala a Coordenadora, o que se observa é uma boa aderência ao Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos, produzido pela SPREV (Secretaria de Previdência).

O primeiro ponto destacado refere-se às contribuições, em alguns casos fixadas em patamares muito baixos, em outros, muito altos (e até inexistentes).

Para a gestora, a maior preocupação são as alíquotas muito baixas, inferiores a 5%. “Aqui não se trata nem de um RPC porque não há garantia de complementação de renda, de fato. Vamos atuar nessas situações.” A SPREV recomenda alíquotas entre 6,5% e 8,5%, intervalo, aliás, no qual se encontra a maioria dos entes já legislados. Acima desses percentuais, corre-se o risco de onerar demasiadamente as contas públicas do estado/município.

Um dos pontos que requer atenção são os níveis contributivos, por vezes fixados em patamares muito baixos, altos ou inexistentes

O segundo item trata dos prazos para que os novos servidores façam adesão ao RPC, o que não deve existir, pois fere o art. 40 da Constituição. “Um grande número de entes estabeleceu 90, 120, 150 dias para adesão. Esses prazos devem ser retirados”, argumenta Romera. “Os servidores tendem a adiar a escolha, por isso a inscrição automática deve ser instituída. A maioria dos novos entrantes é jovem”, complementa.

O terceiro quesito diz respeito à data de vigência do RPC, a partir da qual passará a ser aplicado o teto do RGPS ao RPPS dos servidores alcançados pela lei. Por isso, a orientação é que ela esteja associada à aprovação do convênio de adesão pela Previc. De acordo com Romera, é grande a preocupação com esse assunto, conforme indica o volume de consultas recebidas pelo órgão. “Aqui há o risco jurídico de se submeter o servidor ao teto sem ter a contrapartida, ou seja, o RPC.”

O quarto caso versa sobre as entidades abertas, mas dada a ausência de Lei Complementar

para disciplinar o assunto, fica inviabilizada a publicação de legislação restrita a esse segmento - e seu respectivo RPC. Por fim, o quinto caso fez referência à contrapartida do patrocinador para servidores comissionados, temporários e eletivos, prática registrada por alguns entes, e que não é recomendada.

Por fim, Romera abordou os processos seletivos e as recomendações contidas nas Notas Técnicas da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), publicadas em abril e novembro de 2021. Ela reafirmou que as notas aconselham o uso de quesitos quantitativos e qualitativos, além de ressaltar a importância para que os entes justifiquem adequadamente a escolha da EFPC.

Ausência de previsão legal

Armando Quintão, Diretor Presidente da PREVCOM MG, explica que após a Emenda Constitucional nº 103/2019, a obrigatoriedade da natureza pública das entidades gestoras de Previdência Complementar dos servidores públicos foi retirada. “Com o intuito de garantir competitividade, abriu-se, assim, o mercado de oferta de planos aos entes federativos para as Entidades Fechadas e Abertas, ainda que este último caso ainda precise ser regulado por lei.”

“Não é possível, como entende a Atricon, a criação de normas para processo de seleção, ato esse exclusivo do Poder Legislativo”

Contudo, pondera o dirigente, a alteração também criou um problema: como o ente público poderia contratar os serviços de gestão de uma entidade privada? Em princípio, diz ele,

haveria de se seguir uma das leis de licitação em vigor (Lei nº 8.666/93 ou Lei nº 14.133/21); no entanto, a Atricon emitiu uma nota técnica afirmando que as referidas leis não seriam aplicáveis sob a alegação de que as Leis Complementares nº 108 e 109 já preveem regras próprias de contratação. Assim, cada ente público poderia criar um processo próprio de seleção para contratar uma entidade gestora de plano de Previdência Complementar.

Mas o Diretor Presidente da PREVCOM MG discorda. “Pelo princípio da legalidade estrita, não poderia o ente público utilizar de forma de contratação que não seja prevista de forma expressa em lei, não sendo possível, como entende a Atricon, a criação de normas para processo de seleção, ato esse exclusivo do Poder Legislativo.”

Logo, seriam aplicáveis as referidas leis de licitação que, inclusive, salienta Quintão, “proíbem, de forma expressa, a criação de outras modalidades de certames, conforme artigos Art. 22, §8º da Lei nº 8.666/93 e Art. 28, §2º da Lei nº 14.133/2021”. A nota técnica da Atricon estaria, portanto, em desacordo com a lei, analisa.

O dirigente também argumenta não haver, nas LCs nº 108 e 109, normas próprias para contratação, pelo ente público, de entidade gestora de planos de previdência. Ele salienta que a LC 109 apenas diz, em seu art. 13, que a formalização da condição de patrocinador ou instituidor de um plano de benefício dar-se-á mediante convênio de adesão celebrado entre o patrocinador

ou instituidor e a EFPC, o que, em sua opinião, não significa que a legislação preveja “modalidade própria” de contratação para o setor público.

“Aliás, observa-se que o convênio de adesão previsto no art. 13 é aplicável tanto para a previdência patrocinada quanto para a instituída, englobando, então, entidades privadas e públicas”, complementa. Isso permite constatar, em primeiro lugar, que já há um problema jurídico relevante a ser observado e que, no futuro, isso pode levar até ao reconhecimento de nulidade dos processos de seleção que estão sendo realizados de acordo com a nota técnica da Atricon, salienta o Diretor Presidente da PREVCOM MG.

Para agravar a situação, assinala Quintão, o Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos foi reeditado, adotando o entendimento emitido pela Atricon. Ao fazê-lo, induz os gestores ao entendimento de que se trata de regra impositiva, “o que não é verdade, como reconhecem os próprios gestores da Secretaria”.

Definição posterior

De fato, durante o *webinar* organizado pela Abrapp, na sessão de perguntas e respostas, Narlon Gutierrez Nogueira foi questionado quanto à legalidade do processo seletivo sugerido pela Atricon. Em sua réplica, disse tratar-se de um tema bastante debatido, e depois reconheceu que “não existe uma previsão legal expressa e clara a esse respeito, seja na legislação da Previdência Complementar, na legislação

dos Regimes Próprios ou na própria Lei de Licitações”.

As LCs nº 108 e 109 não preveem regras próprias para contratação, pelo ente público, de entidade gestora de planos de pensão

O titular da SURPC declarou ainda que não cabe à Secretaria de Previdência dizer se o processo seletivo ou a escolha de dada entidade foi o mais adequado ou não, restando aos Tribunais de Contas a responsabilidade sobre a matéria. Por isso, a SPREV procurou conversar, por meio de um Grupo de Trabalho, com a Atricon (que não possui poder vinculante). O GT teve representantes indicados pelo Conaprev (Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social) e Tribunais de Contas de SP, MT e ES.

Segundo Gutierrez, os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho indicaram que o processo específico da lei de licitações não seria o mais adequado para a situação, sendo necessário observar os princípios de publicidade, transparência e ampla participação estabelecidos no artigo 37 da Constituição. Compreendeu-se, então, que o processo seletivo seria o instrumento adequado, dada a urgência do tema e a necessidade de cumprir outros prazos.

“A própria Nota Técnica da Atricon reconhece que não há essa previsão legal expressa e recomenda que se trabalhe para que isso venha a ser posteriormente definido na legislação para dar uma maior segurança jurídica”, assinalou o Subsecretário, acrescentando que o órgão tem trabalhado nos projetos sob sua responsabilidade

de, “seja a chamada Lei de Responsabilidade Previdenciária, seja alterações das LCs nº 108 e 109”.

Direcionamento do processo

Diretor Presidente da PREVCOM MG, Armando Quintão também tece críticas ao formato simplificado dos processos de seleção. Segundo ele, a busca por informações objetivas, como volume de patrimônio, taxas de rentabilidade histórica e número de participantes, entre outras, para que uma comissão do ente público decida, “de forma subjetiva”, qual o vencedor do processo, acaba por macular os princípios da impessoalidade e isonomia. “Esses processos favorecem as entidades fundadas há mais tempo, que não necessariamente possuem experiência na gestão de planos de servidores públicos. Ou seja, em muitos casos, pode haver direcionamento do processo de seleção”, observa.

Fundações de natureza pública têm pedido esclarecimentos, impugnado editais e até preparado ações judiciais

Neste sentido, continua o gestor, as fundações criadas a partir de 2012, todas com natureza jurídica pública, como era obrigatório pela EC nº 41, “que efetivamente administram planos de servidores públicos e têm experiência comprovada, estão sendo alijadas da maioria dos processos seletivos já realizados no Brasil”. Afinal, tempo de existência, número de participantes, rentabilidade acumulada e outros, “não são critérios comprobatórios de experiência específica que se deveria buscar”, argumenta.

Para Quintão, o dilema deve ser muito bem analisado pelo ente público que, embasado por

parecer jurídico de sua procuradoria, “deve optar pela forma legal de se realizar o processo de seleção, com objetivo de serem evitadas repercussões nefastas para o chefe do executivo e ainda provocar a nulidade do processo”. A questão é nova, acrescenta o dirigente, e também por isso carece de regramento próprio em lei, tendo em vista a especificidade dos contratos, que envolvem a gestão de longo prazo de ativos financeiros com objetivo de formar poupança previdenciária.

A PREVCOM MG firmou convênio com dois municípios mineiros, Betim e Muriaé. Em ambos os casos, o Diretor Presidente faz questão de frisar que foram observadas as disposições expressas contidas nas leis de licitações a fim de assegurar a devida legalidade dos procedimentos, evitando, assim, “consequências danosas para a partes”.

A reação das entidades

Diante desse impasse, a maioria das fundações de natureza pública têm pedido esclarecimentos ou impugnado os editais para chamar atenção para o fato jurídico em destaque. Muitas delas, inclusive, vêm preparando até ações judiciais para discutir o tema.

Na visão de Quintão, portanto, seria aconselhável, “senão indispensável, a reedição do Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos em sua versão original”, conclui ■

Por Flávia Silva



APRESENTAMOS O NOVO SISTEMA DE GESTÃO BASEADA EM RISCOS.

O Sistema de Gestão Baseada em Riscos é uma ferramenta que integra a gestão de riscos e controles no âmbito da governança corporativa e em todos os processos operacionais da EFPC, garantindo o cumprimento das exigências legais e possibilitando o foco na gestão estratégica das Entidades, por meio da mitigação dos riscos, da consequente redução das incertezas aos objetivos a serem alcançados e no significativo apoio à tomada de decisão.

Com uma nova experiência para o usuário, a ferramenta oferece melhor navegabilidade e maior facilidade na análise das avaliações de riscos, na qual conta com uma moderna interface Dashboard, com a geração de diversos gráficos e relatórios, além de contar com novas funcionalidades para gerenciamento e cumprimento dos prazos relativos às obrigações e aos planos de ação da EFPC, além do claro registro das não conformidades.

Visite nossos sites e saiba mais:

JCMCONSULTORES.COM.BR

JCM.ADV.BR



BELO HORIZONTE / MG

tel: +55 31 2128-3585

SÃO PAULO / SP

tel: +55 11 3286-0532

RIO DE JANEIRO / RJ

tel: +55 21 2526-7007

BRASÍLIA / DF

tel: +55 61 3322-8088

JARAGUÁ DO SUL / SC

tel: +55 47 3276-1010

Faça parte do rol de instituições que contribuem com a qualificação dos profissionais do mercado previdenciário!

Instituições de mercado e EFPCs que promovem eventos de desenvolvimento profissional há pelo menos 3 anos no mercado podem se conveniar com o ICSS para reconhecimento e pontuação do evento em nosso **Programa de Educação Continuada**.

Assim, você pode contribuir com a evolução da previdência complementar no Brasil e colocar a sua instituição em evidência.

Entre em contato conosco e saiba como se conveniar ao ICSS!



ICSS

MOVIMENTOS RÁPIDOS EM TODOS OS MERCADOS

Preços das *commodities*, alta dos juros, eleições, guerra da Ucrânia: 2022 pede sangue frio e conhecimento do investidor

Inflação pressionada e juros em alta, freios diversos à atividade econômica, desorganização das cadeias de produção e aversão generalizada ao risco já eram perspectivas reais e preocupantes para a economia global em 2022 antes mesmo da tensão geopolítica entre Rússia e OTAN. Desde então, as tendências negativas para a produção e o comércio globais só ganharam magnitude. Discute-se, entre outros aspectos, qual será o impacto das sanções econômicas

impostas pelo ocidente à Rússia e seus possíveis efeitos colaterais sobre as economias de outros países. Além disso, há ainda maior expectativa em relação ao ritmo de alta do juro que o FED (Banco Central dos EUA) irá imprimir aos seus movimentos em decorrência da guerra. A depender de como for solucionado o conflito e a sua duração, os prêmios de risco embutidos nos preços dos ativos em todo o mundo poderão levar mais tempo para serem revertidos.

No Brasil, os efeitos da elevação dos preços das *commodities*, o acirramento da alta dos juros e escassez de insumos estão entre as preocupações, mas elas ainda não podem ser avaliadas de forma precisa. No início de março, o petróleo permanecia acima de US\$100/barril, com forte viés de alta, enquanto os bancos centrais procuravam agir para minimizar pressões inflacionárias de curto prazo. “A Ucrânia veio marcar um novo tema para a economia global, substituindo a pandemia”, reflete Fernando Gonçalves, Superintendente de Pesquisa Econômica do Itaú Unibanco.

Essa conjuntura abrangeu tanto as economias mais avançadas quanto as emergentes, que começaram a viver num mundo de juros elevados para combater a inflação. “No período que precedeu a invasão da Ucrânia, o contexto global era de inflação pipocando em diversas regiões do mundo. Saíamos de um ambiente de juros baixos para um cenário em que passou a haver preocupação relevante com a inflação e a alta dos juros”, afirma.

O Brasil também entrava nesse ambiente quando aconteceu o choque global da economia e uma elevação importante nos preços das *commodities*. A guerra, diz Gonçalves, tende a impactar a Rússia como grande exportadora de petróleo e gás natural. A Ucrânia tem exportações importantes de milho e trigo e há dúvidas sobre a capacidade de replantio no país, que também é forte em exportação de alumínio. “Há ainda vários outros insumos metálicos afeta-

dos, como o níquel e o paládio, em que a Rússia é muito forte. Eles são utilizados na produção de *chips* e peças automotivas, por exemplo”, aponta o economista.

Por aqui, ele vê a inflação de preços corroer os ganhos reais, com uma consequente perda de crescimento da atividade econômica. “A indústria brasileira está sofrendo novos problemas de oferta de insumos, seja no paládio, seja em outras *commodities* metálicas”, diz.

Todavia, Gonçalves lembra que o País está relativamente bem posicionado por ser exportador de *commodities* agrícolas. Assim, “a conjugação de perda de ganhos reais, juros altos e redução de oferta talvez não tenha impacto tão forte”, acredita. Por outro lado, enquanto o Brasil tende a sair ganhando nessa frente, terá que pagar preços mais altos pelo que importa, como os fertilizantes.

O Itaú ainda tenta avaliar a magnitude e a duração de todo esse choque. Até o início de março, porém, mantinha estimativa de variação de 5,5% para o IPCA e 0,5% de queda para o PIB em 2022. Em relação à Selic, a estimativa era de 12,5% para o final do ano, mas o economista lembra que agora há muita incerteza.

Entrada de recursos

Sob o ponto de vista do investidor, essa incerteza exacerba a tendência mais forte de ir para a renda fixa (nesse momento, o movimento é na direção da renda fixa americana) e, no mercado acionário, buscar as ações de empresas mais tradicionais. O especialista lembra que o investidor estrangeiro deve

Brasil está bem posicionado por exportar *commodities* agrícolas

retomar seu apetite pelo Brasil e trazer maiores fluxos de recursos, até porque a Bolsa aqui está barata. “O estrangeiro tem demonstrado muito interesse pelo Brasil porque o mercado entrou naquele momento de rotação dos investimentos que passou a privilegiar os emergentes”, reflete Gonçalves.

O juro doméstico também tem sido um fator relevante de atração de capitais, mesmo porque a elevação de taxas pelo FED deverá ser gradual, aponta o economista. “Por enquanto estamos ganhando de lavada em termos de juros altos, daí a apreciação do real frente ao dólar. Esse grande diferencial entre o juro americano e o brasileiro só começará a ser reduzido no final do ano, porque mesmo com altas nos EUA, aqui também teremos novas elevações de taxas em 2022”, observa.

Outra incógnita que preocupa o mercado é a política econômica do governo brasileiro para fazer frente à alta internacional dos preços de gasolina/diesel. Um eventual exagero de medidas de cunho “populista” pode mudar a percepção dessa trajetória e aumentar os prêmios de risco sobre os ativos brasileiros, na contramão do fluxo de entrada de recursos.

Ano turbulento

O ano de 2022 será turbulento interna e externamente, ressalta o Sócio e Economista-Chefe da MB Associados - Consultoria em Análise Macroeconômica, Sérgio Vale. Ele observa que o impacto sobre a importação brasileira de fertilizantes é um dos

efeitos indiretos da guerra na economia local e especificamente sobre o setor do agronegócio. Além disso, é preciso avaliar como a situação afetará a exportação de *commodities* agrícolas pela Ucrânia, bem como os preços desses produtos.

“A elevação de preços poderia ser positiva para nós porque juro elevado e *commodities* em alta levam à apreciação cambial, mas um eventual envolvimento maior dos EUA no conflito poderia ter resultados mais dramáticos.” Para o Brasil, será fundamental fazer um trabalho diplomático porque o País já entrou em estresse com as três forças envolvidas: EUA, União Europeia e China”, pondera Vale.

Até meados de março, a consultoria havia elevado a sua projeção de Selic de 12,25% para 13% para este ano. “O BC está correndo atrás, mas talvez deva acelerar ainda mais esse ritmo, mesmo porque os EUA terão que subir os juros acima do que se imaginava”, diz o economista. Na Bolsa, ocorreu expressiva entrada de dinheiro até fevereiro, mas a renda fixa é mais atrativa e o processo de entrada de capitais já começou a ser revertido. “Há um dilema sobre onde aplicar o dinheiro e no curto prazo a renda fixa é mais favorável do que o mercado de ações, pois o ano será de crescimento baixo e eleições, com bastante volatilidade”, afirma.

Além disso, o cenário fiscal ainda é adverso, trazendo riscos para o próximo governo, porque em ambiente de juro mais alto aumenta também o custo

Mercado vive momento de rotação que privilegia emergentes

financeiro da dívida. “Será preciso fazer uma contenção importante do lado fiscal em 2023. Não há muito espaço para elevar receitas e não se sabe ainda o que virá do novo governo em relação a reformas e política fiscal, nem como será a sua condição de governabilidade frente a uma eventual e provável derrota da direita”, analisa Vale.

Apesar de ter um bom traquejo político, o mercado receia que o ex-Presidente Lula queira desfazer algumas reformas promovidas nos governos Temer e Bolsonaro. “De que modo o PT irá lidar com as reformas econômicas é uma questão fundamental. A resposta não é simples, então é preciso esperar para conhecer seus ministros. O ano de 2022 vai demandar muito sangue frio, conhecimento e percepção de longo prazo para o investir na Bolsa”, afirma.

Movimentos abruptos

“Todos os ingredientes para que este ano traga maior volatilidade estão presentes, com movimentos mais rápidos em todos os mercados”, avalia o economista Carlos Heitor Campani, da Coppead - UFRJ. “Isso não quer dizer que o mercado será todo para baixo, mas em geral, esses são anos de movimentos abruptos, que produzem grandes perdas, como foram 2008, com a crise do *subprime* e depois a crise da Covid”, avisa. Mas há também um lado positivo porque, de modo geral, o mercado já precificou muita coisa.

Para o gestor de investimentos, diz Campani, é importante adotar uma for-

ma de atuação que não seja tão especulativa, mas que tenha uma carteira bem diversificada em várias classes aqui e lá fora. Na previdência, que trabalha com dinheiro de longo prazo, é melhor diversificar para ter maior confiança e poder beber de todas as águas. “Isso fará com que a carteira no mínimo perca menos do que em estratégias especulativas.” O exterior não pode ser desprezado, diz ele, desde que a alocação seja bem diversificada. “Agarrar taxas pré-fixadas a 12% ou 13% é uma grande vantagem para quem tem esse olhar de longo prazo”, aponta.

Em conjunturas como a atual, sobressai também a percepção da importância de ter metas atuariais que representem bem a realidade do momento, sem esquecer os objetivos de longo prazo das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. As metas, defende Campani, precisam ser consistentes, e a atual metodologia de cálculo tem espaço para melhorar, evoluindo de acordo com as dinâmicas do mercado nas taxas de longo prazo. “Caso contrário, as EFPCs ficam no ‘metaverso’, pois os corredores de taxas traduzem valores que não refletem o que ocorre no mercado, um verdadeiro calcanhar de Aquiles para as entidades”, conclui. ■

Por **Martha Corazza**

“As EFPCs ficam no ‘metaverso’, pois os corredores de taxas não refletem o que ocorre no mercado”

AUTORREGULAÇÃO

A IMAGEM E A GESTÃO DE SUA ENTIDADE
NUNCA MAIS SERÃO AS MESMAS!

Acreditar e adotar processos de Autorregulação é validação de segurança para qualquer entidade, além de colaborar com a ampliação de competências em controlar as ações de forma mais estratégica e efetiva.

Ser autorregulado é estar pronto para assumir desafios de maneira certa e preparada.

Entendemos que uma boa gestão é um ativo de valor, pois assegura a sustentabilidade e abre portas de oportunidades.

 **TENHA A MARCA DA CREDIBILIDADE E AMPLIE SEUS NEGÓCIOS!**

É por isso que estamos, lado a lado de você, associada, oferecendo recursos para que sua entidade seja, cada vez mais, sinônimo de confiança, proporcionando complementaridade e potencialização de resultados, com maior força e probabilidade de eficiência e eficácia de funcionamento do setor, fomentando seu desenvolvimento, intensificando a reputação das instituições e consolidando a confiança da sociedade.



**NOVO
CÓDIGO DE
AUTORREGULAÇÃO
EM GOVERNANÇA DE
INVESTIMENTOS**

ABRAPP SINDAPP ICSS



**CÓDIGO DE
AUTORREGULAÇÃO
EM GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

ABRAPP SINDAPP ICSS

SAIBA MAIS

Acesse os conteúdos através do QR Code e garanta a adesão de sua entidade!

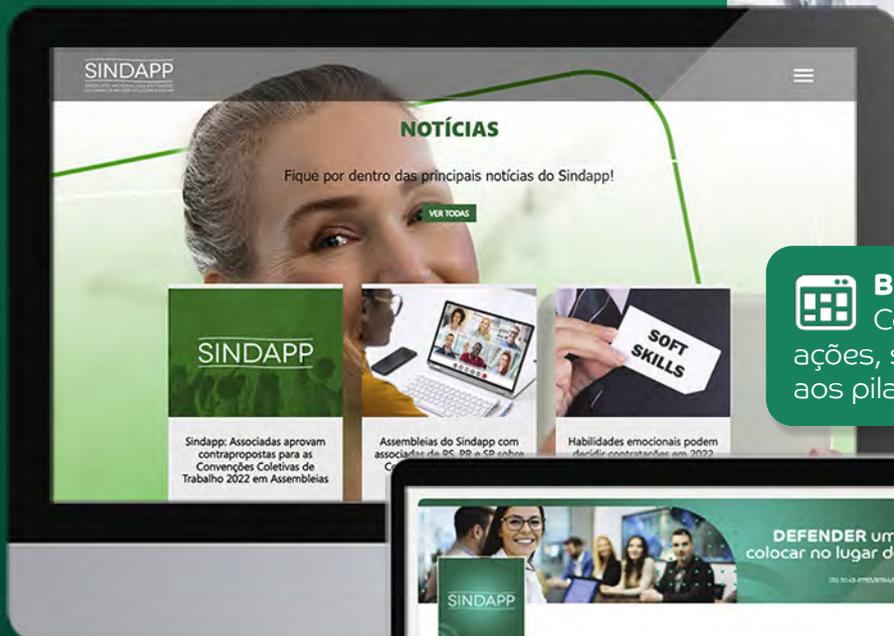


SINDAPP

www.sindapp.org.br

Atuamos no estudo, coordenação, proteção e representação legal das entidades, em defesa da representatividade sindical, prestando assistência a dirigentes e ex-dirigentes, celebrando e conciliando as convenções coletivas de trabalho, defendendo seus atos regulares e promovendo os princípios éticos como fundamento vital da gestão das entidades, preservando o valor social do Regime Fechado de Previdência Complementar. Além dos muitos benefícios, que estão à disposição de todos.

Acreditamos que defender um segmento é se colocar no lugar de cada associada.



BLOG SINDAPP EM AÇÃO!

Confira as principais notícias sobre ações, serviços e temas relacionados aos pilares de atuação do Sindapp.



ESTAMOS NO LINKEDIN

Nos acompanhe e fique mais informado sobre assuntos que são de grande importância para a estratégia e o dia a dia da sua entidade.

CASES DE INOVAÇÃO REVELAM IMPACTO DO HUPP!

Entidades participantes consideram a experiência enriquecedora, um verdadeiro “celeiro de novas ideias”.

Live será utilizada para compartilhar experiências com o sistema

Coordenado pela Conecta Soluções Associativas, o primeiro *hub* de inovação focado no sistema de Previdência Complementar, o HUPP!, lançado pela Abrapp em 2020, resultou em seis casos de provas de conceito (POC) para testar, na prática, as soluções desenvolvidas, em conjunto, pelas seis *startups* e cinco EFPCs que “deram match” e chegaram nessa fase. Agora, a Conecta prepara uma apresentação em forma de

live, prevista para abril, em que os resultados do HUPP! serão compartilhados com o público.

“Vamos solicitar que as entidades nos enviem relatórios sobre os ganhos, desafios e dificuldades”, diz Cláudia Janesko, Superintendente Executiva da Conecta. O objetivo é levar um pouco da experiência e do aprendizado de inovação às demais associadas da Abrapp. Em seguida, a intenção é discutir uma nova rodada com as

startups para tentar construir modelos que “empacotem” as soluções encontradas, de forma que possam ser distribuídas para o sistema.

A segunda experiência do HUPP!, prevista para o início de 2023, será em nova modelagem, explica Janesko. “O desenho que utilizamos nesta primeira vez foi o mesmo usado por outros *hubs*, mas, frente à complexidade do nosso sistema, alguns aspectos precisarão ser repensados”, admite.

Em grupos desse tipo, explica, normalmente algumas empresas entram financiando o projeto. “Aqui, a Abrapp financiou e as EFPCs arcaram com os custos de realizar as POCs. Porém, o diagnóstico das demandas de inovação apresentadas por elas foi feito no decorrer do processo e muitas variáveis ficaram em aberto na largada, o que dificultou precificar adequadamente esses custos”, observa.

No novo modelo, a Conecta definiria de antemão o escopo das soluções. O edital já traria as POCs, de modo que as entidades conhecessem, desde o início, o escopo e a precificação das soluções propostas. “Do jeito que foi, cada uma precisou fazer o seu próprio desenho de orçamento e depois realizar ajustes”, detalha.

Entre as entidades que chegaram à etapa final desta primeira edição, dois *cases* estavam particularmente avançados no início de março: o da fundação Real Grandeza e o da Capef. Em ambos, os resultados têm sido considerados muito positivos, tanto

pelos soluções tecnológicas obtidas quanto pela convivência com o universo das *startups* e o aprendizado resultante. A grande meta foi encontrar opções tecnológicas eficientes, com boa relação custo/benefício, que assegurassem conforto e segurança a participantes/assistidos e entidades.

Real Grandeza

“A experiência do HUPP! foi excelente, até porque todo o sistema de Previdência Complementar fechada está louco por inovação”, avalia Rodrigo Bittencourt, Gerente de Benefícios Previdenciários da Real Grandeza. Ele diz que eram, no início, 15 EFPCs e mais de 30 *startups* candidatas num processo de pré-qualificação que foi se afunilando aos poucos. Com 13 mil participantes nos planos de benefícios e 37 mil vidas em seu plano de saúde, a fundação buscava novas soluções tecnológicas para facilitar a interação com esses públicos.

Na etapa final do projeto, a EFPC estava pronta para fazer duas provas com duas *startups*, mas uma delas acabou por ser descartada porque não mostrou a necessária aderência às demandas apresentadas. Era uma prova que envolvia um dispositivo facial desenvolvido para monitorar os sentimentos dos clientes nas redes, montado a partir dos dados cedidos pela entidade à *startup*. “A prova chegou a ser feita, mas não avançou”, explica Bittencourt.

Na segunda solução, que envolve meios de pagamento, desenvolvi-

A segunda experiência do *hub* deverá acontecer em 2023, com modelagem aprimorada

da pela *startup* Trampolin, tudo deu certo. “Ela será muito importante para o nosso plano família”, ressalta o Gerente. “Sempre tivemos problemas de meios de pagamentos, mas, no caso do plano família, sentimos que contar apenas com boletos poderia causar dificuldades. Precisávamos de uma solução tecnológica mais eficiente.”

Para isso, como uma espécie de carteira digital, a *startup* desenvolveu uma conta digital livre que o cliente pode usar para pagar o plano de benefícios e outras contas. “Montamos o protótipo e no final de 2021 fizemos uma pesquisa que comprovou sua aderência à nossa demanda. O levantamento mostrou inclusive que os participantes já utilizam bastante as contas digitais. A solução deverá ser implementada ainda em 2022”, detalha Bittencourt, acrescentando que a ideia é adicionar funcionalidades ao *App*.

O plano família, que será aberto para inscrições em abril, vai começar a fazer suas cobranças ainda por meio de boletos e débito em conta. Aos poucos, porém, partirá para a transição. O novo plano está atrelado ao projeto de crescimento da entidade e a expectativa é atrair cinco mil vidas nos primeiros cinco anos. “O HUPP! foi extremamente enriquecedor para nós porque as EFPCs costumam ficar fechadas em seu próprio sistema e não há muitos fornecedores focados no segmento. A iniciativa atraiu as *startups* para o mer-

cado, o que deve gerar novas ideias”, pontua o Gerente.

Capecf

Dentro do que foi proposto no HUPP!, a Capecf ficou interessada, em especial, pelas ideias voltadas à área comercial e projetos de reconhecimento facial para a prova de vida e recadastramento dos participantes (que a entidade faz pelo menos a cada dois anos, cumprindo exigências legais).

“É preciso que façamos uma comunicação adequada para comprovar a vida dos aposentados ou pensionistas, e a solução que demandamos às *startups* ia nesse sentido. Ela teria que ser segura para nós sem ser incômoda para os clientes”, observa Raquel Ribeiro de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Institucional da entidade. Ela lembra que as EFPCs perderam a parceria com o SISOB, que fazia a varredura nos cartões para verificar os óbitos. “De lá para cá, a nossa necessidade por soluções ficou maior”, diz.

A opção pela biometria veio garantir a confirmação de que a pessoa está viva sem gerar qualquer incômodo ou risco, mas a Capecf também procurava facilitar outros processos na área comercial, utilizando o recurso para autorizar, por exemplo, os contratos de empréstimos. Em princípio, a prova de vida seria apenas para o público assistido e, embora o recurso já seja bastante difundido no mercado, havia preocupação com as

Na Real Grandeza, uma conta digital pode ser usada para pagar o plano e outras despesas

O foco da Capef foi a biometria facilitada para prova de vida e empréstimos

dificuldades que as pessoas idosas poderiam encontrar ao utilizar as novas tecnologias; assim, o piloto foi mais focado nesse aspecto.

O projeto todo ocorreu de maneira fluida na parceria com a *startup* Inovamind, diz Oliveira. Em novembro de 2020, começou a ser feita a prova de conceito, e em junho de 2021, o piloto já estava rodando junto aos 5.500 participantes que precisavam fazer a prova de vida para cadastramento. Até outubro, mais de 99% do público-alvo estava cadastrado.

“Queríamos que a experiência fosse boa para o participante, minimizando os seus problemas com a tecnologia.” Na biometria, há a opção de usar o celular próprio ou de algum membro da família, e os testes mostraram que seria mais fácil fazer tudo via *WhatsApp*. O trabalho também foi conduzido de modo a pensar no custo/benefício de cada solução para a entidade e respeitar a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), lembra a Gerente.

Depois de estabelecida a solução para cadastrar os assistidos, a EFPC propôs que a biometria fosse utilizada nos contratos de abertura de crédito para os participantes, em analogia com os bancos digitais. “Tivemos uma comunicação rápida com a Inovamind, que esteve sempre disponível para fazer os ajustes necessários. O único problema é que eles não têm um ambiente permanente de homologação”, explica Raquel Oliveira.

Em relação aos próximos recadastramentos, a Gerente conta que a entidade está revisando o uso do modelo de biometria e pretende avaliar o quanto facilitado ficou o processo, agora que já existem os bancos de imagens de documentos dessas pessoas. “Muitas empresas passaram a oferecer serviços de varredura em cartórios, então vamos reavaliar, em termos de custo/benefício, se faremos parceria com essas empresas, mantendo a biometria apenas para outros processos, como o de crédito”, avisa.

A utilização da biometria na área comercial, inclusive, pode abranger diversos serviços além da abertura de crédito, como a concessão de aposentadorias e a adesão aos planos porque, embora 99,9% dessas adesões já sejam feitas *online*, ainda é preciso assinar o contrato.

Participar do HUPP! e ter a oportunidade de trabalhar com *startups* que já têm soluções validadas foi uma experiência muito positiva, pondera Raquel Oliveira. “A possibilidade de viver nesse ecossistema de *startups* foi importante para quebrar certas resistências e abrir espaço para alavancar a busca de novas soluções no futuro”, afirma. Trabalhar com empresas selecionadas, sérias e bem estruturadas foi o maior benefício, conclui. ■

Por Marta Corazza

CRESCIMENTO PÓS-PANDEMIA COMEÇA POR INTEGRAÇÃO REGIONAL MAIS INTENSA

América Latina produziria
mais emprego e renda se investisse
em novo modelo de produção

O 14º *Latin American Economic Outlook*, intitulado “Trabalhando juntos para uma recuperação melhor”, defende que a cooperação regional e o fortalecimento do contrato social são fundamentais para que a América Latina e o Caribe (ALC) superem as dificuldades que lhe são características, estimulando as cadeias produtivas, gerando empregos (e renda) e, assim, promovam a transformação tecnológica.

Desde a sua primeira edição, em 2007, a publicação anual - atualmente assinada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), pelo Banco de Desenvolvimento da

América Latina (CAF), Comissão Europeia e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - se propõe a analisar o desenvolvimento na região, comparando-o a outras partes do mundo, além de recomendar políticas, relatar experiências bem-sucedidas e boas práticas internacionais.

Os responsáveis pelo estudo salientam que os países da ALC foram os mais severamente afetados pela pandemia e hoje encontram-se apenas no início do longo processo de recuperação da mais profunda recessão de sua história. Embora respostas rápidas à crise da COVID-19 tenham evitado a materialização de cenários mais pes-

▶▶AMÉRICA LATINA E CARIBE

simistas, a pandemia teve efeitos devastadores, ainda que variáveis, sobretudo para os mais vulneráveis, como mulheres e jovens.

A heterogeneidade de respostas dependeu - e depende - em grande medida, da capacidade de organização dos governos em conscientizar as populações e distribuir vacinas, por exemplo. Ainda assim, os países da região seguem compartilhando baixos níveis de produtividade, profundas desigualdades sociais e problemas de cunho ambiental. “Tais fatores evidenciam ainda mais a necessidade de aprofundar o multilateralismo”, salientam os pesquisadores.

Cadeia produtiva

Em 2021, o *Latin American Economic Outlook* detalhou um pouco mais a abordagem denominada “Desenvolvimento em Transição” (*Development in Transition - DiT*), apresentada inicialmente na edição de 2019. Trata-se de um conjunto de ações destinadas a promover a integração regional e intercontinental, abrindo espaço para um novo modelo de desenvolvimento. O estreitamento de parcerias com a União Europeia é de particular relevância em tal contexto, aponta o estudo.

Segundo especialistas, o fortalecimento da integração regional é importante porque a maioria das iniciativas até agora teve enfoque comercial e de mercado, com pou-

ca atenção dispensada à integração produtiva.

Para se ter uma ideia, em 2020, apesar da existência de diversos acordos comerciais regionais, apenas 13% das exportações permaneceram na ALC, proporção que vem diminuindo gradativamente desde 2014. Outro ponto relevante é o fato de haver, no total de exportações, menos de 6%, em média, de bens importados regionalmente. Entre os setores que poderão se beneficiar do incremento da integração regional estão, em particular, o automotivo e o farmacêutico, de energia renovável, a economia circular e a agricultura sustentável.

A cadeia produtiva não contribui para a integração regional nem para o alcance de ganhos de produtividade no longo prazo, que promovam o crescimento. A ALC dispõe de uma estrutura produtiva pouco diversificada, agrupada em setores de baixo valor agregado e bens de baixo conteúdo tecnológico, assinalam os estudiosos. Nas últimas duas décadas, apenas 24% do crescimento do PIB foram

Dificuldades
compartilhadas reforçam
ainda mais a necessidade
de aprofundar o
multilateralismo

resultado do aumento da produtividade laboral. Na China, essa fatia é de 96%; na Índia, de quase 80%.

A estrutura produtiva regional também limita as oportunidades de diversificação técnica, algo que pode ser atribuído ao fato de a integração aos mercados internacionais estar restrita a um pequeno número de empresas de grande porte, que atuam em setores intensivos em recursos naturais e oferecem poucas oportunidades de participação em atividades de maior valor agregado.

Há, também, inúmeras pequenas e médias empresas desconectadas dos mercados internacionais. Sem incentivos para que essas empresas invistam em maior capacidade produtiva e/ou tecnologia, a região deve continuar presa à baixa produtividade e valor agregado.

Transformação digital

Segundo os responsáveis pelo estudo, a estrutura produtiva da América Latina e Caribe deveria se deslocar para setores mais intensivos em tecnologia, demanda e mão-de-obra qualificada. Tudo isso preservando-se os recursos naturais, a biodiversidade e o meio ambiente.

Apesar de ter havido progresso em termos de conectividade, o ritmo da transformação digital tem sido moderado. Em média, a digitalização dos negócios foi de 4,5%

entre 2014 e 2016, bem abaixo dos países do sudeste asiático (13,1%) ou China (16,4%).

Se bem desenhadas, políticas comerciais, industriais e de investimento poderão ter impacto positivo triplo, seja elevando a competitividade e a criação de empregos, a resiliência a crises futuras, seja promovendo uma maior transição verde e digital.

Entretanto, essas mudanças exigem um conjunto coordenado de políticas (tecnológicas, industriais, fiscais, ambientais, sociais, etc.) para que sejam sustentáveis. Dadas as suas peculiaridades, cada país, portanto, deverá definir qual o melhor caminho a ser seguido.

Contrato social

O contrato social é, de forma ampla, um acordo abrangente, intangível e implícito, regido por um conjunto de regras e instituições formais e informais, que une determinada sociedade. Inaugurar um novo contrato social também é condição *sine qua non* para a recuperação da América Latina neste período pós-pandemia.

Por isso, a abordagem DiT (*Development in Transition*) propõe novas estratégias de elaboração de políticas nacionais que coloquem, em primeiro lugar, o diálogo com todos os segmentos da população, a prestação de contas e a confiança nas instituições, fatores imprescindíveis para que sejam viabilizadas

Em 20 anos, 24% do crescimento do PIB vieram da maior produtividade laboral. Em China e Índia, taxas são de 96% e 80%

as reformas necessárias. Mudanças incluem maior cobertura de proteção social, serviços públicos mais acessíveis e de qualidade, novas estratégias de produção, estruturas fiscais mais justas e maior participação cidadã.

Sem dúvida, há um longo caminho a se percorrer nesse sentido. Em 2020, apenas 38% da população da ALC confiavam no governo; mais da metade julgava o desempenho dos governantes ruim no combate à corrupção; e a maioria dos países apresentava níveis médios e altos no Índice Global de Impunidade. Durante a pandemia, a satisfação com os serviços públicos diminuiu consideravelmente.

Também em 2020, quase 50% da população declararam-se insatisfeitos com a educação e 53% com a saúde públicas. Similarmente, a concentração de poder gera descontentamento: 73% dos latino-americanos acreditam que seu país é governado conforme os interesses de grupos mais poderosos. A confiança interpessoal, por

sua vez, atingiu baixa histórica no período de referência (12%).

A despeito das dificuldades, os governos devem fazer uso de políticas fiscais, sociais e de transformação produtiva para construir um novo contrato social. Na prática, porém, isso exige a conquista de amplo apoio entre todas as partes envolvidas (governo, sociedade civil, sindicatos e setor privado).

Para os estudiosos, os alícerces de um contrato social pós-pandemia devem girar em torno de duas dimensões interligadas. Em primeiro lugar, ele deve ser transversal, abrangendo: (i) grupos socioeconômicos - por meio de uma abordagem interseccional atenta às diferenças de renda, gênero, etnia e raça, entre outras; (ii) territórios - considerando as diferentes necessidades e oportunidades locais, buscando, quando possível, “superar” ou “contornar” divisões de espaço; e, por fim, (iii) gerações, assegurando que as decisões políticas busquem o equilíbrio dos interesses entre as gerações atuais e futuras, oferecendo oportunidades aos jovens e reforçando o conceito de solidariedade intergeracional.

Em segundo lugar, o contrato social deve ter como objetivo alcançar estratégias produtivas resilientes e sustentáveis, que priorizem a criação de empregos de qualidade e “abracem” a transformação verde e digital. Ao mesmo tempo, deve

▶▶ AMÉRICA LATINA E CARIBE

assegurar sistemas de proteção social mais amplos e eficazes, além de um modelo de financiamento mais sustentável para o desenvolvimento.

Preocupação fiscal

As políticas monetária e fiscal serão pontos de referência de resposta à crise, definindo, em grande parte, o quão inclusiva e forte a recuperação será. As políticas fiscais, compostas por medidas de desoneração, ajustes orçamentários, despesas extraordinárias e empréstimos, entre outros itens, têm sido essenciais para mitigar efeitos adversos, seja sobre famílias, empresas ou sistemas públicos de saúde. Por óbvio, o espaço de manobra será menor nos países mais endividados ou com inflação mais difícil de ser controlada.

Os pesquisadores também defendem que a combinação adequada de políticas tributárias pode ajudar a aumentar receitas sem comprometer a recuperação econômica ou o bem-estar das pessoas; no entanto, seu ordenamento e o apoio da sociedade civil serão determinantes para o sucesso. Entre as opções estão medidas para reduzir a evasão fiscal, que em 2018 custou à América Latina cerca de 6,1% do PIB em impostos não-pagos tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, além da eliminação de gastos desnecessários.

Educação e trabalho

A pandemia e o fechamento das escolas ampliaram as desigualdades já existentes no que tange ao acesso e à qualidade da educação na América Latina. Em média, entre março de 2020 e maio de 2021, as instituições de ensino da região ficaram fechadas 70% mais tempo que a média dos países-membros da OCDE.

Há de se considerar ainda que a maioria dos alunos da ALC não dispõe de recursos necessários para conexão e uso de dispositivos eletrônicos, com clara distinção entre escolas públicas e privadas. Tamanha discrepância resulta em desigualdades na educação continuada entre indivíduos provenientes de contextos socioeconômicos distintos.

Sendo assim, políticas adequadas nesta fase de recuperação pós-pandemia podem ajudar a diminuir desigualdades na educação e fomentar a aquisição de competências nas fases iniciais da vida, aumentando, assim, a probabili-

Políticas fiscais adequadas
podem gerar receita
sem comprometer a
recuperação econômica ou
o bem-estar das pessoas

dade de se conseguir empregos de melhor qualidade no futuro.

Além de causarem perda de capital humano, interrupções no cronograma escolar fizeram com que as mulheres, que em geral são as principais responsáveis pelo cuidado aos filhos, perdessem seus empregos, afetando a recuperação econômica. Logo, políticas destinadas a elas nesta fase de recuperação pós-pandemia assegurariam uma redistribuição mais equitativa do trabalho doméstico, incrementando a sua participação no mercado de trabalho.

Proteção social

Em se tratando de proteção social, a confiança nos sistemas da América Latina e Caribe é baixa, sobretudo entre os mais pobres e os informais. Mais de 1/3 das pessoas duvidam que terão direito a uma pensão, por exemplo, algo que os especialistas enxergam como uma oportunidade de adaptação dos sistemas ao mercado laboral e às habilidades específicas dos trabalhadores da região.

A proteção social na ALC carece de mecanismos de financiamento mais fortes, o que se traduziria em contribuições mais flexíveis, dentro do modelo não-contributivo, contributivo ou voluntário. Considerando o envelhecimento da população, o aprimoramento da rede de proteção aos idosos, seja em termos de cobertura pre-

videnciária quanto de assistência à saúde, torna-se fundamental, complementam os estudiosos.

Os países da ALC entraram na crise com cerca de 40% dos trabalhadores sem qualquer tipo de proteção social, o que se deve, em grande parte, à informalidade do mercado de trabalho.

Contudo, na fase mais aguda da crise sanitária, há um consenso de que os governos, de maneira geral, responderam rapidamente às demandas que foram surgindo, garantindo assistência aos mais vulneráveis. Face à difícil identificação ou alcance, pois muitas dessas pessoas não são registradas ou possuem conta bancária, investiu-se pesadamente no aprimoramento dos cadastros, no cruzamento de dados ou em formas alternativas de transferências, bem como no uso de tecnologias digitais, como telefones celulares.

Envelhecimento e informalidade

É sabido que a tendência ao envelhecimento tem imposto desafios à sociedade. Em média, antes da crise, diz o estudo, cerca de 75% da população com mais de 65 anos recebiam uma pensão, embora o montante contributivo fosse insuficiente para repor o nível de renda que o aposentado mantinha na ativa.

Os pesquisadores também apuraram que quase um terço dos

A dinâmica negativa de emprego e renda pressionou a classe média, aprofundando lacunas sociais e econômicas

benefícios previdenciários são pagos por regimes não-contributivos e que 42% das pessoas com mais de 65 anos dispõem de cobertura de planos de saúde públicos, gratuitos, o que acaba comprometendo a qualidade dos serviços e aumentando a pressão financeira sobre os sistemas de seguridade social.

Para piorar, o mercado de trabalho latino-americano é tradicionalmente informal, frágil e excludente. Em média, 45% da população vivem em domicílios que dependem exclusivamente do emprego informal; 22% em domicílios mistos, com pelo menos um membro com trabalho informal; e 33% em domicílios totalmente formais. Vale ressaltar, porém, que os níveis de informalidade variam desde 20% no Chile e Uruguai a mais de 60% na Bolívia, Honduras e Nicarágua.

Empobrecimento

A dinâmica negativa de emprego e renda exacerbada pela crise pressionou a classe média, aprofundando as lacunas sociais e

econômicas existentes. Dados indicam que um contingente extra de 32 milhões de pessoas passaram a receber rendimentos considerados baixos (sendo classificadas, portanto, como vulneráveis, pobres e extremamente pobres) em comparação a antes da crise.

Adicionalmente, o número de pessoas com renda média-baixa diminuiu 7 milhões e o de renda média-média encolheu 13 milhões (13,1%). O estudo apontou ainda que há 4 milhões de indivíduos a menos com renda média-alta (14,2%) e 2 milhões a menos com renda considerada alta (10,5%).

Apesar de todas as dificuldades, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Comissão Europeia e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concordam que América Latina e Caribe têm como principal desafio a uma recuperação forte e inclusiva pós-pandemia a geração de empregos de qualidade. “Políticas ambiciosas para estimular a inovação e a capacitação, promover a diversificação, elevar a estrutura econômica a outro patamar e atrair investimentos de qualidade se fazem urgentemente necessárias”, resumem os estudiosos. ■

Por Flávia Silva



EXPERTISE EM SOLUÇÕES PARA ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E RPPS

A MAG tem a longevidade com qualidade de vida como causa e atua com o propósito de prover soluções de proteção nos diversos momentos de vida de todos os brasileiros.

São mais de 5 milhões de clientes pelo Brasil.

Fazem parte do Grupo Mongeral Aegon a MAG Seguros, seguradora especializada em seguro de vida e previdência; a MAG Investimentos, empresa de gestão de ativos que administra cerca de R\$ 7 bilhões; a MAG Fundos de Pensão e a MAG Gestão Previdenciária, que desenvolvem e disponibilizam aos fundos de pensão parceiros um sistema próprio de gestão, além do Instituto de Longevidade MAG, uma iniciativa sem fins lucrativos que discute os impactos sociais e econômicos do aumento da expectativa de vida no país.



A nossa experiência de mais de 185 anos nos permite oferecer as soluções completas, modernas e flexíveis para o público de EFPC e RPPS.

Conte com a MAG!

EUGÊNIO GUERIM | EJUNIOR@MAG.COM.BR

ARNALDO LIMA | ARNALDOLIMA@MAG.COM.BR

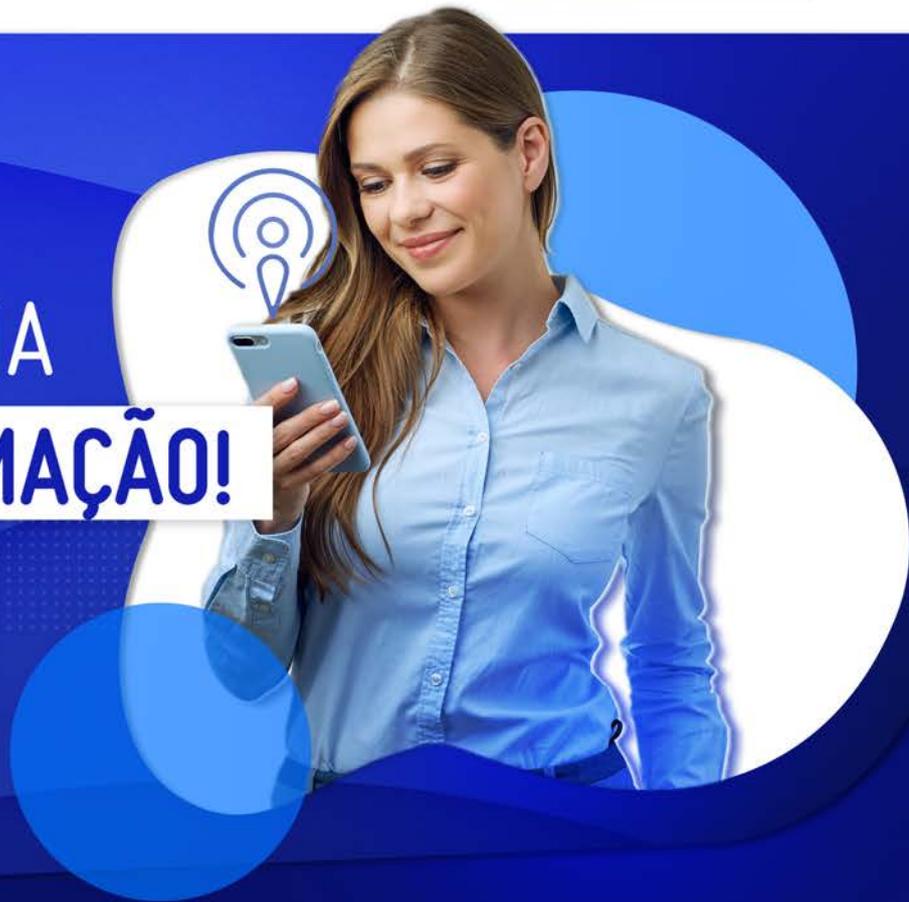
FERNANDO GABRIADES | FGABRIADES@MAG.COM.BR

 mag.com.br

MAG

GRUPO MONGERAL  AEGON

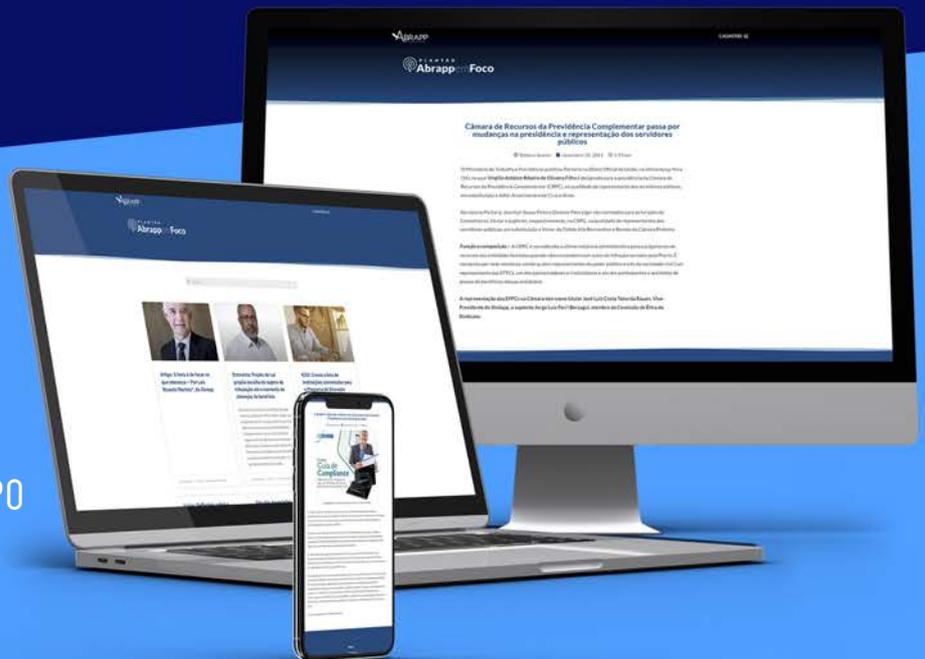
FOCO NO SISTEMA FOCO NA INFORMAÇÃO!



O **PRINCIPAL E MAIS ATUALIZADO** CANAL FOCADO EM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR TRAZ AS NOTÍCIAS DO SISTEMA EM PRIMEIRA MÃO



CADASTRE-SE GRATUITAMENTE E RECEBA DIARIAMENTE E EM TEMPO REAL AS MATÉRIAS EM FOCO!



ESTRATÉGIAS

BEM POSICIONADAS E OLHO NO LONGO PRAZO

Inflação, Selic e volatilidade afetaram os resultados dos planos no ano passado. Especialistas comentam os dados preliminares (positivos e negativos) e como buscar proteção daqui para frente

MARTHA ELIZABETH CORAZZA

A instabilidade que afetou os mercados em 2021 inspirou ajustes táticos de alocação ao longo do caminho e algumas Entidades Fechadas de Previdência Complementar exigiram o máximo de suas equipes de gestão de investimentos para buscar retornos positivos. Poucas delas, porém, conseguiram fechar o ano com retornos no mesmo patamar ou acima das metas atuariais/*benchmarks*. Fizeram diferença o tipo de precificação dos títulos públicos carregados, o grau

de imunização das carteiras, a aposta em ativos estruturados e o tamanho das parcelas alocadas no exterior. Usar as NTN-Bs para imunizar os fluxos, aliás, é a palavra de ordem para 2022.

Embora ainda não houvesse, até o fechamento desta edição, números definitivos sobre os resultados, a consultoria Willis Towers Watson vê um resultado ruim do exercício para o sistema como um todo. “Isso não foi privilégio só de uma ou outra EFPC. Algumas fecharam em situação deficitária, outras con-

▶▶ RESULTADOS

sumiram de forma relevante os superávits acumulados em anos anteriores”, analisa Evandro Oliveira, Líder da Área de Previdência da Consultoria.

A rentabilidade ficou distante das metas e a grande maioria não bateu a inflação, mas os casos de rentabilidade negativa foram pontuais. Do lado dos benefícios, diz o consultor, houve um crescimento de salários acima do mapeado. Mesmo ignorando o IGP e pensando apenas no IPCA, os passivos cresceram mais do que os ativos.

Outro fator que exacerba o efeito dos resultados ruins é a metodologia de cálculo utilizada pela Previc para definir a taxa de juro da avaliação atuarial. “Por olhar para o exercício anterior, a taxa que servirá de base para a avaliação acaba não refletindo a expectativa futura de juros. Ela fica abaixo dessa expectativa, o que agrava a situação deficitária”, diz Oliveira

Prefixados e IPCA

Maurício Martinelli, Líder de Investimentos da consultoria Mercer Brasil, diz que a maior parte das EFPCs tem investimentos de renda fixa que pedem retornos acima da variação do CDI, com um pouco mais de risco. “Foi um ano desafiador porque o gestor precisava acertar a estratégia e o momento exato de entrada e saída”, observa Martinelli. Ainda assim, poucas estratégias conseguiram ganhar. Uma delas foi a de crédito privado, para quem aproveitou a abertura de taxas em 2020 e ganhou com a sua queda em 2021. Nos títulos públicos, quem não tinha uma parte expressiva imunizada com papéis compra-

dos a taxas atrativas, o período também foi desafiador.

Grande parte das cerca de 30 EFPCs acompanhadas pela Mercer já estavam com as carteiras de seus planos BD imunizadas e, por conta disso, foram até favorecidas pelo estudo anual de taxas de juros feito pela Previc, conta Martinelli. Como a expectativa para a Selic era menor no final de 2020 do que no final de 2021, a parte líquida das carteiras projetou taxa esperada maior no final de 2021, e a parte que estava em liquidez rendeu melhor. “Os estudos ficaram entre 40 e 50 pontos-base acima, o que ajudou os planos que tinham carteiras bem imunizadas”, afirma.

Em 2022, complementa o consultor, a Mercer vê um problema perigoso de pressão inflacionária, além do ruído político e do encarecimento do serviço da dívida pelo juro mais alto. “Nossa avaliação é de que não há convicção este ano para aumentar o apetite, mas também não há motivo para reduzir o risco dos investimentos.” As EFPCs atendidas pela Mercer têm em média 5% a 6% investidos no exterior e a recomendação é para que mantenham esse percentual.

Índices descolados

O descasamento entre os índices das famílias IGP e IPC foi relevante no ano passado, o que é outro problema para o equilíbrio dos planos, sublinha Maurício Martinelli. “A Resolução CNPC nº 40, de 2021, permitiu a troca de indexadores, mas esse é um processo que demora algum tempo”, explica.

2021 foi o segundo ano consecutivo em que ocorreu esse descolamento de

Efeito dos resultados ruins é acentuado pela metodologia de cálculo da taxa de atuarial

índices, prejudicando até mesmo os resultados das EFPCs que estavam bem imunizadas, mas que mantiveram o indexador em IGP-M ou IGP-DI. “O problema é sério. Mais de doze entidades nos procuraram para fazer os estudos necessários, sendo que uma delas já teve a troca aprovada pela Previc para dois de seus planos”, conta Martinelli. A decisão exige estudos de aderência à taxa de juro real para ter certeza de que o passivo está bem alinhado aos ativos.

Equacionamento

De acordo com Evandro Oliveira, em 2022 será preciso trabalhar no processo de equacionamento do déficit de muitos planos, o que exigirá atenção especial diante de mais um ano de alta volatilidade e incerteza. “Não sei se haveria espaço para flexibilizar regras de equacionamento hoje, como chegamos a discutir no início da pandemia”, afirma o consultor. Ele pondera, entretanto, que talvez seja necessário postergar o fluxo de equacionamento, o que não seria problema uma vez que são benefícios de prazos longos.

Oliveira também defende uma futura rediscussão da taxa atuarial, construída “numa época em que havia pouca variação de juros de um ano para outro e o método não impactava tanto o cálculo dos passivos”. Em 2022, porém, ele observa que não é o momento de rever a metodologia, mesmo porque nenhuma mudança regulatória teria impacto retroativo. “Agora é só uma questão de discutir como as EFPCs farão para pagar o equacionamento do déficit”, conclui.

Segregação de reservas

A Aceprev (Acesita Previdência Privada) conseguiu terminar o ano com rentabilidade positiva e acima das metas atuariais em seus dois planos de benefícios. O *portfolio* tem como pilar principal os investimentos em renda fixa, com títulos públicos atrelados ao IPCA e em grande parte marcados na curva. “O ano passado foi de alta volatilidade, com inflação bem acima do esperado, o que nos manteve muito criteriosos na escolha dos ativos. Deixamos de alocar em qualquer coisa que fosse indexada ao CDI para evitar *gaps* em crédito”, diz Thiago de Resende Andrade, Diretor Financeiro e AETQ da entidade.

A EFPC fechou o ano com patrimônio total de R\$1,5 bilhão, dos quais perto de R\$ 1,3 bilhão aplicados em renda fixa. São administrados dois planos, classificados de acordo com os seus diferentes tipos de reservas. O maior deles, o plano Aceprev, responde por ativos de R\$ 1,428 bilhão, e registrou rentabilidade de 15,75% frente a 15,12% da meta atuarial (INPC mais 4,5%). O plano tem duas reservas tão bem segregadas que recebem nomes próprios, inspirados em metais diferentes. Uma delas, a reserva “Cromo”, que já tem perto de R\$ 565 milhões, permite aos participantes optarem pelo benefício vitalício na hora da aposentadoria. O passivo é de Benefício Definido (BD) e mais de 90% da carteira própria estão em NTN-Bs marcadas na curva, em longo prazo e sem risco.

Na parte restante do plano (R\$ 865 milhões), a reserva “Níquel” segue a regra de Contribuição Definida (CD) pura, mas

Aceprev obteve rentabilidade acima das metas em seus dois planos

como ainda tem passivo em CV (Contribuição Variável), a estratégia é bem estruturada para que o modelo híbrido seja adequadamente distribuído. “Em cada reserva são feitas contas atuariais com revisão constante, havendo um controle mensal das aposentadorias e eventuais ajustes necessários entre as reservas de acordo com o número de pessoas que optam pelo benefício vitalício”, diz Andrade.

No plano Aperam BioEnergia, bem menor, com ativos da ordem de R\$ 74 milhões, o retorno do ano ficou em 15,71% contra a meta de 14,57% (INPC mais 4%). Ele segue um modelo mais parecido com a reserva vitalícia, mas não é segregado.

A abertura das taxas em 2021 permitiu fazer algumas trocas na carteira de títulos e alongar prazo. A renda fixa foi mantida bem casada, procurando garantir um caixa mais baixo porque era indexado ao CDI. Com isso, explica Andrade, a situação ficou mais confortável à medida que a Selic subia.

Ao mesmo tempo, eram exploradas opções de mais longo prazo, como em fundos de crédito estruturados. “Essa classe deve entregar bons resultados no longo prazo: são fundos estruturados lastreados em debêntures, CRI, FIDCs”, observa.

Também foi fundamental a decisão de seguir com o programa de *private equity* iniciado entre 2011 e 2012, que vem produzindo resultados positivos de três a quatro anos para cá. “Temos uma mescla bem balanceada de fundos com diversos prazos, o que ajuda”, diz Andrade. São R\$ 85,2 milhões investidos e R\$ 97 milhões comprometidos com tais fundos, exclusivamente para as parcelas CD das reser-

vas. Um dos destaques é o fundo florestal de PE, “peça fundamental para o sucesso da carteira, por sua estabilidade”, afirma.

Além disso, a Aceprev trocou toda a sua base de renda variável, resgatando alocações locais e de exterior para criar um FoF (fundo de fundos), que vai acomodar toda a classe para buscar entregar inflação mais 5% a 6% ao ano. “O mandato desse fundo é discricionário, começou a investir em setembro de 2021, e há a possibilidade de *hedge*. O objetivo é não ficar à mercê do Ibovespa.” O modelo de fundo de fundos, aliás, está sendo replicado também para a classe de fundos multimercados estruturados da fundação.

Imunização

Com uma rentabilidade consolidada de 12,40% na soma dos seus oito planos no ano passado, a Valia atingiu o melhor retorno na carteira do maior deles, o plano BD, que rendeu 17,38% contra uma meta atuarial de 15,3%. Já nos perfis de investimento, os retornos variaram de 4,5% para o de renda fixa até 0,27% no perfil que tem mais renda variável.

“Os perfis com renda variável foram os que mais sofreram, enquanto o plano BD, cuja carteira não tem renda variável e investe a maior parte dos recursos em títulos indexados à inflação, marcados na curva, conseguiu superar a meta”, conta Maurício Wanderley, Diretor de Investimentos e Finanças.

A entidade, cujo patrimônio soma R\$ 27,3 bilhões, aproveitou a alta das taxas dos títulos públicos em 2021 para comprar mais NTN-Bs e imunizar o passivo de al-

Na Valia, os perfis com renda variável foram os que mais sofreram

guns de seus planos que têm obrigação de Benefício Definido.

Na renda variável, os percentuais estão baixos e o investimento no exterior, feito pelo plano CV, permite diversificar em diversas geografias e moedas. “O maior desafio é no plano CD, porque tem mais renda variável, mas aí a visão de Bolsa é de longo prazo tanto para os perfis de investimento quanto para os planos ciclo de vida”, explica Wanderley.

Ele destaca a importância de avaliar resultados sempre com a perspectiva das entidades de previdência. “Os ajustes feitos de acordo com o momento dos mercados fazem parte do cenário. O mais importante para nós, porém, é manter o olhar de longo prazo e ter rentabilidades médias elevadas em janelas maiores de tempo.”

Preparando o caminho

A mudança de cenário em 2021 mostrou que os números não estavam bem capturados pela maioria das projeções. A inflação, que era estimada em 3%, terminou o ano em dois dígitos. “Foi uma mudança drástica e um grande percentual de EFPCs sofreu. A grande exceção foram os planos mais maduros e com muitos títulos públicos marcados na curva”, avalia Marcos Aurélio Litz, *Portfolio Manager* da Fundação Libertas.

A entidade registrou rentabilidade positiva de 10,87% no consolidado de seus planos BD, mas não atingiu a meta de 15,78% que vale para a maioria deles. No resultado de todos os 13 planos administrados, incluindo os BD e os CD, a rentabilidade ficou em 6,64%. No caso específico

dos CD, porém, ele explica que foi possível bater o CDI.

“Em julho, rodamos os estudos de ALM e de fronteira eficiente, estressamos os cenários para fazer os ajustes pontuais em renda variável, multimercados e outros de maior risco, além de comprarmos uma tranche de NTN-Bs, com recursos do caixa, aproveitando as taxas melhores de 5,20% e 5,30% mais a variação do IPCA”, conta Litz.

As mudanças preparam o caminho para retornos melhores em 2022. “Com 12 novos gestores e 12 mandatos para evitar qualquer redundância entre as estratégias, o objetivo é deixar a carteira ainda mais diversificada e mais focada na *expertise* dos gestores”, explica Litz. São quatro fundos exclusivos 100% direcionadas que se somam aos fundos já existentes e cujos mandatos serão ajustados. Entre eles, dois mandatos de exterior, um de *global equities* e um multi-estratégia.

Desempenho diferenciado

A Prevcom (Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo), que administra patrimônio de R\$ 2,18 bilhões para 36,6 mil servidores públicos, encerrou o ano com rentabilidade nominal positiva no acumulado de 12 meses. No período de janeiro a dezembro, a carteira acumulou rendimento de 9,31% contra uma variação de 4,42% do CDI. “Tivemos um retorno diferenciado no segmento da previdência dos servidores públicos. Ficamos muito acima dos resultados obtidos pelas entidades congêneres, inclusive pelas federais”, comemora Carlos Flory, Diretor-Presidente.

A Prevcom teve *performance superior a de entidades congêneres*

▶▶ RESULTADOS

Foco no longo prazo é importante quando a conjuntura causa forte volatilidade

O retorno, porém, ficou abaixo do objetivo de investimento dos planos, (IPCA mais 4%) que, pressionado pela inflação, saltou para 14,46% no período. “A inflação chegou a um patamar que ninguém esperava e o mercado de ações também foi ruim, mas estamos bem posicionados”, explica Flory. Ele lembra que no mês de dezembro a carteira conseguiu retorno positivo de 0,94%, completando uma sequência de 12 meses de resultados positivos em 2021. Esse desempenho ficou a apenas 0,12 ponto percentual do objetivo de investimento, que fechou o mês em 1,06%.

O investimento no exterior, que representa 8% dos ativos, ajudou bastante no ano passado. “Sempre consideramos essa parcela como um instrumento de *hedge* para a nossa carteira de renda variável”, diz. Outra proteção vem da posição em títulos públicos, com 50% alocados em NTN-Bs indexadas ao IPCA, marcadas na curva. Ao todo, a entidade investe 70% do patrimônio em renda fixa, 12% em multimercados, 10% em renda variável, além dos 8% em exterior.

Petros quer casar fluxos

Os resultados preliminares da Petros já sinalizavam um desempenho acumulado aquém das metas. Apenas um plano registrava rentabilidade positiva, de 2,8%, enquanto os planos PPSP-R, PPSP-NR e o PP-3 tiveram desvalorizações anuais de 3,8%, 3,1% e 3,1%, respectivamente. Olhando apenas para dezembro, a fundação conseguiu retornos positivos para todos os programas.

“O ambiente econômico adverso atingiu não apenas os investimentos da Petros, mas dos demais investidores institucionais”, ressalta Paulo Werneck, Diretor de Investimentos da entidade. Ele lembra ainda que a Bolsa registrou forte queda, afetando outro importante segmento do mercado para as EFPCs, ao mesmo tempo em que a inflação elevou de modo expressivo as metas a serem atingidas.

Werneck considera mais importante, porém, lembrar que o resultado de um fundo de pensão deve ser observado no horizonte de mais longo prazo e não de forma isolada, principalmente quando há causas conjunturais fortes na origem das oscilações de preços dos ativos. “Na Petros, a carteira é sólida e diversificada, composta por títulos públicos, fundos ativos e ações de empresas consolidadas, com a robustez e a resiliência necessárias para enfrentar turbulências na economia e se recuperar das crises”, diz.

Esses fatores, aliás, foram fundamentais para que a fundação recuperasse resultados em 2020, depois de enfrentar um cenário de crise trazido pela pandemia no início daquele ano. “Nos últimos 36 meses, os investimentos da fundação registraram valorização de 28,12%, superando os principais *benchmarks* utilizados como referência”, pondera.

Em 2022, a Petros pretende ampliar seu foco em segurança, o que torna as alocações em renda fixa mais atraentes. “Esse contexto é ideal para adotar uma estratégia de imunização. Nosso objetivo é equilibrar o fluxo de pagamento de benefícios ao fluxo dos ativos investidos”, explica.

O direito à troca de indexadores

O questionamento judicial do direito à troca de indexadores adotados pelas entidades no reajuste do pagamento de benefícios coloca em dúvida os efeitos da Resolução CNPC nº 40/2021 e preocupa o sistema. Isso levou a Abrapp a pedir sua admissão como *amicus curiae* na Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas (Sinergia-Campinas) contra a mudança. No centro do debate está, na prática, a necessidade de muitos planos abandonarem o IGP-M ou o IGP-DI como indexador e substituí-los pelo IPCA ou outro índice menos descolado da rentabilidade dos ativos. Até porque não há mais a opção de investir em títulos públicos federais atrelados aos índices da família IGP, abolidos pelo Tesouro Nacional.

Enquanto a questão segue judicializada, porém, o processo de substituição fica impedido (o Sindicato obteve liminar), o que pode aprofundar o risco de desequilíbrios nos planos. “Os objetivos primordiais das EFPCs são os de pagar benefícios e acompanhar a solvência dos planos. No regime de capitalização, os ativos de investimentos respondem pela obrigação, o que traz a necessidade de ter um regramento dessa atualização, especialmente no que diz respeito aos planos BD”, afirma Jarbas Antonio de Biagi, Diretor Executivo da Abrapp e responsável pela Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos.

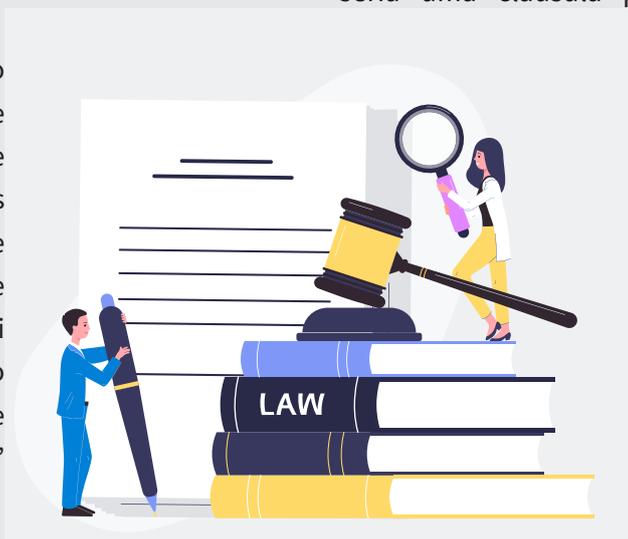
Ao longo da história do sistema, diz Biagi, sempre houve descasamentos entre os ativos e os compromissos de pagamento ajustados de acordo com o seu índice de atualização. “O assunto foi debatido com atenção no âmbito do CNPC até que se chegasse à Resolução nº 40.”

A Resolução traz inclusive o detalhamento dos itens que devem entrar no regulamento das entidades, entre eles o critério de atualização dos benefícios.

Há a necessidade de análise caso a caso, e as EFPCs poderão propor a alteração desse critério. O CNPC também decidiu inserir a condição por um estudo técnico da entidade sobre os seus ativos e a adequação econômica, financeira e atuarial ao índice que passará a ser adotado. A norma exige ainda que a proposta de alteração seja publicada com antecedência mínima de 180 dias para que os participantes possam ser comunicados e opinar sobre a mudança. “O mais importante, lembra Biagi, é que a decisão precisa ter um elevado nível de tecnicidade”, sublinha. Após o prazo de 180 dias, há uma deliberação seguindo esse caráter técnico.

A Resolução não tem juridicidade em seu mérito, diz Biagi. Por isso, ele acredita que as medidas judiciais não devam prosperar, exceto na possibilidade de serem considerados aspectos emocionais ou políticos. “Não há porque atacar a Resolução em seus fundamentos”, a qual, aliás foi produto de muito estudo e debate.

“Discutiu-se também, durante o processo de elaboração da norma, se o critério de atualização seria uma cláusula pétrea do regulamento do plano, mas a conclusão foi de que não deveria ser assim”, diz, acrescentando que o assunto é de caráter sistêmico porque a ação civil, cuja origem envolve o direito da Vivest trocar seu indexador, é movida contra a União, já que o seu objetivo é que sejam impedidos os efeitos da Resolução. ■



FAÇA PARTE DO MUNDO CONECTA VOCÊ TAMBÉM!

Esqueça os pagamentos indevidos! O Life Checking é a solução da Conecta para assegurar que sua EFPC não erre na hora de pagar os beneficiários.

A **conferência de vida** fica muito mais simples, rápida, segura e confiável!



Com o Conecta Life Checking, sua EFPC tem segurança graças à obtenção de informações da base primária de dados, respeitando a LGPD.

SOLUÇÃO DE PARCEIRO NOVO NA ÁREA COMPLIASSET

O compliance da sua empresa como você nunca viu antes

- 🌀 Compliasset é uma plataforma inovadora que controla os processos de ponta a ponta.
- 🌀 Usabilidade eficaz que elimina as burocracias dos processos de compliance.
- 🌀 Eficiência que engaja os funcionários das mais diversas áreas dentro da empresa.



Gostou? Entre em contato para mais informações!

✉ conectasa@conectasa.com.br 📞 WhatsApp (11) 4200-0331



conecta
soluções associativas

seja um realizador de sonhos

Com o **Plano Família** sua entidade ganha o propósito de levar a Previdência Complementar Fechada ao maior número de pessoas, através da extensão dos benefícios aos seus familiares, contribuindo com a poupança de longo prazo e promovendo o futuro de muitos. Com esta ferramenta de planejamento financeiro, tanto para aposentadoria como para realização de grandes projetos, sua entidade poderá:



Ampliar as fontes de receitas administrativas, aumentando a possibilidade de diluição de custos de gestão, em prol dos participantes e patrocinadoras



Potencializar o *Employer Branding* de sua entidade, atraindo e retendo talentos através do benefício aprimorado



Oferecer maior cobertura previdenciária para os participantes e seus familiares, com custos administrativos baixos e opções sofisticadas de investimento



Aplicar a Sustentabilidade com maior diversificação de negócio e receita



Saiba mais em como implantar o Plano Família em sua entidade através do QRCode

O SISTEMA DE CORPO INTEIRO NO SÉCULO XXI

“Não poderemos esperar o alinhamento de todas as estrelas.
Precisamos continuar fazendo bem a nossa parte.
Sejamos a mudança que desejamos ver”

Após cerca de 28 anos dedicados à Previdência Complementar (aberta e fechada), Carlos de Paula, um “velho” e querido conhecido daqueles que transitam pelo universo dos planos privados, decidiu trilhar novos caminhos e partir para o terceiro setor. Com uma carreira de sucesso - iniciada no Banco do Brasil há 34 anos, onde se especializou no segmento de seguros e previdência privada (tendo passado pela BB Corretora, Brasilprev e BB Previdência) - que serviu de inspiração para muitos, a decisão pode surpreender. Neste momento importante de sua vida, ele optou por compartilhar com a Revista da Previdência Complemen-

tar, em função da parceria construída com a Abrapp ao longo dos anos, o que planeja para o futuro e o que pensa sobre alguns dos principais itens da agenda do sistema - agora sem a eventual parcimônia típica dos cargos ocupados.

De Paula afirma que, de fato, foram quase três décadas de aprendizado dentro do sistema de Previdência Complementar, especificamente. Agora, diz, a pretensão é utilizar parte dessa experiência para contribuir com o País em outras frentes. *A priori*, o ex-Diretor Executivo da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi) parte para um período sabático ao longo

de 2022. A ideia é se dedicar aos estudos, entender um pouco melhor o mundo da educação e do empreendedorismo e, de forma pragmática, tentar contribuir para a aceleração da mobilidade social.

O foco são grupos menos privilegiados, “sobretudo os jovens de classe média baixa que estão no ensino médio e nas universidades, bem como mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio do estímulo ao empreendedorismo”. De Paula acredita que além das estruturas internas aqui no Brasil, há também muitas instituições internacionais interessadas em ajudar países em desenvolvimento com projetos bem estruturados nessas áreas.

Nada a desejar

Durante o longo período trabalhado com poupança para a aposentadoria em diferentes cargos e funções, entre eles o de Coordenador Geral de Fomento, Diretor e Secretário-Adjunto na Secretaria de Previdência Complementar, onde fez parte da equipe que coordenou o projeto de criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em que atuou como Diretor de Análise Técnica e Diretor-Superintendente, ele sente-se seguro para afirmar que o Brasil avançou muito quando tem seu sistema comparado ao de países no mesmo estágio de desenvolvimento. “Não obstante, ainda atingimos um contingente muito pequeno da sociedade. Obviamente, os fatores que implicam esse quadro são complexos, tais como emprego, renda, crises econômicas, educação, etc.”

Ele assinala, no entanto, que o Estado brasileiro não só pode como deve atuar de forma mais incisiva para viabilizar um ambiente mais favorável para o oferecimento de cobertura a um contingente maior de pessoas. Embora não seja novidade, De Paula faz questão de salientar que o brasileiro envelhece rapidamente e que as ações de fomento “ainda estão muito aquém

das necessidades da população” em relação aos seguros de pessoas e Previdência Complementar privada.

Por outro lado, justiça seja feita: há que se reconhecer o esforço do Estado em sintonia com a sociedade civil, pontua o especialista. “Basta verificarmos os valores pagos em benefícios, particularmente em relação aos fundos de pensão. Nesse sentido, temos sim que celebrar.” A autoridade é de um profissional que atuou na ponta, na área comercial, negociou com gerentes, diretores e CEOs, com Secretários de Administração de prefeituras, participou de diversas campanhas de implantação de planos, exerceu funções em órgão de supervisão e ocupou assento nos dois principais reguladores do setor: Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

“Ocorre que o novo cenário estabelecido nos últimos anos em relação ao mercado de trabalho, impulsionado pelos efeitos da crise sanitária, exige do Estado um movimento mais cirúrgico”, argumenta De Paula. É preciso, portanto, revisar as Leis Complementares nº 108 e 109, que já completaram 20 anos, e adequá-las aos novos tempos, mantida a perspectiva social, complementa.

Presente e futuro

Carlos de Paula une-se ao coro de especialistas do setor, segundo os quais o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não poderá ser suportado pela sociedade nos patamares atuais. “Isso é certo! O sistema privado já provou que pode ser um importante colchão de proteção e uma ponte para transição, onde o sistema público atenderá efetivamente a base da sociedade, como ocorre nos demais países com sistemas desenvolvidos”, detalha, salientando referir-se a um ajuste intermediário.

Uma mudança mais profunda, prossegue, seria a quebra do pacto geracional, que a seu ver parece estar fora de cogitação, seja qual for o próximo governo.

O Brasil avançou muito se comparado a países no mesmo estágio de desenvolvimento, mas a PC ainda atinge um contingente muito pequeno da sociedade

“Vale ressaltar que a demora para a tomada de uma decisão estratégica poderá custar muito mais caro para as próximas gerações.” Essa discussão, diz ele, precisa ser parte constante da pauta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A harmonização possível

Voltando-se para temas mais específicos da agenda atual, em especial, a extensiva discussão acerca da harmonização das regras de entidades abertas e fechadas, Carlos de Paula é categórico sobre a aproximação de dois universos tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes. “Os sistemas aberto e fechado constituem duas pernas do mesmo corpo e devem caminhar na mesma direção. Estou certo disso!”, declara.

Em sua opinião, há muito mais semelhanças e aspectos que os aproximam do que diferenças, sendo o ponto principal o seu propósito. Afinal, ambos os sistemas existem para dar consequência ao comando constitucional estabelecido no artigo nº 202. O especialista acrescenta que o foco é promover a estabilidade social também por meio desses veículos e dar cumprimento à política de bem-estar social estabelecida pelo Estado. “Nesse sentido, a partir da harmonização em relação aos princípios, entendo que fica mais fácil estabelecermos uma construtiva discussão entre os sistemas.”

Prova dessa conexão é que já em 1978, pouco depois do advento da Lei nº 6435, houve a preocupação, por parte do regulador, com a publicação da Resolução nº 01/78, a seu ver um claro sinal de que os sistemas deveriam ter conexão em sua dinâmica de funcionamento. “Hoje essa necessidade é cristalina. Parte expressiva dos planos fechados está desacomulando e as seguradoras se apresentam como um parceiro institucional importante e até fundamental em alguns casos. Esse é um simples exemplo.”

Parte expressiva
dos planos fechados
está desacomulando
e as seguradoras se
apresentam como
parceiro institucional
importante

Também seria conveniente explorar a sinergia durante o período de acumulação, especialmente em relação aos benefícios de risco, acrescenta o *expert*, assinalando que o avanço dos planos para os entes públicos nos estados e municípios certamente necessitará do suporte das seguradoras. “Essa deve ser uma discussão racional e pragmática para o bem da sociedade. Há muito espaço para crescimento. Não acreditar nisso é dizer que o Brasil não avançará ou evoluirá. Aí todos teremos falhado.”

Um primeiro passo importante poderá ser a edição de normativos conjuntos entre os reguladores CNPC e CNSP, acredita De Paula, seja por meio de orientações e, posteriormente, de Resoluções. Há vários pontos que podem ser harmonizados em benefício dos participantes, consumidores e dos operadores, preservando as características das indústrias. Ele cita experiência muito positiva, na década passada, em agendas pontuais entre supervisores (Susep e SPC, e depois com a própria ANS). Nesse contexto, os reguladores (CNPC/CNSP) poderão dar uma inestimável contribuição para os próximos ciclos, que inclusive serão mais agudos, argumenta.

Instituídos e família

Em 2003/2004, Carlos de Paula foi um grande entusiasta da chamada Previdência Associativa, que introduziu a figura do instituidor e dos planos instituídos. A iniciativa, sob seu ponto de vista, foi uma demonstração de confiança do Congresso Nacional no sistema fechado. “À época, as condições políticas foram extremamente favoráveis e conseguimos avançar. Hoje, essa modalidade conta com aproximadamente 500 mil pessoas protegidas.”

Infelizmente, porém, uma parte da estratégia que não foi levada adiante era a de estimular setores da economia compostos por empresas, sindicatos, conselhos

e associações a criarem planos associativos, onde os empregadores poderiam fazer contribuições de caráter eventual, lamenta.

Ele explica que a ideia, de um lado, era estimular que empresas que não tivessem interesse em patrocinar um plano tradicional pudessem contribuir em caráter eventual para as categorias. Por outro lado, a modalidade poderia ser uma alternativa para as organizações que resolvessem retirar o patrocínio, como forma de evitar a evasão do sistema. “Essa parte do projeto não prosperou”, assinala De Paula.

Já os planos família se constituíram uma alternativa bem interessante e, de fato, um fôlego nesse contexto. Ainda assim, o especialista acredita haver espaço para uma discussão a respeito dos planos setoriais; para farmacêuticos, profissionais de TI, professores de escolas particulares, profissionais do varejo... “Enfim, todos poderiam ser beneficiados de alguma forma. No entanto, para esse tipo de avanço, precisaremos de um novo alinhamento institucional.”

Mudança de mentalidade

Atualmente, também se fala muito em mudança de “mindset” - ou de mentalidade - o que incluiria um olhar mais comercial, moderno, sobre o sistema. “O mundo mudou e as políticas das empresas em relação aos colaboradores também. É preciso entender, aceitar e integrar com a nova ordem.” Pensar em atuar com um viés comercial também ensinará enfrentar desdobramentos tributários e fiscais, complementa De Paula.

A complexidade da questão guarda relação, ainda, com a natureza das entidades, “uma questão delicada para o setor”. Isso porque, em princípio, os fundos multipatrocinados se apresentaram como um caminho para os planos de pequeno e médio portes ou para grandes empresas que não tinham interesse em administrar um programa próprio. Porém, isso mudou muito a partir

da segunda metade da década de 90 e os efeitos foram se materializando nas duas décadas seguintes.

“Tenho conversado com algumas consultorias para levantar quais as opções das empresas quando da estruturação de novos planos, e as conclusões são desafiadoras para o segmento fechado”, avalia Carlos de Paula. Em sua opinião, o modelo clássico dos multipatrocinados precisaria ser revisitado para atender às expectativas

das empresas privadas, o que ensejaria uma alteração na LC nº 109, pelo menos para aquelas entidades que se dispusessem a ter uma atuação comercial.

Em compensação, há uma enorme janela de oportunidades em relação aos entes públicos, pondera o ex-Diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep). “Não fará sentido uma multiplicidade de entidades pequenas. Nesse caso, a exemplo de algumas experiências recentes em São Paulo e Brasília, há espaço para crescimento por meio dos patrocinadores vinculados à LC 108.”

Supervisão

Tendo atuado tanto no órgão regulador do sistema aberto (CNSP), quanto do sistema fechado (CNPC), além, é claro, das respectivas autoridades de supervisão (Susep e Previc), não há dúvidas de que a experiência lhe permite um olhar crítico de sua atuação. Sobre isso, afirma o ex-Diretor-Superintendente da Previc, não há dúvidas de que houve avanços importantes nas últimas duas décadas. “A criação da Previc foi o ponto alto desse processo”, destaca, referindo-se à transição da antiga Secretaria de Previdência Complementar, substituída, em definitivo, pelo PLC nº 136 de 2009.

Entretanto, algumas questões ainda precisam ser enfrentadas pelo Estado, assinala De Paula. A Previc conta com um grupo extremamente experiente de auditores cedidos pela Receita Federal do Brasil e um reduzido contingente de analistas e especialistas con-

Pensar em atuar
com um viés comercial
ensinará enfrentar
desdobramentos
tributários e fiscais

cursados para atuar exclusivamente na autarquia. “De acordo com o diploma legal, a autarquia de natureza especial deve executar a política pública na condição de supervisora do setor. Nesse sentido, mantido o atual desenho, é fundamental que os executivos tenham uma proteção mínima por meio de mandatos, a exemplo do que ocorre com a CVM”, lembra o especialista.

Sem isso, alerta, certamente há zonas de desconforto para o pleno exercício das atribuições, além de desgastes indesejados e desnecessários frente à responsabilidade institucional de levar as agendas adiante; algumas bastante agudas. “Essa é uma questão que acomete tanto a Previc quanto a Susep”, ressalta.

Outro ponto será o Estado dotar os servidores concursados de condições adequadas para cumprirem o seu papel. De Paula lembra que os acordos de gestão precisam deixar claro o que se espera da entidade; a sociedade e os operadores precisam ter conhecimento; e o mercado tem suas características e complexidade. Portanto, um processo adequado de formação constante dos servidores deve fazer parte das políticas de gestão de pessoas da Administração Pública. “No entanto, essa ainda é uma agenda artesanal. As pessoas são extremamente capazes, mas falta organização da máquina pública.”

Em relação ao CNPC, órgão máximo do setor, responsável pelo estabelecimento de políticas, o especialista acredita que ainda falta uma avaliação melhor diante da mudança da conjuntura e seus desdobramentos. “Quais são as reais dores dos *stakeholders*? O que pensam as empresas acerca do setor? Qual o real nível de proteção que o sistema tem oferecido aos participantes?”, questiona.

Em sua opinião, um ponto é proteger o estoque e garantir a higidez do sistema; outra questão é olhar para frente. E isso tem a ver com manter o sistema vivo no futuro que, diga-se de passagem, está cada vez mais impacien-

te. “O sistema precisa entrar com o corpo inteiro no século XXI. É uma lei natural: quem não se adapta, desaparece, e é papel do CNPC ter clareza sobre essas questões.”

Os três poderes

Por fim, a Revista da Previdência Complementar fez à De Paula a pergunta de 1 milhão de dólares: considerando a falta de renda e/ou cultura previdenciária do brasileiro, como estimular a poupança de aposentadoria numa população em processo de envelhecimento? A resposta foi direta: “Essa não é uma pergunta trivial!” Mas o atual Conselheiro na Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), que coopera em projetos sociais desenvolvidos pela Universidade Zumbi dos Palmares, se considera uma pessoa otimista, “que sempre vê o copo meio cheio”, e justamente por isso acredita que, se hou-

ver vontade política e forte atuação da sociedade civil, é possível amenizar os impactos para parte da geração X e para boa parte da geração Y.

E isso envolve uma conjunção de fatores, a partir dos mais básicos, como um trabalho mais intenso de fortalecimento da educação financeira. Nesse ponto, diz ele, cabe ao Poder Executivo assumir o protagonismo por meio dos Ministérios da Educa-

ção, Economia e Previdência. “As novas gerações precisam ser alertadas sobre como se prepararem para o ciclo da vida e quais as oportunidades e os riscos envolvidos nesse processo.”

A sociedade civil também tem um trabalho a desempenhar. “Não conheço hoje dez parlamentares na Câmara ou no Senado que conheçam com algum grau de profundidade os segmentos de Previdência Fechada, Aberta ou de seguros de vida. Não há como avançar sem o Congresso”, constata.

Por sua vez, a compreensão do próprio Poder Judiciário, embora tenha amadurecido muito, ainda care-

“Não conheço dez parlamentares que conheçam com profundidade a Previdência Fechada... Não há como avançar sem o Congresso”

▶▶ OPINIÃO · Carlos de Paula

ce de várias contribuições pelas instituições. “Para ser econômico, basta citar a anacrônica questão acerca da atuação do TCU em relação às entidades com patrocínio estatal, que é matéria levada ao judiciário, a quem cabe falar por último sobre a competência da Corte de Contas”, assinala De Paula.

Oportunidade de crescimento

De olho no futuro, ele lembra que as médias e pequenas empresas são responsáveis pela geração de mais de 60% dos empregos formais, e aí reside talvez a maior oportunidade para o Brasil crescer nos dois sistemas. Mas há que se ter sensibilidade política (Legislativo e Executivo) para viabilizar planos voltados para esses segmentos, uma pauta que deve estar acima da perspectiva tecnocrata.

“Tem a ver com o Artigo 5º da Constituição Federal. No dia em que comerciantes, donos de postos de

gasolina, lojistas, franquizados e técnicos, dentre outros milhões de trabalhadores, estiverem falando sobre como se proteger durante o ciclo de vida, teremos atingido o objetivo.” O Estado como maestro e a sociedade civil como difusora têm a responsabilidade de pavimentar esse caminho, complementa.

Objetivamente, permitir que participantes e empresas possam deduzir as contribuições para previdência privada da sua base de cálculo a despeito do tipo de declaração ou regime tributário certamente poderá fazer toda a diferença para o ingresso de milhões de brasileiros no sistema. “O fato é que não poderemos esperar até o alinhamento de todas as estrelas. Então, precisaremos continuar fazendo bem a nossa parte. Sejam a mudança que desejamos ver!”, conclui Carlos de Paula. ■

Por Flávia Silva

Já parou para pensar o custo do não cumprimento de prazo de uma obrigação legal?

O Calendário de Obrigações é a ferramenta certa para fortalecer os controles internos da sua entidade através do monitoramento e alertas de obrigações legais, permitindo ainda inclusão de obrigações próprias.

Calendário de Obrigações

ABRIL 2022

DEZEMBRO							31	1	2
3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29	30	31	

JANEIRO

4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30	31		

ABRAPP

(Futuro)

atuação no presente

Informações adicionais poderão ser obtidas no AbrappAtende

(11) 3043.8783/8784/8787 ✉ abrappatende@abrapp.org.br 🌐 www.abrapp.org.br

MAPFRE INVESTIMENTOS



SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS PARA CLIENTES INSTITUCIONAIS

Tradição, ética e segurança de uma gestora
de recursos com mais de 17 anos de experiência.

invest@mapfre.com.br | T. +55 | 2663-5276

 **MAPFRE** | INVESTIMENTOS



Autorregulação
ANBIMA



Autorregulação
ANBIMA

Gestão de Recursos

As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. Os fundos de investimento não contam com a garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor, é recomendada a leitura cuidadosa do regulamento do fundo de investimento, do formulário de informações essenciais e do formulário de informações complementares ao aplicar seus recursos. A rentabilidade dos fundos não é líquida de impostos. Para avaliação de performance dos fundos de investimento, é recomendável uma análise de, no mínimo, 12 (doze) meses.



junte-se à
comunidade
PREVIDENCER!



O #PCJ TÁ ON!

 @previdenciacoisadejovem

Jovens engajados na missão de enriquecer o futuro através da educação financeira e previdenciária! Vamos nos divertir, conscientizar e implantar a cultura de futuro para transformar essa geração!

VEM SER PREVIDENCER COM A GENTE!



DICAS DE OURO
PARA PROSPERAR



EDUCAÇÃO FINANCEIRA
E PREVIDENCIÁRIA



TENDÊNCIAS E
INTERAÇÃO

FLEXIBILIDADE IMPRESCINDÍVEL AO FOMENTO

Melhores práticas internacionais indicam que decisões relativas ao custeio administrativo cabem majoritariamente aos órgãos de governança das entidades

FLÁVIA SILVA

Em anos recentes, tem-se discutido incansavelmente a necessidade de fomentar a Previdência Complementar Fechada, atraindo participantes e criando novos planos, o que passa necessariamente por investimentos em *marketing*, tecnologia, estratégias comerciais e outros itens de modernização. No Brasil, as fundações podem contar com um grande aliado nesse sentido: o Plano de Gestão Administrativa (PGA) que, mediante flexibilização, permitiria que recursos de

planos BD - muitos em processo de extinção, mas com receitas administrativas excedentes - fossem utilizados no desenvolvimento de programas CD iniciantes, ainda pequenos, que no futuro “devolveriam o favor”, garantindo a sustentabilidade do setor. O assunto é tema de Grupo de Trabalho no âmbito do CNPC, que teve sua primeira reunião em fevereiro. A expectativa é que o assunto seja encaminhado nos próximos meses, em consonância com as melhores práticas internacionais.

“No momento em que buscamos modernização, aperfeiçoamento e concorrência justa com as entidades abertas, o sistema precisa ter um mecanismo para investir no próprio negócio, buscando fomento, desenvolvimento tecnológico e maneiras que o coloquem em condições equitativas de competição”, afirma o Diretor-Presidente da Abrapp, Luis Ricardo Martins.

Coordenado pelo Secretário Executivo da Comissão Técnica de Contabilidade da Abrapp, Geraldo de Assis Junior, o Grupo de Trabalho se reuniu pela primeira vez no dia 15/02, por videoconferência. Na pauta, a possibilidade de alterar a forma de administração e lançamento de recursos no PGA, impulsionando, sobretudo, o crescimento de planos instituídos, setoriais e família.

Além do Coordenador, estiveram presentes na reunião dois representantes da Anapar (Associação dos Participantes de Previdência Complementar), dois representantes de patrocinadores e instituidores, dois representantes da SURPC (Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar), três da Previc e três convidados: dois da SPREV (Secretaria de Previdência) e um da PREVI, o fundo de pensão do Banco do Brasil.

Inicialmente, foi proposta a alteração do Capítulo II – Plano de Gestão Administrativa, da Resolução CNPC nº 29/2018. “Apresentamos uma minuta com propostas para a flexibilização das regras do PGA como ponto de partida das discussões. Claro que o material está aberto para incorporar sugestões e

propostas dos demais representantes do grupo”, diz Geraldo de Assis.

A Abrapp argumentou junto ao órgão regulador (Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC), que as EFPCs devem “ter proposta de valor” para oferecer renda qualificada “que proporcione qualidade de vida”, e que, para tal, as parcerias serão múltiplas: seguradoras, fornecedores de TI, instituidor/patrocinador, associações de classe, sistemas de última geração, etc. “Neste diapasão, o participante assume o perfil de cliente”, diz a exposição de motivos que acompanhou a proposta de alteração normativa. Em contrapartida, continua o texto, os acordos e parcerias comerciais serão frequentes, havendo a possibilidade de novas fontes de receitas.

A proposta de flexibilização considera as seguintes premissas: (1) fim da participação do Fundo Administrativo nos Planos Previdenciários; (2) saldo do Fundo Administrativo pertencente ao PGA para administração de forma coletiva de todos os planos; (3) definição de regra para utilização de parcela do Fundo Administrativo em atividades de fomento e comercialização de planos previdenciários; (4) possibilidade de auferir receitas extraordinárias de contrapartes e acordos comerciais; (5) controle da governança da entidade sobre a utilização do Fundo Administrativo.

Entre os diversos pontos acordados para a próxima reunião do GT, em meados de abril, está o de avaliar como a gestão das despesas administrativas dos planos capitalizados geridos por fundos de pensão (ou organizações similares) funciona

As EFPCs devem “ter proposta de valor”; por outro lado, podem surgir novas fontes de receita

no exterior na tentativa de estabelecer um comparativo com o modelo em vigor nas EFPCs. Segundo especialistas ouvidos pela Revista, porém, trata-se de uma tarefa complexa, dada as peculiaridades (e complexidade) do modelo brasileiro, incluindo-se aí o excesso de regulações e instruções, que engessam em demasia a planificação contábil das fundações.

Experiência internacional

No exterior, as entidades de previdência são constituídas de maneira distinta ou pelo menos mais variada. Os dois formatos principais são o truste ou fundação, (nome particularmente popular na Holanda e na Suíça), e os fundos corporativos. No caso dos trustes/fundações, os participantes detêm direitos efetivos sobre o fundo de pensão, podendo acionar legalmente a entidade caso se sintam lesados. Nesses casos, a responsabilidade fiduciária recai sobre o conselheiro “trustee” ou diretoria, que têm a obrigação de administrar o fundo no melhor interesse dos participantes.

Na Austrália, Irlanda, Reino Unido e Nova Zelândia, o “trustee” ou conselheiro é o principal responsável por todos os aspectos da administração do plano de pensão. No Canadá e Estados Unidos, por outro lado, o seu papel pode se resumir ao de simples “titular” dos ativos. Isso porque é possível terceirizar a responsabilidade pela gestão do fundo propriamente dita (e investimento dos recursos) a outros agentes fiduciários, como empresas especializadas e consultorias; prática, aliás, muito difundida na Austrália.

Nos fundos de pensão estabelecidos como corporações, o direito do participante é sobre uma determinada fatia das ações da entidade detentora dos ativos, modelo comum nos planos CD húngaros e mexicanos, por exemplo. Quando gerenciam planos de Benefício Definido, essas entidades são frequentemente consideradas como um tipo de companhia seguradora; e é justamente isso que ocorre na Dinamarca e na Finlândia.

A principal alternativa para as empresas que não desejam criar um fundo de pensão autônomo é depositar os ativos numa conta segregada gerida por instituição financeira em nome dos participantes do plano/fundo. Mas apenas alguns tipos de instituições financeiras são autorizados a oferecer tais contratos, denominados “contratos de administração de depósitos”: bancos e seguradoras no Japão, seguradoras em Portugal e nos EUA, bancos na Espanha e instituições financeiras especializadas na República Tcheca e na Polônia.

Em suma, ao longo dos anos, organismos internacionais como Banco Mundial, OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), ISSA (*International Social Security Administration*), entre outros, tentaram, sem muito sucesso, alcançar uma classificação uniforme e abrangente para os sistemas previdenciários que englobe os principais aspectos definidores dos planos de pensão. Mas, como se vê, há diferenças significativas na forma como as estruturas operam e são reguladas, o que se deve a fatores culturais, legais, sociais e econômicos.

O sistema brasileiro difere dos demais por ser extremamente regulado

Autonomia na governança

Apesar das diferenças, a OCDE define a governança dos fundos de pensão privados como “todas as relações existentes entre as diferentes organizações e as pessoas envolvidas no funcionamento e/ou operações do plano de pensão”. O organismo internacional é claro: cabe à governança de cada entidade definir e viabilizar a estrutura por meio da qual os objetivos dos planos serão estabelecidos, alcançados e monitorados.

Quando o fundo de pensão for estabelecido na forma de fundação, tal qual é o caso do Brasil, caberá ao Conselho Deliberativo a responsabilidade suprema pela gestão e proteção dos interesses de participantes e beneficiários. O Conselho, por sua vez, deve estar sujeito a diferentes formas de supervisão externa, seja via comitês especiais criados para esse fim, ou pelo Conselho Fiscal. As melhores práticas internacionais também ditam que os regulamentos devem exigir que profissionais independentes, como atuários, auditores e custodiantes, monitorem e atestem a conformidade do Conselho Deliberativo em relação à legislação vigente.

Finalmente, o Conselho Deliberativo precisa responder aos órgãos competentes de supervisão. A regularidade, intensidade e detalhamento da supervisão exercida pelas autoridades devem estar alinhados à abordagem baseada em risco, variando de acordo com a complexidade do sistema e o papel desempenhado por atuários, auditores e custodiantes, entre outros fatores.

OCDE: cabe à governança da entidade definir como os objetivos dos planos serão alcançados

Sintonia com o exterior

Uma das propostas da Abrapp, sustenta Geraldo de Assis, é justamente que a gestão do PGA e sua destinação, bem como sua fiscalização - sejam aprovadas e realizadas pelos órgãos de governança de cada EFPC - conforme determinam as melhores práticas internacionais - a partir de definições de regras da própria Previc. “Defendemos a flexibilização, mas com o respaldo da governança de cada entidade. Os gastos do PGA devem ser aprovados pelo Conselho Deliberativo e acompanhados pelo Conselho Fiscal, que deverá incluir as movimentações no relatório de controles internos semestral.”

Há um consenso de que o PGA deve garantir que receitas, despesas, resultados de investimentos e recursos administrativos estejam alinhados à viabilidade da entidade, utilizando os mesmos conceitos inerentes à administração dos planos. A regulamentação, portanto, estabelecerá as regras gerais de gestão do Plano de Gestão Administrativa e do fundo administrativo, mas competiria aos órgãos de governança das EFPCs, por meio do regulamento próprio do PGA, detalhar os principais aspectos relativos à sua utilização.

Ganho para todos

A prática viabilizaria um maior detalhamento e melhoria dos processos gerenciais, prospecção, ações comerciais para a implantação de novos programas e aprimoramento da infraestrutura das fundações. Aspectos estes que não serviriam apenas para promover o fomen-

to, mas conferir maior transparência à gestão, formalização das obrigações e acompanhamento dos indicadores, concordam especialistas.

Geraldo de Assis explica ainda que os planos de Benefício Definido (BD) hoje têm patrimônio, mas estão em processo de extinção (não só no Brasil, como no mundo). Com isso, os programas BD sem fundo administrativo constituído vão onerar o custeio dos participantes no futuro, acrescenta. Por outro lado, aqui e lá fora, o maior vetor de crescimento da Previdência Complementar tem sido a modalidade de Contribuição Definida (CD) - no mercado doméstico, em especial, os planos família e setoriais - que, por sua vez, ainda não têm recursos suficientes para investimento em marketing de vendas.

“Sem flexibilização, vamos inibir a criação de novos planos”, lamenta o Secretário Executivo da Comissão Técnica de Contabilidade da Abrapp. “Os planos que agora vão sendo constituídos gerarão receita, no futuro, para dar suporte às despesas administrativas dos planos de Benefício Definido mais envelhecidos”, destaca. Trata-se, portanto, de uma situação de ganho para todos.

Janela de oportunidade

O sistema tem dialogado com a Previc há mais de uma década, quando, graças à Resolução CGPC nº 28/2009 e IN MPS/SPC 34/2009, a partir de 2010, o Fundo Administrativo dos planos geridos por uma dada entidade deixou de ser coletivo e consolidado, passando a haver a obrigatoriedade, pela EFPC, do registro

contábil do valor da participação do Fundo Administrativo no balancete de cada plano previdenciário.

Em função desse longo processo de tratativa, em 2018, a autoridade de supervisão passou a permitir que as fundações que tivessem mais receitas que despesas e sobras administrativas as utilizassem para fins de fomento naquele exercício, avanço considerado módico frente à necessidade de estímulo ao crescimento do sistema e reforço de sua atividade comercial.

Agora, avalia Assis, com o CNPJ por plano em vias de ser efetivamente operacionalizado, surge uma janela de oportunidade para se rediscutir a questão. A expectativa do sistema é que o PGA também ganhe um CNPJ, reafirmando, assim, o seu papel na gestão de recursos da entidade.

Os APFs holandeses

Relativamente novo na Holanda (com operações iniciadas em 2016), o modelo de Fundo de Pensão Geral ou APF (*Algemeen Pensioenfonds*) se destina a planos corporativos ou setoriais que não prevejam filiação obrigatória, mas cujos patrocinadores desejem manter sua identidade no fundo ao mesmo tempo em que delegam a sua gestão a um conselho profissional.

Ao fazê-lo, empregadores/patrocinadores individuais passam a se beneficiar de ganhos de escala decorrentes, dentre outros fatores, da gestão conjunta dos ativos ou da contratação de serviços terceirizados dentro de um sistema único de governança. O APF é administrado coletivamente, e, ao

Regulamento próprio do PGA daria maior transparência aos processos gerenciais

mesmo tempo, segregado em círculos “solidários”, dentro dos quais os participantes compartilham riscos (como os de invalidez ou morte, por exemplo), além de outras características que possam ser unificadas.

Todavia, não há solidariedade entre os círculos, ou seja, os investimentos dos planos de determinado círculo não se misturam aos de outros círculos, o que significa que os ativos e respectivos retornos só podem ser utilizados para o pagamento de benefícios daquele grupo de planos e/ou participantes. O modelo, concordam analistas, requer elevada qualidade de gestão e colegiados compostos por membros extremamente experientes.

Um novo círculo é criado sempre que um ou mais planos em processo de adesão diferem muito entre si, daqueles que já estão sob a “tutela” do APF, ou se determinado patrocinador desejar um programa com características muito específicas. Os APFs têm o potencial de reduzir os custos administrativos em 30% a 40% para os fundos de pensão de menor porte graças à tecnologia de nuvem e funcionalidades abrangentes e, ao mesmo tempo, flexíveis.

A experiência do CalPERS

O *California Public Employees' Retirement System* (CalPERS) é o fundo de pensão dos funcionários públicos da Califórnia; o maior do EUA, com mais de 2 milhões de participantes e US\$ 469 bilhões sob gestão. A entidade também administra planos de saúde e assistência médica de longa duração para 1,5

milhão de associados. São, ao todo, seis planos BD, dois planos CD e outros dois programas de acumulação de renda “pós emprego”.

O fundo BD conhecido como PERF (*Public Employees' Retirement Fund*) oferece benefícios de aposentadoria, morte e invalidez. O PERF A, classificado como “agent multiple-employer plan”, inclui o plano do estado da Califórnia e de órgãos públicos com mais de 100 participantes. Nesse tipo de programa, os recursos são investidos conjuntamente, embora contas separadas sejam mantidas para cada empregador individualmente, de modo que a sua parcela da piscina de ativos esteja legalmente disponível para que ele possa pagar benefícios exclusivamente aos seus assistidos.

Já o PERF B é um plano do tipo “cost-sharing multiple employer” dedicado a funcionários de escolas que não sejam docentes nem certificados. O PERF C segue o mesmo desenho, mas é dirigido a empregados de agências públicas com menos de 100 participantes ativos, em geral. Ambos os programas gerenciam benefícios previdenciários para múltiplos empregadores, sendo que os passivos são agrupados e os ativos podem ser usados para pagar renda a todos os participantes filiados ao plano.

Para fins meramente contábeis, o PERF é constituído e lançado como três itens distintos. Na prática, porém, ocorre a migração de receitas e direitos acumulados individualmente entre os planos A, B e C sempre que um determinado plano passa a ter menos de 100 participantes ou

O fundo
PERF/CalPERS
compartilha
receitas e despesas
entre os três
planos geridos

quando ajustes se fazem necessários. As deduções do PERF abrangem o pagamento de benefícios, a restituição de contribuições a participantes e beneficiários e custos administrativos.

O nível de solvência do PERF é determinado globalmente, dividindo-se o total de ativos dos três planos pela soma dos passivos do PERF A, B e C. As taxas de desconto utilizadas também são as mesmas para os três programas.

A visão da IOPS

Comparar taxas administrativas entre países é tarefa árdua devido a diversos fatores, argumentam os pesquisadores da Organização Internacional de Supervisores Previdenciários (*International Organization of Pension Supervisors* - IOPS). Diferentes métodos contábeis e padrões de reporte financeiro de receitas e despesas - e o que elas incluem - configuram alguns dos obstáculos a uma comparação mais precisa.

Há de se considerar também que, a depender do país, as taxas podem incidir sobre os ativos sob gestão, contribuições, retornos sobre os investimentos, salários, etc., sendo cobradas pela entidade/fundação, administradora (empresa de serviços financeiros) ou outros prestadores de serviços e pagas tanto pelo fundo de pensão, participante, empregador/patrocinador ou com recursos provenientes da alocação dos ativos.

A IOPS chama a atenção, ainda, para um aspecto especialmente pertinente à discussão hoje travada em torno do PGA no Brasil. Isto é, como os sistemas diferem muito entre si, as entida-

des não raramente se veem obrigadas a desempenhar tarefas bastante distintas. Assim, as taxas administrativas podem ser utilizadas para os mais diversos serviços e/ou produtos que vão além das despesas operacionais regulares e de gestão dos ativos. O espectro é o mais variado: serviços de cobrança, pagamentos, seguros, campanhas comerciais, inscrição efetiva de participantes nos planos (incluindo a inscrição automática), gastos com pessoal, envio de correspondência, etc.

Em sistemas desenvolvidos, dizem os técnicos do organismo internacional, as taxas de manutenção dos planos podem ser as mais importantes, ao passo que nos sistemas mais novos, como o segmento de planos família brasileiro, por exemplo, o incentivo financeiro inicial é item fundamental, pois dele pode depender o desenvolvimento e sustentabilidade do setor ou de um determinado segmento de interesse.

Por isso, a organização recomenda cautela na imposição de limites ou de exigências regulatórias muito restritivas ao custeio administrativo. Afinal, diz a IOPS, ao estabelecer um teto muito alto, os fundos de pensão podem acabar convergindo nesse patamar mais elevado, prejudicando a comparabilidade e a competitividade. Similarmente, a imposição de restrições exacerbadas à cobrança e à utilização dos recursos pode revelar-se contraproducente ao dificultar a adequada cobertura das despesas, inibindo, no curto prazo, a entrada de novos planos de pensão no mercado. ■

Em sistemas mais novos, o incentivo financeiro inicial é item fundamental, diz a IOPS



a força do coletivo

transfo

Somos o encontro entre associação e associadas que possuem o sonho em comum de tornar a vida das pessoas melhor através da poupança previdenciária.

É por esta razão que trabalhamos para oferecer soluções associativas que auxiliam a gestão e operação de toda entidade, fortalecendo ainda mais nosso propósito e estimulando o crescimento do Sistema através de atitudes conjuntas.



o que impulsiona a rmação



Encontros Regionais como força do coletivo ao abordar e defender as principais bandeiras do Sistema



As notícias mais importantes e em tempo real no nosso **Blog**



Relacionamento e Inovações



Expansão de negócios e oportunidades



Conexões e compartilhamento de ideias e projetos

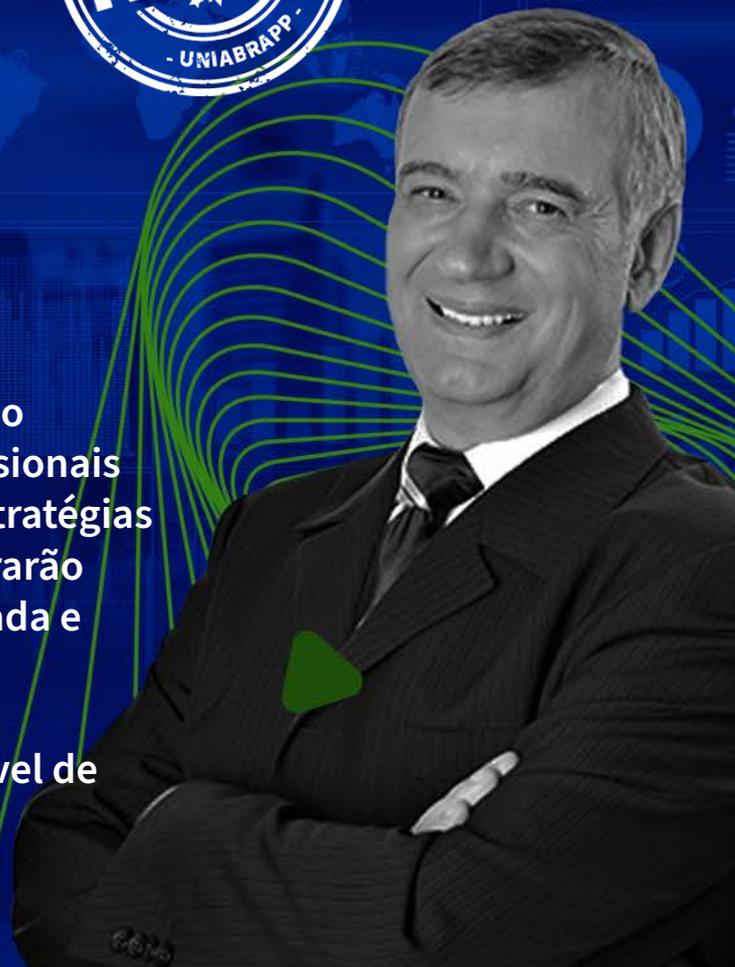
PROGRAMA DE EXTENSÃO

GESTÃO DE INVESTIMENTOS NAS EFPC



Um programa cuidadosamente elaborado por grandes especialistas do mercado, como reguladores, fiscalizadores e demais profissionais responsáveis por processos decisórios e estratégias de investimentos em suas empresas, que trarão conceitos e casos práticos sobre uma arrojada e atual gestão de recursos na EFPC.

A profundidade necessária para elevar o nível de seus conhecimentos sobre o mercado.



De 26 de Abril a 30 de Junho
100% Online e Ao vivo
28 Pontos PEC - Pontuação ICSS*

*Indicado àqueles que pretendem buscar a Certificação por Prova com Ênfase em Investimentos do ICSS, já que o conteúdo oferecerá um aproveitamento que pode auxiliar o profissional a se preparar para a avaliação.

CONTEÚDO DE VALOR, DINÂMICO E ACESSÍVEL.

Conheça mais sobre o programa e mergulhe nos principais assuntos do mercado!
www.uniabrapp.org.br

ATUAÇÃO PROATIVA E PEDAGÓGICA

Supervisor busca interação constante com o setor para estimular boas práticas de governança e evitar aplicação de sanções

Não se cria nem se preserva um sistema de Previdência Complementar hígido, detentor de mais de 1 trilhão de reais e pagador de R\$ 70 bilhões anuais em benefícios sem que as entidades que o compõem, bem como seus gestores, cumpram um roteiro de boas práticas administrativas, compromissos éticos e, claro, as leis que regem o setor. A Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) existe para garantir

que isso aconteça, aplicando sanções caso necessário.

Mas o órgão fiscalizador tem realizado um trabalho adicional, conforme relata seu Diretor-Superintendente, Lúcio Capelletto. Ao priorizar a comunicação direta com as EFPCs, promover a educação previdenciária e estimular a qualificação de gestores, aliando-se frequentemente à Abrapp em causas defendidas para proteção e crescimento do setor, a Previc, na prática, revela-se também,

indiretamente, um órgão de fomento. Esses são alguns dos temas discutidos em entrevista exclusiva concedida à Revista da Previdência Complementar no início de março, cujas principais partes podem ser conhecidas a seguir.

Questão de conjuntura

Pelo que os números indicam, o déficit do sistema de Previdência Complementar (planos BD) é conjuntural, decorrente do aumento da taxa de juros sobre títulos marcados a mercado e da queda de ações da Bolsa. Além disso, os movimentos percebidos a partir de 31 de dezembro mostram o início de uma reversão do quadro econômico. Se esse cenário se confirmar, já em 2022, o setor voltará a apresentar resultados positivos. Essa é a impressão de Lúcio Capelletto.

Ele ressalta que cabe ao Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) decidir se o sistema deve ou não realizar o equacionamento do déficit neste momento, mas a Previc, constatado o caráter conjuntural do déficit, “não se furtará de apresentar ao CNPC uma proposta em relação a prazos para fins de equacionamento”.

Informações extracontábeis

A Previc tem cumprido seu papel de órgão fiscalizador e sancionador do sistema de Previdência Complementar de modo proativo e pedagógico, buscando interação com as EFPCs para que sejam adotadas práticas de governança que impeçam infrações. As entidades de menor porte, contudo, queixam-se de algumas

informações extracontábeis solicitadas pela Superintendência, que exigiriam procedimentos internos complexos, além de envolverem custos elevados.

“Nossa Diretoria de Fiscalização está tratando dessa questão para identificar quais são as dificuldades no envio de informações”, diz Capelletto, observando que, em alguns casos, pode haver falha de entendimento por parte das fundações.

O Diretor-Superintendente assegura estar atento à questão. “Estamos sensíveis a isso. Faremos as devidas análises e veremos os casos em que há realmente uma diferenciação entre as entidades de menor porte a aquelas sistemicamente importantes.”

O fortalecimento da governança, dos controles internos e da gestão de riscos nas EFPCs, aliás, é um processo contínuo que exige sintonia entre regulação e supervisão. Segundo Capelletto, uma série de iniciativas da Previc tem contribuído para a higidez do sistema. “Temos ações de monitoramento, bem como o desenvolvimento e a implantação de indicadores econômicos e financeiros que mostram a situação e os riscos de insolvência, atuariais, de resultados e de eficiência operacional”, relata.

Sanções e persuasão

Quanto às sanções mais especificamente, a Superintendência tem trabalhado para aperfeiçoar o Decreto nº 4.942/2003, que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime de Previdência Complementar. Uma minuta para alterá-lo já foi feita, segundo Capelletto, para que se estabeleçam sanções e penalidades mais adequadas à real gra-

Para a Previc, em 2022, o setor voltará a apresentar resultados positivos

vidade das infrações. “Criamos um comitê que avalia o processo do auto de infração antes que ele seja emitido”, pontua.

A Previc também adotou as chamadas “ações de persuasão”, viabilizadas pela comunicação direta com as entidades, num trabalho de supervisão permanente, informa o Diretor-Superintendente. “Mediante conversas, nós persuadimos. Há uma indução comportamental à internalização da cultura de governança, controles e gestão de riscos”, explica. No mesmo sentido, ele elogia o trabalho da Abrapp na Autorregulação do sistema, que considera “um passo importante para essa internalização da cultura de governança”.

“Subimos a régua”

Contudo, Capelletto reconhece que nada do que se propõe em termos de governança será possível sem que os gestores do sistema estejam preparados. O rigor com que são avaliados os perfis dos dirigentes aumentou – o CNPC publicou nova Resolução e a Previc baixou Instrução Normativa a respeito. “Subimos a régua”, afirma.

O titular da Previc diz conhecer pessoalmente todos os dirigentes das Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) e de várias outras. E nota uma nova cultura se enraizando: “Os próprios participantes entendem que precisam de dirigentes qualificados, profissionais, que sejam capazes de realizar suas atribuições e honrar suas obrigações”.

Quanto aos profissionais terceirizados, observa Capelletto, a autoridade supervisora também definiu um processo de seleção por meio da Instrução Normativa nº 12. “Nada acontece do dia para a noite. É

um processo evolutivo, e acho que estamos no caminho certo”, conclui.

Investimentos e legislação

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar cobram leis mais flexíveis para regular seus investimentos. Dois pleitos específicos vêm à frente: maior limite percentual de aplicações no exterior (hoje em 10%) e reanálise das exigências para investimento em imóveis. Lúcio Capelletto, contudo, considera a legislação, “adequada ao momento”.

A Previc havia realizado estudos técnicos sobre o tema com a participação de Abrapp, Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar), Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e outras. A ideia seria definir propostas de alteração, as quais, para se concretizarem, teriam de ser discutidas com os Ministérios do Trabalho e Previdência, e da Economia. Neste último caso, mais especificamente, com as Secretarias de Política Econômica, do Tesouro e de Desestatização, Desinvestimento e Mercados.

“Obviamente que a gente sempre é mais sensível às demandas do nosso segmento, e temos a visão dele. Porém, as alterações que analisamos tecnicamente são levadas para outros fóruns, inclusive porque normas de investimentos têm que ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional”, explica. Em sua opinião, questões dessa natureza estão condicionadas à hora propícia: “Entendemos que há alterações a serem feitas, inclusive o aumento de certos limites. Mas temos de considerar a questão da oportunidade”.

“Os participantes entendem que precisam de dirigentes qualificados”

“Há alterações a serem feitas, mas temos de considerar a questão da oportunidade”

Cabe destacar que no dia 24 de março, ou seja, pouco depois que esta entrevista foi concedida, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.994/2022 em substituição à Resolução CMN nº 4.661/2018. Válida a partir de 2 de maio, a nova regulação dos investimentos das EFPCs surpreendeu negativamente tanto pela falta de transparência em seu processo de elaboração quanto pela ausência de mudanças relevantes. Duas das principais demandas da Abrapp e suas associadas não foram contempladas: o aumento de 10% para 20% do limite para aplicações no exterior e o fim da exigência de venda de imóveis “no tijolo” e incorporação de fundos imobiliários. Para ver a nova norma, clique [aqui](#).

Segregação de ativos

No que tange à operacionalização do CNPJ por plano, Capelletto informa que a Previc coordena no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência as discussões sobre o tema, das quais também participa a Receita Federal. A previsão é que o mecanismo seja implantado neste ano.

Em tal contexto, prevê-se como necessária a remarcação de ativos para que a segregação possa ocorrer de fato. Por conta disso, a Previc já havia alterado a Resolução nº 4.661, em 2020, inserindo permissão para troca de ativos entre planos em caráter excepcional.

Agente de fomento

Em sintonia com o que desejam as EFPCs, a Previc também se posiciona favoravelmente à figura do instituidor corpora-

tivo, ou setorial, por entendê-la como instrumento de fomento do sistema. Defende, ainda, que as próprias entidades possam ser instituidoras de planos.

“É claro que essa discussão deve ser feita pelos membros do CNPC, mas vemos como positivo que a regulação permita a oferta de planos pelas entidades, e que os planos setoriais possam ser oferecidos”, afirma.

Enorme potencial

Uma Previc forte e sintonizada com os conceitos modernos de gestão é algo muito bem-vindo a um setor sólido da economia e dotado de enorme potencial. Afinal, os fundos de pensão respondem por cerca de apenas 14% do PIB brasileiro, ao passo que na média dos países da OCDE essa participação é de 91%.

“Temos uma perspectiva de crescimento bastante elevada. Observamos agora a oferta de planos pelos entes federativos que têm Regime Próprio para seus servidores. Também vemos um incentivo bastante significativo com a possibilidade de adesão dos familiares dos participantes”, analisa Capelletto.

Tudo isso, diz ele, vem contribuir para o crescimento sistema. “A Previdência Complementar representa a poupança de longo prazo no País – é o único segmento que realmente possui recursos de longo prazo”, finaliza. ■

Por Paulo Henrique Arantes

FUNDOS DE AGRO NO FUTURO DOS INVESTIMENTOS

Mercado de capitais brasileiro possui instrumentos financeiros adequados às necessidades do agronegócio e dos fundos de pensão

O movimento dos fundos de pensão brasileiros para diversificar suas carteiras de investimentos é uma realidade que tende a incluir cada vez mais novas classes de ativos e veículos do mercado de capitais, esforço que também exige estudo e conhecimento de temas diversos por parte dos gestores. Com isso em mente, Rogério Tatulli, Diretor Superintendente e AETQ da *E-Invest* (nova denominação da Previ-Ericsson), concluiu, em 2021, um curso de MBA na ESALQ/USP para obter o título

de especialista em agronegócios, que enfatiza a pertinência do setor como alternativa de investimento para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Na oportunidade, Tatulli apontou o papel relevante a ser desempenhado aqui para a frente pelos novos fundos Fiagro e pelos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) voltados para o agro.

A evolução e o dinamismo do agronegócio brasileiro são uma realidade, resume o autor em sua pesquisa. “Obviamente, há muito que fazer em termos da infraestrutura, modernização, profissionalização e digitalização no campo para garantir a sustentabilidade do negócio no longo prazo.” Mas, no ano de 2020, o agronegócio representou 26,6% do PIB do País, com um crescimento real de 24,31% em reação ao ano anterior, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da ESALQ/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “O setor está em expansão consistente nos últimos anos, assumindo importante papel na economia. Tal afirmação pode ser facilmente constatada observando os recordes frequentes da produção de grãos e outros produtos”, prossegue o trabalho.

Diante dos indicadores de crescimento, a demanda por financiamento para o agronegócio é expressiva, constata Tatulli. Considerando que as fontes de recursos públicos são limitadas, é obrigatória a busca por alternativas. “O mercado de capitais está credenciado para suprir as necessidades de finan-

ciamento dos agentes econômicos do agronegócio e, ao mesmo tempo, atender aos objetivos de retorno das EFPCs.”

Movimento de disrupção

As entidades, defende o dirigente, estão diante de dois desafios: a longevidade dos participantes dos planos e a tendência global de redução das taxas de juros, independente de fatores conjunturais de curto prazo, desafios com os quais os fundos de pensão de países desenvolvidos já convivem há muitos anos.

O diagnóstico da alocação dos investimentos das fundações, por sua vez, revela a necessidade de ampliar o grau de diversificação dos portfólios, independente do tipo de patrocinador. “Trata-se de um movimento de disrupção, no sentido de destinar uma parcela dos investimentos para outras classes de ativos de longo prazo que possam contribuir favoravelmente para o atingimento das metas atuariais, principalmente dos planos BD”, destaca Tatulli.

Instrumentos

Entre os instrumentos disponíveis para o investimento em ativos do agronegócio, o estudo detalha as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA); Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA); Cédulas de Produto Rural (CPR); Certificados de Depósito Agropecuário (CDA); *Warrant* Agropecuário (WA); Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), e os “Green

A alta demanda
por financiamento
para o agro
torna a busca
por alternativas
essencial

Bonds” (GB), diferenciados dos demais por serem vinculados a atividades sustentáveis.

Segundo a tese de Tatulli, todos esses instrumentos são perfeitamente elegíveis para fins de enquadramento nas políticas de investimentos dos planos de aposentadoria sob gestão das EFPCs. “Obviamente, cabe aos investidores conhecerem e avaliarem os riscos envolvidos em cada um dos instrumentos de financiamento, tendo sempre em mente que os ciclos das operações do agronegócio são mais longos se comparados a outros setores da economia”, afirma.

Fiagro

O autor sublinha ainda a recente aprovação do mais novo instrumento financeiro que deverá contribuir muito para a ampliação das fontes de financiamento privado, com custos mais atrativos e prazos mais adequados à realidade do setor. Trata-se dos Fundos de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), criados pela Lei nº 14.130, de março de 2021.

O veículo foi concebido nos moldes dos fundos imobiliários, com rendimentos também isentos do pagamento de imposto de renda. “Na prática, significa um caminho alternativo ao crédito rural tradicional. Ao mesmo tempo, pode atrair a atenção dos investidores institucionais provedores de fluxo de recursos de longo prazo, como as EFPCs.”

Tatulli destaca a resiliência do agro, que em anos recentes teve protagonismo na recuperação da economia, “puxando

a reboque diversos setores satélites na esteira do seu crescimento”. Nesse contexto, ele ressalta que o Fiagro ainda é um instrumento novo, pouco líquido, mas que deverá ocupar espaço importante no modelo dos fundos de investimento imobiliário à medida que for possível observar o aumento de captação e rentabilidade.

FIDCs

Em seu estudo, o gestor/autor procurou identificar qual a melhor alternativa para que as EFPCs direcionem parte dos seus recursos, atendendo aos objetivos de rentabilidade, solvência e liquidez no longo prazo. A conclusão é que o mercado de capitais brasileiro possui instrumentos financeiros adequados às necessidades do agronegócio, e o FIDC reúne as características e condições para se tornar um importante veículo de financiamento.

Após analisar a composição e a evolução da carteira de investimento das EFPCs entre 2016-2020, de forma consolidada, via uma metodologia quantitativa, foi constatado que as fundações quase não investem em FIDCs lastreados com títulos do agronegócio. “Isso ocorre por motivos até compreensíveis, como a falta de conhecimento das peculiaridades do agronegócio e a comodidade de se investir em títulos públicos federais que oferecem uma rentabilidade razoável e com baixo risco.”

Daí a necessidade de uma aproximação dos fundos de pensão com as gestoras especializadas com objetivo de eliminar e esclarecer eventuais dú-

O Fiagro é um instrumento novo, pouco líquido, que deverá ocupar mais espaço no modelo de FIIIs

vidas sobre o FIDC agro, bem como apresentar os riscos existentes na operação, apontando quais são os fatores mitigadores desses riscos no sentido de oferecer tranquilidade aos investidores, explica Tatulli.

O FIDC, continua o especialista, é uma comunhão de recursos que destina grande parte do seu patrimônio líquido (acima de 50%) para aplicações em direitos creditórios, representando um dos principais instrumentos de securitização do mercado de capitais brasileiro.

O trabalho enfatiza que os avanços regulatórios dos últimos anos e a sofisticação das operações estruturadas via mercado de capitais contribuíram significativamente para o aprimoramento dos processos de seleção, monitoramento e verificação do lastro das carteiras de crédito, de forma a garantir mais transparência e segurança para os investidores. Para Tatulli, esse é um processo dinâmico de amadurecimento e modernização que deve atrair mais *players* em busca de rentabilidade, diversificação, transparência, governança, baixa volatilidade e segurança jurídica para o mercado de FIDCs.

Em 2016, continua o estudo, o agronegócio representava apenas 1,9% do patrimônio líquido da indústria de FIDCs. No entanto, em 2019, atingiu a marca 9,6%, superando setores importantes que sempre ocuparam posições de destaque, como o imobiliário, corporativo, de crédito pessoal e veículos. Em 2020, houve uma ligeira redução na

participação do segmento, que encerrou o ano com 8,3%, mas em termos de volume de recursos, o agronegócio praticamente ficou estável em R\$ 14,4 bilhões. “Nos próximos anos, o FIDC agro deve se tornar um importante veículo de financiamento privado, ampliando as opções de financiamento para os produtores rurais e agroindústria”, afirma Tatulli.

Ele lembra que grandes empresas fornecedoras de insumos básicos - sementes, fertilizantes, defensivos e equipamento - têm utilizado o FIDC para potencializar suas vendas (ampliar a capacidade de crédito), e oferecer prazo de pagamento para os produtores rurais e revendedores, com foco na estabilidade do fluxo de caixa.

Tecnologia

“Nota-se uma revolução no mercado financeiro brasileiro com o crescimento acelerado das *Fintechs* e das *Agtechs* (empresas de tecnologia aplicada ao agronegócio)”, avalia.

Isso contribui positivamente para a evolução dos instrumentos financeiros, agilidade na contratação das operações de crédito e uso da tecnologia para monitorar a cadeia produtiva do agronegócio. O avanço tecnológico no campo, diz Tatulli, está apenas no início, devendo ser responsável pelo aumento significativo do fluxo de investimentos para o setor nos próximos anos.

A chegada da tecnologia 5G é outro fator que deverá contribuir para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, agregando mais

Em anos recentes, as carteiras de crédito garantiram mais transparência e segurança para o investidor

eficiência operacional, aumento de produtividade, eliminação de desperdícios e redução de custos. Contudo, lembra Tatulli, existem grandes desafios relacionados à infraestrutura e à conectividade das redes de telefonia em diversas regiões do Brasil.

Ele cita iniciativas recentes para financiar avanços nessa área, como a da gestora Sparta que, em parceria com a Grano Capital e a TerraMagna (Agtech) criou, em 2021, o primeiro fundo de recebíveis do agronegócio. “Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Startups (Abstartups), o Brasil ocupava a 12ª posição entre os países que mais receberam investimentos internacionais direcionados para Agte-

chs em 2020, atingindo o montante de US\$ 200 milhões.

Atualmente, relatou a pesquisa, existem 299 Agtechs no Brasil, sendo que 47,1% delas já receberam investimentos, 72,6% atuam dentro da carteira (startups que envolvem diretamente o cultivo e o produtor agrícola), 10,2% antes da carteira (atividades ligadas à gestão da produção agrícola, mas fora da fazenda), e 17,2% depois da carteira (após a produção). Vale lembrar que o Estado de São Paulo concentra 27,4% das Agtechs do País segundo dados de 2021 da Abstartups. ■

Por **Martha Corazza**

Nota-se uma revolução no mercado com o crescimento acelerado das Fintechs e Agtechs



<https://www.abrapp.org.br/>

Acesse o sistema e usufrua de mais um produto exclusivo, oferecido sem ônus às associadas da Abrapp.

O IDGII é um sistema de gerenciamento em tempo real dos indicadores de desempenho de gestão, que permitem acompanhar a situação atual, a evolução, o cumprimento de metas e a comparação com outros fundos de pensão.

- Facilidade em refinar os resultados através de filtros (porte, região demográfica, etc.)
- Dados de mais de 240 EFPCs e de 1000 planos carregados
- Os dados são tratados de forma sigilosa
- Inclusão de perfis distintos para os usuários
- São 26 indicadores, distribuídos em áreas diversas
- Análises através de comparativos e desempenhos mensais

Informações adicionais poderão ser obtidas no AbrappAtende

(11) 3043.8783/8784/8787 abrappatende@org.com.br www.abrapp.org.br





Um caminho,



múltiplas habilidades!

Nosso objetivo é ser o melhor fornecedor de soluções de investimento.

Somos uma empresa **verdadeiramente global**, aproveitamos nosso profundo conhecimento local na Europa e na América Latina e trabalhamos como uma só **SAM em todo o mundo**.



Maior gestora estrangeira com presença no Brasil.

4ª maior gestora no Atacado (Institucional e Corporate).



Mais de 550 Fundos de Investimento, com mais de 710 mil de clientes.

Rating Máximo da Moody's:

- Capacidade de gestão amplamente reconhecida;
- processo disciplinado de decisão de investimentos;
- cultura voltada à gestão e ao controle de riscos;
- desempenho sólido, ajustado ao risco de seus fundos.



(1) Fonte: ANBIMA – Ranking de Gestão, Janeiro/2022.

(2) Fonte: Santander Asset Management, Fevereiro/2022.

(3) Fonte: Moody's, Dezembro/2020.

SAGA DAS OFNDs

TEM FINAL FAVORÁVEL

ÀS EFPCS

Após disputa jurídica iniciada pela Abrapp e negociações que duraram mais de 30 anos, fundações terão reforço financeiro importante em seus balanços

Uma pendência judicial da União com 89 Entidades Fechadas de Previdência Complementar patrocinadas por estatais, cujo fato motivador remonta a 1990, está prestes a ser sanada. Em valores atuais, 8,3 bilhões de reais deverão ser devolvidos a esses fundos na forma de precatórios, desdobramento final de uma ação em que a Abrapp os representou. Vale conhecer a história.

Governo Collor obrigou fundações ligadas a empresas estatais a adquirir OFNDs

Em 1986, o Governo Federal criou as OFNDs (Obrigações Financeiras Nacionais do Desenvolvimento) e obrigou fundos de pensão ligados a empresas estatais a adquiri-las, conforme permitia a legislação em vigor. Entre abril de 1990 a fevereiro de 1991 (no governo Fernando Collor de Mello), as OFNDs foram atualizadas pela BTN (Bônus do Tesouro Nacional), quando deveriam ser indexadas ao IPC (Índice de Preços ao Consumidor). A diferença, desfavorável aos investidores, foi brutal.

“Havia um ponto de fragilidade na legislação, o que permitiu uma ingerência indevida nas EFPCs. Depois da Lei Complementar nº 109/2001, isso não acontece mais”, diz o Diretor-Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins.

A Associação, na época, ajuizou uma ação como representante das 89 fundações que haviam aplicado em OFNDs por determinação do governo, reclamando a correção de valores pelo IPC. A ação percorreu a Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Ao término do périplo jurídico, Abrapp e EFPCs foram vencedoras no mérito.

Encerrada a ação coletiva, em 2015, iniciou-se a fase de execução em separado – 37 ações no total –, envolvendo intensas negociações visando a um acordo global que facilitasse a liquidação da sentença. A União ainda moveu uma ação rescisória, mas perdeu mais uma vez.

As EFPCs, inicialmente, cobravam 12 bilhões de reais, mas as negociações entre as partes na fase de execução, repletas de debates econômicos, estudos e cálculos, chegou ao valor de R\$ 8,3 bilhões. Os índices de correção definidos nas negociações foram aceitos de forma pacífica pelo Judiciário e demais partes.

“As negociações, depois de muitas idas e vindas, apresentaram-se como interessantes para as EFPCs, que terão esse ativo reconhecido inclusive sob o aspecto contábil em seus balanços”, explica Jarbas de Biagi, Diretor-Executivo e responsável pela Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos da Abrapp.

“Para a homologação final do acordo, só falta a autorização do Ministro da Economia”, observou o Diretor-Presidente da Abrapp, em meados de março. A referida autorização acabou saindo no final do mesmo mês.

O valor do crédito de 8,3 bilhões refere-se a 31 de dezembro de 2021 e será corrigido de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal até a expedição dos precatórios judiciais.

“Depois de muito tempo, estamos encerrando uma grande pendência. Trata-se de uma vitória das entidades na busca de direitos, que reflete sua responsabilidade com o patrimônio”, comemora Luís Ricardo Marcondes Martins. ■

Por Paulo Henrique Arantes

DESTAQUES - DEZEMBRO/21

Nesta edição de dezembro, o déficit líquido do sistema reduziu para R\$ 36,4 bi (R\$ 45,9 bi no mês anterior) refletindo a melhora da rentabilidade. A carteira consolidada das EFPCs atingiu, no acumulado do ano, a rentabilidade de 5,88%. Em dezembro, a Renda Fixa, que representa 75,7% dos ativos, proporcionou retorno de 0,64% e a Renda Variável, com alocação de 15,8% dos recursos teve retorno de 3,07% no mesmo período. Os ativos das EFPCs atingiram R\$ 1,11 trilhão, o que atualmente equivale a 12,8% do PIB. O crescimento dos ativos dos planos instituídos se mantém e já acumula R\$ 14,9 bilhões em 2021.

MERCADO - DEZEMBRO/21

O Ibovespa encerrou o mês de dezembro em alta de 2,85%, porém, no ano, amargou queda de -11,93%, cotado aos 104.822. O S&P 500, principal índice acionário americano, teve ganhos maiores que o Ibovespa em dezembro, anotando valorização de 4,64%, sendo negociado aos 4.779 pontos. No ano o índice registrou forte alta de 27,23%. A respeito da Renda Fixa local, na reunião do COPOM realizada no dia 08, houve aumento de 150 pontos base na taxa SELIC, que passou de 7,75% para 9,25%. Os índices indexados ao IPCA, IMA-B 5 e IMA-B 5+, obtiveram retornos mensais de 0,79% e -0,34%, respectivamente. Com o resultado, o IMA-B 5 ampliou os ganhos no ano para 4,52%, mas, por outro lado, o IMA-B 5+ seguiu o caminho oposto e se desvalorizou -6,60%. O dólar teve o segundo mês consecutivo de queda frente ao real, perdendo -0,70% em valor, cotado a R\$ 5,58. No ano a moeda americana obteve valorização de 7,39%. Referente à curva de juros, os contratos futuros de DI, com vencimento em um, cinco e dez anos, no fechamento do último pregão do mês, apresentaram taxas de 11,80%, 10,61% e 10,73%, respectivamente. No último dia útil do mês de novembro as taxas se encontravam em 11,77%, 11,38% e 11,38%, já no encerramento do ano de 2020 estavam em 2,86%, 6,05% e 7,20%.

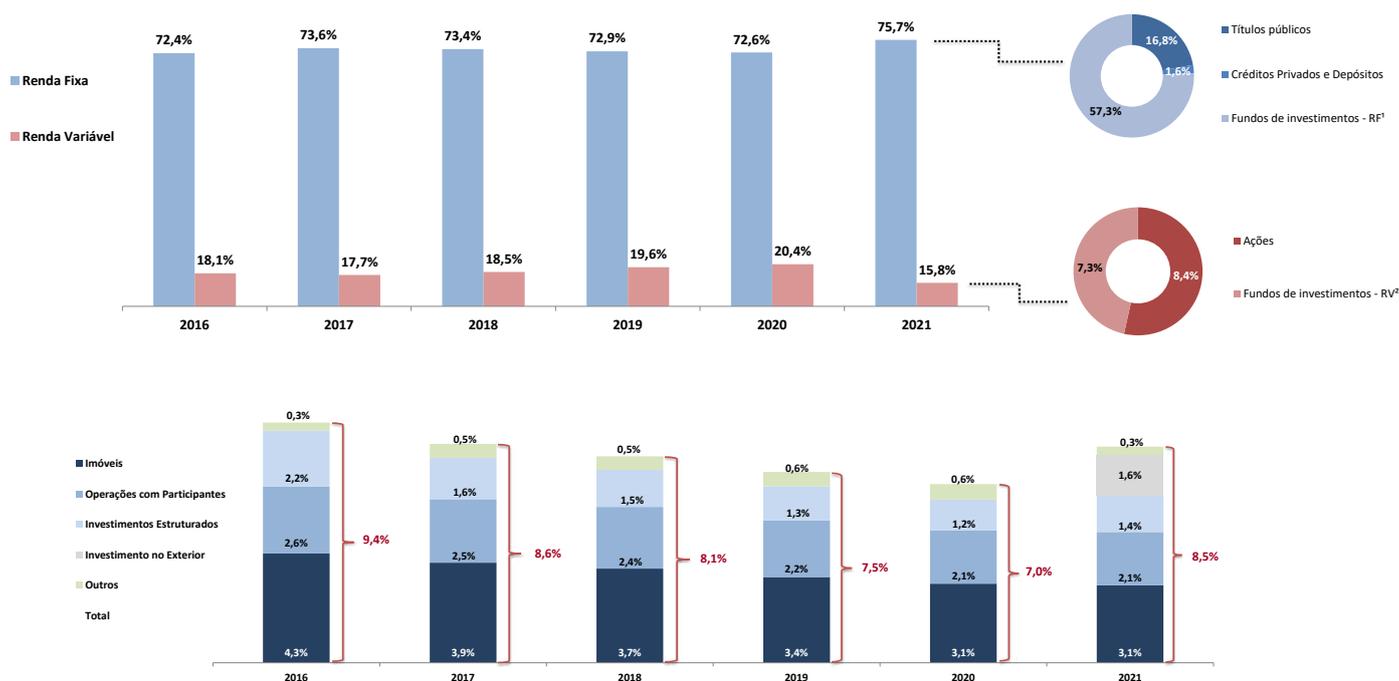
I. CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO

(R\$ milhões)

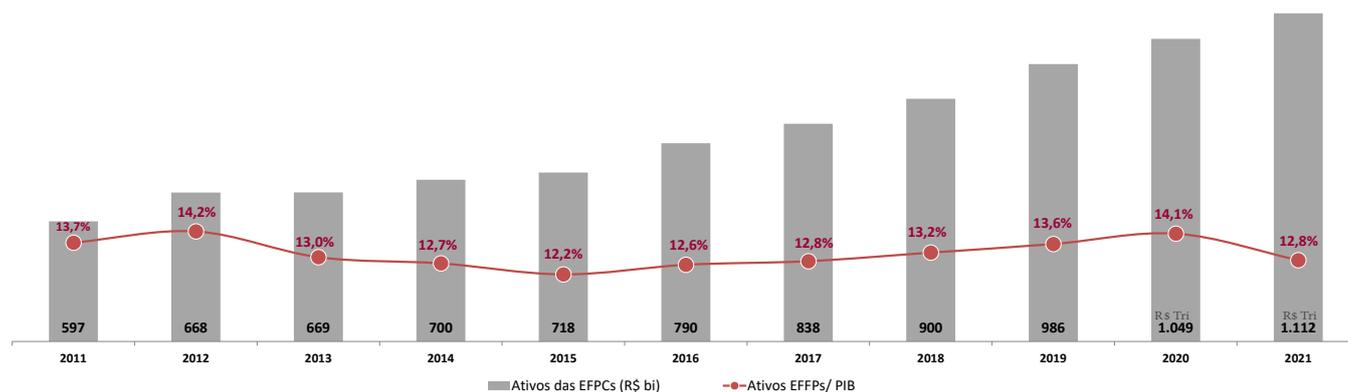
Discriminação	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Renda Fixa	431.140	64,2%	483.765	70,7%	546.624	72,4%	592.605	73,6%	635.029	73,4%	692.048	72,9%	733.960	72,6%	783.131	75,7%
Títulos públicos	83.351	12,4%	105.949	15,5%	131.273	17,4%	142.564	17,7%	155.420	18,0%	157.503	16,6%	155.595	15,4%	173.537	16,8%
Créditos Privados e Depósitos	27.099	4,0%	24.473	3,6%	23.843	3,2%	21.341	2,7%	17.897	2,1%	19.063	2,0%	18.982	1,9%	16.531	1,6%
Fundos de investimentos - RF ¹	320.530	47,7%	353.344	51,6%	391.508	51,8%	428.700	53,3%	461.712	53,4%	515.482	54,3%	559.383	55,3%	593.063	57,3%
Renda Variável	166.267	24,7%	126.869	18,5%	137.014	18,1%	142.703	17,7%	159.742	18,5%	186.531	19,6%	206.259	20,4%	163.260	15,8%
Ações	77.026	11,5%	58.445	8,5%	71.536	9,5%	66.706	8,3%	62.999	7,3%	74.668	7,9%	75.478	7,5%	87.319	8,5%
Fundos de investimentos - RV ²	89.241	13,3%	68.425	10,0%	65.478	8,7%	75.997	9,4%	96.743	11,2%	111.862	11,8%	130.781	12,9%	75.941	7,3%
Investimentos Estruturados	22.467	3,3%	19.706	2,9%	16.574	2,2%	13.116	1,6%	12.613	1,5%	12.756	1,3%	12.282	1,2%	14.910	1,4%
Investimento no Exterior	ND		ND		16.402	1,6%										
Imóveis	31.450	4,7%	32.798	4,8%	32.485	4,3%	31.740	3,9%	32.100	3,7%	32.061	3,4%	31.525	3,1%	31.558	3,1%
Operações com participantes	18.705	2,8%	19.423	2,8%	19.969	2,6%	20.105	2,5%	21.019	2,4%	21.220	2,2%	21.175	2,1%	21.707	2,1%
Empréstimo a Participantes	17.217	2,6%	17.950	2,6%	18.546	2,5%	18.746	2,3%	19.632	2,3%	19.882	2,1%	19.855	2,0%	20.285	2,0%
Financiamento imobiliário	1.488	0,2%	1.473	0,2%	1.424	0,2%	1.360	0,2%	1.387	0,2%	1.338	0,1%	1.320	0,1%	1.421	0,1%
Outros ³	2.062	0,3%	2.355	0,3%	2.429	0,3%	4.535	0,6%	4.688	0,5%	5.336	0,6%	6.161	0,6%	3.464	0,3%
Total	672.091	100,0%	684.916	100,0%	755.096	100,0%	804.803	100,0%	865.191	100,0%	949.953	100,0%	1.011.362	100,0%	1.034.431	100,0%

Notas: ¹ Inclui Renda Fixa, ETF, Multimercado, Multimercado estruturado e FIDC; ² Inclui Ações e Fama (Fundo de Investimento ações em mercado de acesso); ³ Outros, Empréstimos de cotas de fundos, Derivativos, Depósitos Judiciais/Recursais, Recursos a receber- Precatórios e Outros realizáveis.

II. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR TIPO DE INVESTIMENTO



III. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS* X PERCENTUAL DO PIB

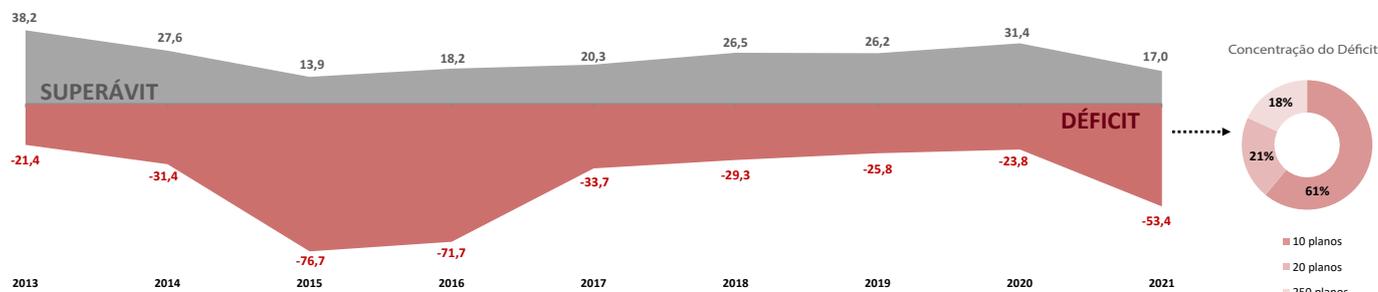


Fonte: IBGE/ABRAPP
O ativo representa o disponível + realizável + permanente
PIB referente ao I, II e IV trim/2021
* Valor estimado

IV. EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DAS EFPCs (acumulado)

(R\$ bilhões)

	Superávit										Déficit									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
Qtde EFPCs	136	138	127	138	141	139	139	119	108	92	95	92	80	77	78	70	84	112		
Qtde Planos	402	417	398	438	437	415	384	361	296	257	237	239	205	193	199	168	223	280		



V. COMPARATIVO REGIONAL

Regional*	Quantidade de Entidades**	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	32	13,1%	177.790	17,2%	856.597	31,6%	739.267	19,6%	179.346	21,1%
Leste	13	5,3%	38.415	3,7%	79.003	2,9%	125.742	3,3%	53.248	6,3%
Nordeste	20	8,2%	27.121	2,6%	25.432	0,9%	65.301	1,7%	29.175	3,4%
Sudeste	44	18,0%	477.522	46,2%	515.863	19,0%	1.155.045	30,6%	319.154	37,6%
Sudoeste	94	38,5%	244.191	23,6%	922.478	34,0%	1.201.816	31,8%	198.413	23,4%
Sul	41	16,8%	69.392	6,7%	312.877	11,5%	492.265	13,0%	70.017	8,2%
Total	244	100,0%	1.034.431	100,0%	2.712.250	100,0%	3.779.436	100,0%	849.353	100,0%

* Composição Regional: Centro-Norte - RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO. Leste - MG. Nordeste - AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE. Sudeste - RJ e ES. Sudoeste - SP. Sul - PR, SC e RS.
** EFPCs da amostra / Obs.: Qtde de EFPCs ativas por região de acordo com Estatística Trimestral (jun/21) - PREVIC - Centro-Norte = 34, Leste = 16, Nordeste = 24, Sudeste = 51, Sudoeste = 113 e Sul = 51 -> (Total = 289)

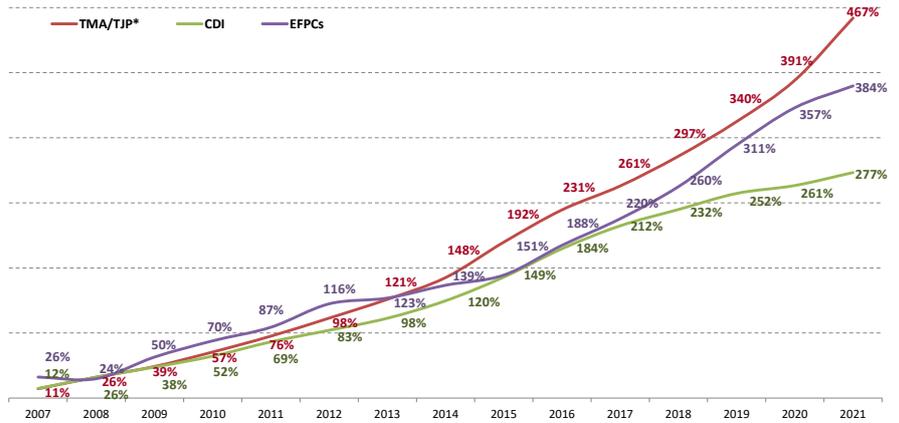
VI. COMPARATIVO POR TIPO DE PATROCÍNIO

Patrocínio	Quantidade de Entidades*	%	Investimento (R\$ milhões)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Instituidor	15	6,1%	11.080	1,1%	304.546	11,2%	530.291	14,0%	20.196	2,4%
Privado	146	59,8%	382.898	37,0%	1.495.140	55,1%	1.786.945	47,3%	315.698	37,2%
Público	83	34,0%	640.453	61,9%	912.564	33,6%	1.462.200	38,7%	513.459	60,5%
Total	244	100,0%	1.034.431	100,0%	2.712.250	100,0%	3.779.436	100,0%	849.353	100,0%

* EFPCs da amostra / Obs.: Qtde de EFPCs ativas por tipo de Patrocínio de acordo com Estatística Trimestral (jun/21) - PREVIC: Instituidor = 22, Privado = 180 e Público = 87-> (Total = 289)

VII. RENTABILIDADE ESTIMADA

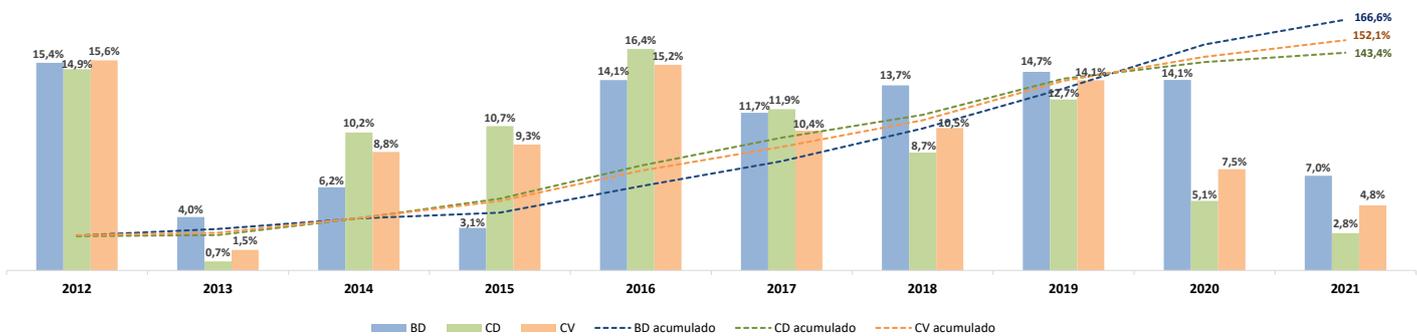
Período	CDI	IMA Geral	IBOVESPA	TMA/TJP*	EFPCs
2007	11,87%	12,63%	43,65%	11,47%	25,88%
2008	12,38%	12,69%	-41,22%	12,87%	-1,62%
2009	9,88%	12,90%	82,66%	10,36%	21,50%
2010	9,77%	12,98%	1,04%	12,85%	13,26%
2011	11,58%	13,65%	-18,11%	12,44%	9,80%
2012	8,40%	17,72%	7,40%	12,57%	15,37%
2013	8,06%	-1,42%	-15,50%	11,63%	3,28%
2014	10,82%	12,36%	-2,91%	12,07%	7,07%
2015	13,26%	9,32%	-13,31%	17,55%	5,22%
2016	14,01%	20,99%	38,94%	13,60%	14,56%
2017	9,93%	12,82%	26,86%	8,86%	11,36%
2018	6,42%	10,05%	15,03%	10,14%	12,30%
2019	5,96%	12,81%	31,58%	10,73%	14,24%
2020	2,76%	5,34%	2,92%	11,53%	11,13%
dez/21	0,77%	0,87%	2,85%	1,11%	1,06%
2021	4,42%	0,97%	-11,93%	15,59%	5,88%
12 meses	4,42%	0,97%	-11,93%	15,59%	5,88%
Acumulado	277,23%	372,66%	135,71%	467,17%	383,79%
Acumulado anualizado	9,25%	10,91%	5,88%	12,27%	11,08%



Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA

* TJP- Taxa de Juros Padrão (INPC + taxa de juros parâmetro de 4,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 228 de 20/04/2021); (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,75% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 292 de 08/04/2020); (INPC + taxa de juros parâmetro de 5,84% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 300 de 12/04/2019); (INPC + limite superior de 6,39% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 363 de 26/04/2018); (INPC + limite superior de 6,66% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 375 de 17/04/2017); (INPC + limite superior de 6,59% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a Portaria PREVIC nº 186 de 28/04/2016); (INPC + limite superior de 5,65% a.a. considerando 10 anos - de acordo com a IN nº 19/2015 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015 até dez/2015); TMA - Taxa Máxima Atuarial (até dez/2014) - de acordo com as premissas previstas na Resolução CNPC nº 9 de 29/11/2012.

VIII. RENTABILIDADE ACUMULADA POR PLANO (2012 à 2021)



IX. ALOCAÇÃO DA CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE PLANO*

Segmento	Benefício Definido			Contribuição Definida			Contribuição Variável		
	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento	R\$ milhões	% Modalidade	% Segmento
Renda Fixa	437.360	71,3%	56,5%	118.806	84,9%	15,4%	217.665	80,3%	28,1%
Renda Variável	116.042	18,9%	71,2%	13.739	9,8%	8,4%	33.139	12,2%	20,3%
Investimentos Estruturados	8.911	1,5%	60,1%	1.761	1,3%	11,9%	4.152	1,5%	28,0%
Investimento no Exterior	7.272	1,2%	45,7%	3.578	2,6%	22,5%	5.054	1,9%	31,8%
Imóveis	27.945	4,6%	88,8%	463	0,3%	1,5%	3.058	1,1%	9,7%
Operações com participantes	12.528	2,0%	57,7%	1.468	1,0%	6,8%	7.713	2,8%	35,5%
Outros	3.160	0,5%	91,6%	163	0,1%	4,7%	127	0,0%	3,7%
Total	613.217	100,0%	59,9%	139.977	100,0%	13,7%	270.908	100,0%	26,5%

* São considerados os investimentos dos Planos Previdenciais.

X. RENTABILIDADE ESTIMADA POR TIPO DE PLANO



Período	Benefício Definido	Contribuição Definida	Contribuição Variável	EFPCs
2012	15,38%	14,90%	15,56%	15,37%
2013	3,96%	0,66%	1,52%	3,28%
2014	6,15%	10,22%	8,78%	7,07%
2015	3,15%	10,69%	9,32%	5,22%
2016	14,10%	16,40%	15,23%	14,56%
2017	11,68%	11,95%	10,36%	11,36%
2018	13,72%	8,72%	10,54%	12,30%
2019	14,72%	12,66%	14,08%	14,24%
2020	14,11%	5,14%	7,50%	11,13%
dez/21	1,08%	1,02%	1,04%	1,06%
2021	7,02%	2,76%	4,82%	5,88%
Acumulado	166,60%	143,36%	152,13%	158,55%

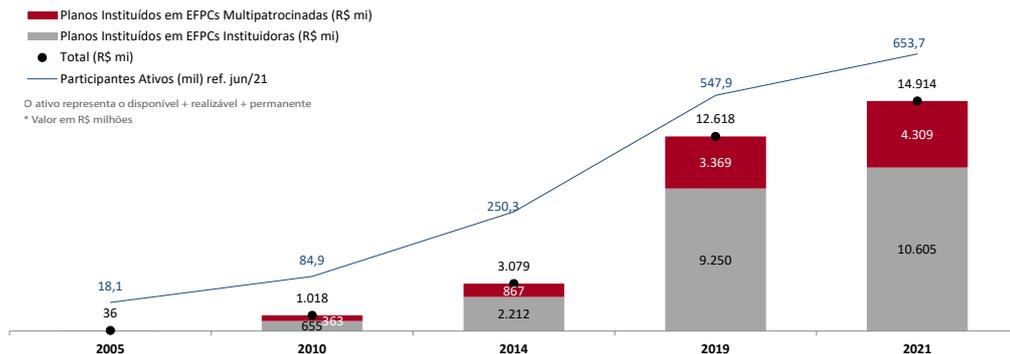
XI. RANKING DOS 15 MAIORES PLANOS

BENEFÍCIO DEFINIDO				CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO DE BENEFÍCIOS 1	PREVI	212.858.620	1	PLANO ITAUBANCO CD	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	10.067.180
2	REG/REPLAN	FUNCEF	59.875.476	2	PLANO DE BENEFÍCIOS VISÃO	VISÃO PREV	5.504.696
3	PPSP	PETROS	43.148.020	3	SISTEL - ASSISTENCIAL	SISTEL	4.735.930
4	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	REAL GRANDEZA	15.599.001	4	PLANO CD DA IBM BRASIL	FUNDAÇÃO IBM	4.626.545
5	PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS	FAPES	14.494.240	5	PLANO EXECUTIVO FEDERAL	FUNPRESP-EXE	4.506.881
6	PLANO V	BANESPREV	14.100.660	6	PLANO PREV. DO SISTEMA UNICRED	QUANTA - PREVIDÊNCIA	4.178.022
7	PLANO DE BENEFÍCIOS DA SISTEL	SISTEL	13.136.017	7	PLANO DE APOSENTADORIA	EMBRAER PREV	3.822.141
8	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	VALIA	11.854.039	8	PLANO DE BENEFÍCIOS VEXTY	VEXTY	3.541.409
9	PLANO PETROS DO SIST. PETROBRAS	PETROS	11.803.619	9	PLANO PETROS - 3	PETROS	3.437.823
10	PLANO DE APOSENTADORIA	FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO	8.865.297	10	PLANO DE BENEFÍCIOS CEEEPREV	FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA	3.258.216
11	PSAP/ELETROPAULO	VIVEST	8.424.298	11	PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.232.281
12	PLANO BANESPREV II	BANESPREV	8.183.224	12	PLANO DE BENEFÍCIOS 01-B	PREVINORTE	3.069.728
13	PLANO UNIFICADO DE BD	FUNDAÇÃO COPEL	6.529.687	13	PLANO DE APOSENTADORIA CD II	VIVEST	2.914.830
14	PSAP/CESP B1	VIVEST	6.317.974	14	PAI-CD	FUNDAÇÃO ITAÚSA	2.860.615
15	PLANO A	FORLUZ	6.196.685	15	PLANO UNILEVERPREV	UNILEVERPREV	2.772.071

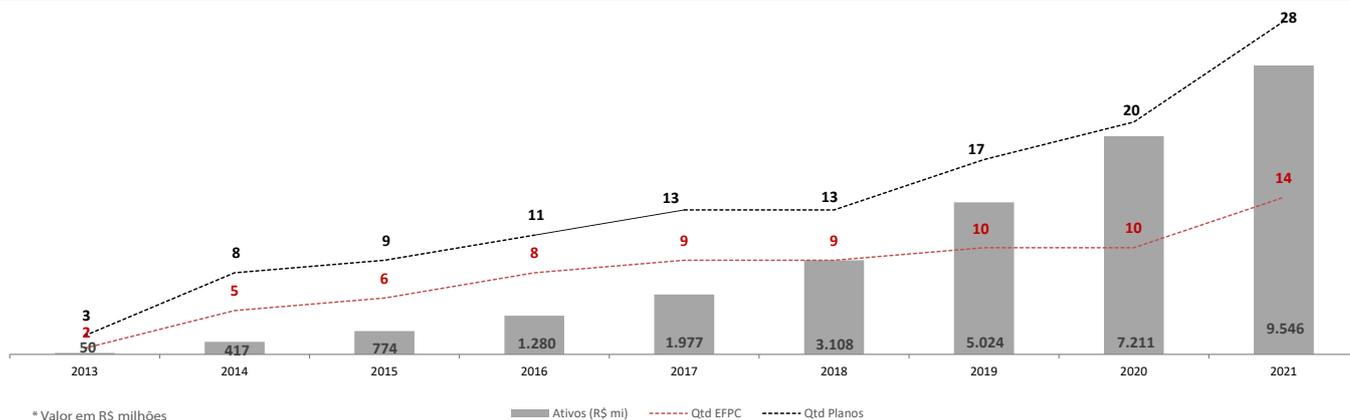
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL				INSTITUÍDOS			
	Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)		Nome do Plano	EFPC	Investimentos (R\$ mil)
1	PLANO DO SISTEMA PETROBRAS	PETROS	32.356.707	1	PLANO DO SISTEMA UNICRED	QUANTA - PREVIDÊNCIA	4.178.022
2	NOVO PLANO	FUNCEF	23.975.586	2	PLANO VIVA DE PREV. E PECÚLIO	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	2.231.649
3	PLANO DE BENEFÍCIOS 2	PREVI	23.056.328	3	SICOOB MULTI INSTITUÍDO	SICOOB PREVI	1.575.213
4	PLANO B	FORLUZ	11.951.761	4	PLANO DE PREVIDÊNCIA UNIMED-BH	MULTICOOP	1.115.549
5	PLANO DE BENEFÍCIOS VALE MAIS	VALIA	11.720.183	5	PLANO PREVER	OABPREV-SP	1.049.982
6	PLANO POSTALPREV	POSTALIS	6.599.973	6	PLANO ANAPARPREV	FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA	593.693
7	PPCPFL	VIVEST	6.208.574	7	PBPA	OABPREV-PR	543.442
8	PLANO DE BENEFÍCIOS PREV. III	FUNDAÇÃO COPEL	5.860.391	8	PLANJUS	JUSPREV	383.218
9	PLANO TELOS CV I	TELOS	5.630.971	9	PLANO DE BENEFÍCIOS TECNOPREV	BB PREVIDÊNCIA	276.550
10	PLANO TELEMARPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	5.618.174	10	PBPA	OABPREV-MG	265.830
11	PLANO DE APOS. PREVI-GM	PREVI-GM	4.619.575	11	PBPA	OABPREV-SC	224.853
12	PLANO DE BENEFÍCIOS TCSPREV	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	4.510.404	12	PLANO DE BENEF. PREVIDENCIÁRIOS	QUANTA - PREVIDÊNCIA	208.343
13	PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO	SERPROS	4.292.072	13	PLANO DE PREV. DO COOPERADO	MULTICOOP	199.591
14	PLANO DE APOS. SANTANDERPREVI	SANTANDERPREVI	4.111.070	14	PLANO ACRICEL DE APOSENTADORIA	MULTIBRA INSTITUIDOR	158.911
15	PLANO DE APOSENTADORIA	FACHESF	3.849.723	15	PLANO SETORIAL PREVI FAMÍLIA	PREVI	144.193

XII. EVOLUÇÃO DOS PLANOS INSTITUÍDOS*

	Em EFPC Instituidoras (Qtde)	Em EFPC Multipatrocinadas (Qtde)
2005	18	-
2010	18	28
2013	22	34
2017	22	37
2018	23	38
2019	22	37
2020	23	48
2021	24	62

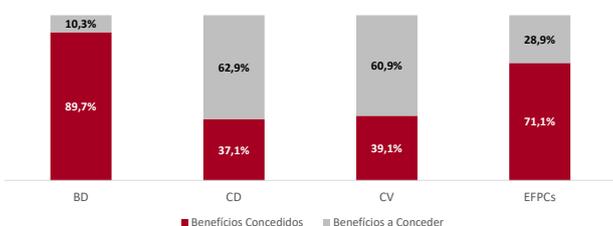


XIII. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS*, EFPCs e PLANOS DOS SERVIDORES



XIV. PASSIVO ATUARIAL

Percentual das Provisões Matemáticas



EFPCs e Planos de acordo com o percentual da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

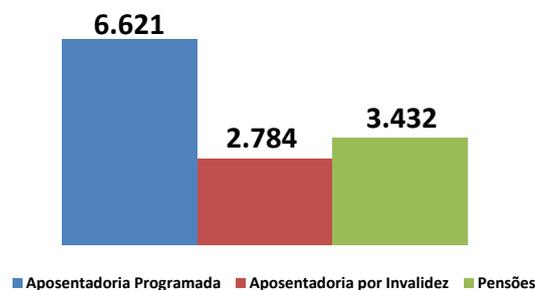
Tipo	Qtde. EFPCs/Planos	Até 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%
BD	253	5	13	43	192
CD	426	310	61	39	16
CV	286	109	95	50	32
EFPCs	240	63	58	63	56

Foram consideradas apenas EFPCs com dados disponíveis na posição dez/21

XV. DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIOS

Tipo	Valor (R\$ mil) ¹	Valor Médio Mensal ² (R\$)
Aposentadoria Programada	24.345.898	6.621
Aposentadoria por Invalidez	770.585	2.784
Pensões	3.513.862	3.432

Nota: O valor dos Benefícios pagos, quando também considerados os Auxílios - Prestação Continuada, Pecúlios e Outros benefícios de Prestação Continuada é de R\$ 33 bi (jun/2021).

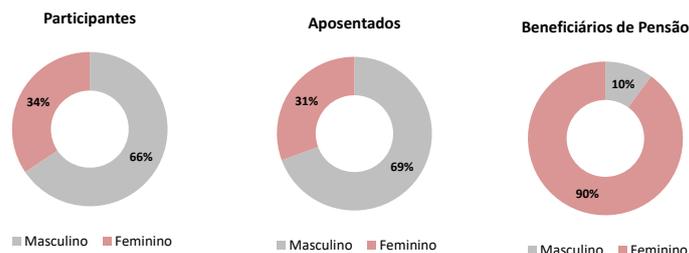


¹ Valor acumulado até junho de 2021, considerando amostra com 218 EFPCs.
² Média estimada dos valores acumulados até junho de 2021 (R\$).

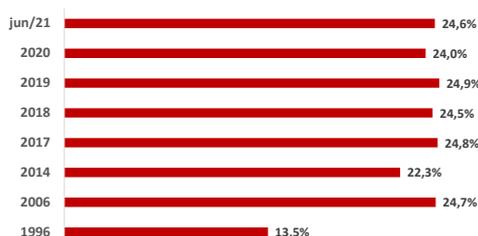
XVI. ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO

Faixa Etária	Participantes*		Aposentados*		Beneficiários de Pensão*	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 24 anos	3,4%	2,3%	0,0%	0,0%	2,6%	2,5%
De 25 a 34 anos	14,2%	7,9%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%
De 35 a 54 anos	37,2%	18,9%	2,5%	1,6%	1,7%	7,1%
De 55 a 64 anos	7,5%	3,3%	22,0%	12,7%	1,6%	15,9%
De 65 a 74 anos	2,3%	1,3%	27,9%	12,5%	2,0%	27,1%
De 75 a 84 anos	0,8%	0,5%	13,6%	3,1%	1,3%	24,0%
Mais de 85 anos	0,2%	0,2%	3,3%	0,7%	0,6%	12,8%
Total	65,6%	34,4%	69,4%	30,6%	10,0%	90,0%

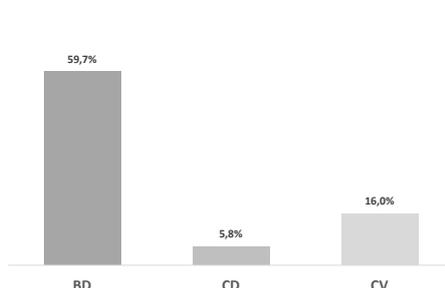
*Dados de dez/20 / Amostra: 3,1 milhões de participantes, 584 mil aposentados e 161 mil beneficiários de pensão



Evolução da Maturidade Populacional** - EFPCs



Maturidade Populacional por Tipo de Plano



Percentual das EFPCs e Planos de acordo com a Maturidade Populacional

Tipo	Qtde. EFPCs/Planos	Até 25%	Entre 25% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 75% e 100%
BD	250	11%	10%	16%	62%
CD	346	89%	5%	4%	2%
CV	228	66%	18%	6%	10%
EFPCs	230	58%	21%	12%	8%

**Divisão dos assistidos (aposentados e beneficiários de pensão) pela soma dos participantes e assistidos

XVII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

	EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População		EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População
1	PREVI	237.731.598	202.577	233.230	108.948	2021	66	PREVDOW	2.364.453	3.000	4.279	690	2021
2	PETROS	98.788.289	57.849	318.585	78.149	2021	67	SP-PREVCOM	2.204.918	23.682	10.555	301	2021
3	FUNCEF	87.099.498	92.395	208.935	61.375	2021	68	BANDEPREV	2.143.972	333	1.567	1.919	2021
4	VIVEST	35.159.610	12.356	37.208	30.617	2021	69	JOHNSON & JOHNSON	2.133.757	6.386	5.060	1.117	2021
5	FUND. ITAÚ UNIBANCO	29.210.915	27.971	6.732	24.096	2021	70	INSTITUTO AMBEV	2.105.421	8.793	758	1.092	2021
6	BANESPREV	28.011.104	4.669	21.419	25.572	2021	71	ENERPREV	2.034.019	2.742	6.441	2.542	2021
7	VALIA	27.302.991	95.139	303.945	24.090	2021	72	EQTPREV	2.024.143	3.792	4.517	1.481	2019
8	SISTEL	21.434.406	1.745	24.019	22.138	2021	73	BANESES	2.018.329	1.865	5.602	2.460	2021
9	FORLUZ	18.230.821	6.815	35.748	18.772	2021	74	FUNDAÇÃO CORSAN	1.992.667	4.623	8.837	4.204	2021
10	REAL GRANDEZA	17.542.628	3.162	16.885	9.407	2021	75	GEBSA-PREV	1.909.028	11.278	18.275	790	2021
11	FAPES	14.785.241	2.656	7.709	2.315	2021	76	PREVI-SIEMENS	1.831.535	6.953	10.427	1.511	2021
12	FUNDAÇÃO COPEL	12.543.103	12.244	13.544	9.470	2021	77	FUSAN	1.820.078	6.133	13.318	3.140	2021
13	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO	11.240.221	9.793	45.222	15.166	2021	78	PRECE	1.806.288	2.451	4.655	6.939	2020
14	POSTALIS	9.949.937	147.920	188.820	45.894	2021	79	FUNDAÇÃO PROMON	1.794.310	1.797	4.530	765	2021
15	TELOS	9.537.706	6.853	27.630	7.239	2021	80	PIPECQ	1.782.220	10.549	25.509	515	2021
16	BB PREVIDÊNCIA	9.403.483	182.484	70.273	4.823	2021	81	PREVDATA	1.780.244	3.773	8.030	2.184	2021
17	PREVIDÊNCIA USIMINAS	9.329.433	16.111	49.148	20.155	2021	82	FASC	1.769.263	4.839	6.433	964	2021
18	CERES	9.278.056	13.008	21.702	9.273	2021	83	SICOOB PREVI	1.734.379	198.135	32.823	117	2021
19	MULTIPREV	9.128.538	58.377	46.482	3.122	2020	84	FUNSEJEM	1.721.481	16.672	19.983	857	2021
20	FACHESF	8.368.007	5.526	16.578	10.353	2021	85	FUNPRES-P-JUD	1.709.695	21.206	3.669	8	2021
21	ECONOMUS	8.317.242	11.175	23.896	12.284	2021	86	E-INVEST	1.679.287	2.565	1.199	798	2021
22	MULTIBRA	8.169.269	55.278	104.228	9.735	2021	87	BASF	1.672.048	4.161	3.576	617	2021
23	VISÃO PREV	7.129.301	13.956	17.244	6.259	2021	88	PREVISC	1.632.593	16.928	33.298	1.576	2021
24	CENTRUS	7.095.446	611	1.632	1.368	2021	89	PREVIC	1.592.211	2.337	1.773	932	2021
25	SERPROS	7.023.215	7.903	24.147	5.267	2021	90	CIBRIUS	1.575.431	2.934	4.028	1.904	2021
26	FUNDAÇÃO FAMÍLIA	6.469.569	9.336	17.261	9.151	2021	91	ENERGISAPREV	1.559.185	8.369	12.614	2.919	2021
27	FUNBEP	6.056.114	420	689	6.055	2021	92	ACEPREV	1.504.920	4.089	7.282	1.978	2021
28	FUNDAÇÃO REFER	5.917.546	3.449	32.618	23.612	2021	93	FACEB	1.498.219	767	1.222	1.286	2021
29	CAPEF	5.891.239	6.845	14.058	5.637	2021	94	PRHOSPER	1.496.922	3.913	3.467	1.799	2021
30	CBS PREVIDÊNCIA	5.822.867	20.872	37.317	12.624	2021	95	SYNGENTA PREVI	1.490.742	3.751	6.511	345	2021
31	FUNDAÇÃO IBM	5.403.885	9.700	14.783	1.596	2021	96	CARGILLPREV	1.489.200	8.161	11.443	366	2021
32	ELETROS	5.153.267	2.474	7.166	2.723	2021	97	FAELCE	1.443.639	1.039	3.673	2.405	2021
33	FUNPRES-EXE	4.964.894	93.722	-	128	2021	98	VALUEPREV	1.427.948	1.284	346	401	2021
34	FIBRA	4.735.248	1.316	4.290	1.984	2021	99	MULTICOOP	1.409.721	9.133	13.814	106	2021
35	PREVI-GM	4.627.856	18.022	16.235	3.844	2021	100	IAJA	1.353.941	8.786	14.801	1.311	2021
36	QUANTA - PREVIDÊNCIA	4.406.707	125.666	208.523	575	2021	101	FORD	1.353.378	8.162	275	936	2021
37	PREVINORTE	4.365.631	3.712	6.470	2.465	2021	102	BRASILETROS	1.348.323	946	2.905	2.477	2020
38	BRF PREVIDÊNCIA	4.298.095	48.271	139.771	7.613	2021	103	SÃO BERNARDO	1.310.889	10.160	8.603	1.320	2021
39	SANTANDERPREVI	4.117.062	32.271	25	1.745	2021	104	PREVUNIÃO	1.309.258	3.820	7.874	1.008	2021
40	FUNDAÇÃO LIBERTAS	4.042.980	12.792	1.587	3.935	2021	105	ISBRE	1.283.731	418	1.180	505	2021
41	GERDAU PREVIDÊNCIA	3.962.210	15.072	18.090	3.112	2021	106	RUMOS	1.244.087	2.875	4.395	347	2021
42	INFRAPREV	3.956.917	6.595	12.021	5.238	2021	107	PREVI NOVARTIS	1.221.439	2.700	1.341	631	2021
43	ELOS	3.868.754	1.284	2.618	3.131	2021	108	AGROS	1.212.062	5.578	6.622	825	2021
44	EMBRAER PREV	3.830.243	17.857	30.890	1.784	2021	109	PREV SAN	1.180.174	2.563	-	1.855	2021
45	CITIPREVI	3.715.143	3.270	-	1.392	2020	110	SÃO RAFAEL	1.107.424	924	1.341	832	2021
46	SABESPREV	3.667.297	11.927	35.805	8.845	2021	111	OABPREV-SP	1.098.382	51.408	101.398	359	2021
47	UNILEVERPREV	3.565.634	13.396	1.636	1.591	2021	112	INOVAR	1.089.972	4.525	6.549	786	2021
48	ITAÚ FUNDO MULTI	3.554.571	41.082	14.507	1.322	2021	113	DESBAN	1.073.214	358	996	573	2021
49	VEXTY	3.548.925	16.235	-	968	2021	114	MBPREV	1.060.095	11.751	1.485	1.359	2021
50	NUCLEOS	3.500.948	2.833	6.009	1.923	2021	115	PREVIBOSCH	1.034.260	7.010	11.522	1.213	2021
51	FUNSEST	3.484.253	6.667	927	3.499	2021	116	SEBRAE PREVIDENCIA	1.011.551	8.077	7.849	383	2021
52	BRASLIGHT	3.391.094	5.148	11.167	5.380	2021	117	COMPESAPREV	1.006.068	2.602	5.450	2.646	2021
53	NÉOS	3.340.821	7.487	21.553	6.301	2021	118	FUNDAMBRA	1.003.185	8.896	1.033	959	2021
54	FUNEPP	3.307.328	28.694	44.368	2.656	2021	119	COMSHELL	987.875	1.388	2.456	526	2021
55	CELOS	3.303.907	6.934	9.575	5.750	2021	120	ULTRAPREV	971.916	9.182	1.981	390	2021
56	REGIUS	3.248.159	4.121	3.558	1.461	2021	121	PREVICAT	971.142	1.719	2.989	941	2020
57	METRUS	3.145.997	8.167	16.623	4.320	2021	122	PLANEJAR	969.025	4.389	6.585	562	2021
58	PREVIBAYER	3.122.566	9.088	22.354	1.873	2021	123	BASES	964.316	236	1.059	1.548	2021
59	FUNDAÇÃO ITAÚSA	3.098.487	6.391	8.577	1.226	2021	124	FUND. SÃO FRANCISCO	961.744	1.171	1.810	907	2021
60	VWPP	3.012.527	29.486	41.747	2.584	2021	125	FUNDIÁGUA	951.225	3.187	6.463	1.950	2021
61	FUND. VIVA DE PREV.	2.929.992	50.580	94.535	18.195	2021	126	SERGUS	941.729	1.103	1.657	736	2021
62	PREVIRB	2.672.838	567	1.160	1.493	2021	127	ECOS	926.106	45	909	715	2021
63	FUSESC	2.641.500	2.077	6.645	4.948	2021	128	FABASA	923.894	3.977	13.947	756	2021
64	ICATUFMP	2.497.032	29.068	11.352	2.209	2020	129	VIKINGPREV	909.438	5.301	80	418	2021
65	MULTIPLA	2.428.854	21.046	19.666	976	2021	130	PREVICOKE	782.807	968	1.562	245	2021

XVII. CLASSIFICAÇÃO DAS EFPCs

EFPC	INVESTIMENTO (R\$ mil)	PARTIC. ATIVOS	DEPENDENTES	ASSISTIDOS	Ano Referência População	
131	FGV-PREVI	761.105	2.200	2.441	171	2021
132	ELETRA	747.411	1.084	2.738	1.192	2020
133	PORTOPREV	735.395	6.258	12.987	273	2021
134	MAIS VIDA PREVIDÊNCIA	733.532	1.135	1.904	170	2021
135	PREVIPLAN	698.981	2.314	6.468	569	2021
136	PREVEME	686.859	1.303	921	777	2021
137	PREVIM-MICHELIN	642.955	5.658	8.480	338	2021
138	MSD PREV	640.183	1.569	2.742	262	2021
139	MULTIBRA INSTITUIDOR	594.550	2.327	4.206	350	2021
140	FAPERS	588.462	1.494	2.679	919	2021
141	INDUSPREVI	580.322	1.912	2.577	604	2021
142	DERMINAS	568.452	5.195	-	4.064	2021
143	PREVHAB	563.134	3	445	564	2021
144	BUNGEPREV	557.682	9.417	14.129	332	2021
145	POUPREV	548.211	1.283	2.116	122	2021
146	OABPREV-PR	546.671	18.056	21.935	170	2021
147	GOODYEAR	543.424	5.933	10.402	1.596	2021
148	PFIZER PREV	539.567	2.098	569	207	2021
149	FAPA	524.662	481	2.111	671	2021
150	CARREFOURPREV	519.724	56.805	36.053	244	2021
151	CP PREV	518.576	3.226	5.349	148	2021
152	KPMG PREV	516.411	5.119	8.678	82	2021
153	MAIS PREVIDÊNCIA	498.469	4.793	2.363	899	2021
154	PREVINDUS	495.412	7.437	4.605	1.059	2021
155	GASIOUS	479.355	18	511	1.011	2021
156	PREVIDEXXONMOBIL	478.732	2.028	2.290	120	2021
157	RAIZPREV	475.836	26.938	40.325	40	2021
158	RANDONPREV	475.077	15.229	22.913	294	2021
159	SUPREV	474.074	2.658	2.433	1.017	2021
160	P&G PREV	470.194	4.805	6.203	231	2021
161	FUTURA	470.187	825	1.124	409	2021
162	CAPESESP	466.756	33.919	3.195	646	2021
163	ALPAPREV	455.208	23.129	26.931	228	2020
164	PREVIP	437.708	3.644	6.581	285	2021
165	PREVCUMMINS	431.676	2.727	2.949	233	2021
166	PREV PESPICO	431.349	15.257	14.863	145	2021
167	FAECES	425.306	1.035	3.079	942	2021
168	PREVISCÂNIA	418.474	5.347	503	227	2021
169	MERCERPREV	403.339	2.251	3.402	66	2021
170	MAUÁ PREV	399.500	5.466	4.616	248	2021
171	VOITH PREV	394.597	6.587	10.436	304	2021
172	TETRA PAK PREV	391.929	1.902	2.951	78	2021
173	PORTUS	388.829	792	12.979	8.458	2021
174	JUSPREV	383.689	3.624	6.134	38	2021
175	BOTICÁRIO PREV	381.492	7.915	8.022	39	2021
176	PREVICEL	372.789	780	1.139	211	2021
177	PREVEME II	372.297	5.019	8.438	204	2021
178	UNISYS PREVI	372.070	623	292	78	2021
179	DANAPREV	371.718	4.644	7.302	166	2021
180	CABEC	340.410	11	1.557	1.157	2021
181	CASANPREV	332.301	1.286	2.743	733	2021
182	LILLY PREV	326.920	827	1.243	253	2021
183	ROCHEPREV	325.886	1.576	428	120	2021
184	TOYOTA PREVI	315.513	4.903	7.335	102	2021
185	SUPRE	301.828	240	967	529	2021
186	CAGEPREV	279.501	1.253	1.685	143	2021
187	FUCAP	271.018	942	1.467	289	2021
188	OABPREV-MG	269.813	10.978	18.244	68	2021
189	AVONPREV	268.280	7.772	6.050	103	2021
190	CAPOF	261.726	62	323	391	2021
191	PREVIHONDA	255.871	11.475	20.078	121	2021
192	FAPECE	250.259	291	-	155	2021
193	SOMUPP	246.007	-	-	115	2021
194	CARBOPREV	237.689	767	1.144	200	2021
195	FUMPRESC	232.182	524	811	405	2021
196	OABPREV-SC	227.598	8.476	14.064	104	2021
197	ALPHA	217.265	812	1.845	271	2021
198	INSTITUTO GEIPREV	193.196	37	201	315	2021
199	FIOPREV	168.790	61	94	80	2021
200	MAIS FUTURO	167.161	4.350	7.594	50	2021
201	RECKITTPREV	154.227	1.057	1.133	62	2021
202	PREVBEP	150.988	19	167	163	2021
203	OABPREV-RS	147.774	8.581	16.450	60	2021
204	PREVYASUDA	145.972	867	938	96	2021
205	RJPREV	140.985	2.217	2.749	4	2018
206	VISTEON	138.171	2.564	79	132	2021
207	SIAS	136.057	7.057	4.721	674	2021
208	MÚTUOPREV	135.888	10.755	15.662	-	2021
209	OABPREV-GO	130.665	4.977	13.750	81	2021
210	DATUSPREV	129.759	299	407	75	2021
211	FUTURA II	121.657	5.367	8.056	20	2021
212	PREVUNISUL	104.533	473	451	139	2021
213	MAG FUNDOS DE PENSÃO	103.842	2.976	4.754	27	2021
214	ALBAPREV	95.375	206	446	12	2021
215	TEXPREV	89.501	108	330	7	2021
216	CAPAF	79.293	151	604	900	2021
217	PREVCHEVRON	71.604	112	176	61	2021
218	PREVES	69.910	3.415	-	1	2021
219	FUNCASAL	67.439	595	1.460	855	2021
220	SBOT PREV	64.657	1.730	1.842	5	2021
221	RS-PREV	60.357	1.476	-	-	2021
222	MM PREV	59.945	1.872	2.272	32	2021
223	ANABBPREV	56.496	1.389	2.692	10	2021
224	ALEPEPREV	48.733	169	221	33	2021
225	CAVA	47.757	476	1.102	522	2021
226	SCPREV	47.595	972	195	-	2021
227	PREVNORDESTE	44.415	1.201	881	2	2021
228	PREVCOM-MG	43.018	922	735	-	2021
229	SILIUS	32.309	13	251	300	2021
230	CNBPREV	29.356	715	1.194	8	2021
231	DF-PREVICOM	27.524	539	-	-	2021
232	ALPREV	26.295	nd	nd	nd	2021
233	CE-PREVCOM	15.147	nd	nd	nd	2021
234	PREVCOM-BRC	12.915	291	102	-	2021
235	CURITIBAPREV	9.069	1.210	891	2	2021
236	INERGUS	3.897	-	153	103	2021
237	MAPPIN	1.947	3.463	2.895	35	2014
238	ORIOUS	1.889	-	23	46	2021
239	FUCAE	223	nd	nd	nd	2021

TOTAL ESTIMADO

Investimentos (R\$ mil)	1.034.431.397	Participantes Ativos	2.712.250	Dependentes	3.779.436	Assistidos	849.353
-------------------------	---------------	----------------------	-----------	-------------	-----------	------------	---------

A PERFORMANCE DOS SEUS INVESTIMENTOS FOI BOA?



INVESTINDO COM ESTILO: RENDA VARIÁVEL

- Qual o estilo do seu gestor?
- Usa estratégias voltadas para o longo prazo?
- Ou prefere arriscar em ações com potencial de rápido crescimento?



INDICADORES DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

- 100% ONLINE;
- Criação e Gerenciamento de Portfólios (inclusão e/ou exclusão de Fundos);
- Atualização Mensal dos Indicadores;
- Performance Comparativa dos Fundos;
- Filtros Diversos para Criação de Relatórios e Análise da sua EFPC.



ESTRATÉGIA DE RENDA FIXA

- Estratégia é a chave do Novo IGI
- O que faz o gestor?
- Em quais ativos investe?

Valide suas estratégias com o mais completo e principal benchmark do setor

Focado exclusivamente no universo dos investidores institucionais, o relatório fornecerá uma análise dos fundos de investimentos. Com esta iniciativa pioneira, a Abrapp viabilizará a criação da primeira base de dados abrangente dos fundos de investimentos utilizados pela indústria de fundos de pensão no Brasil.



Acesse o relatório:
sistemas.abrapp.org.br/igi/